



CADERNOS | u●ppa 2023
APRENDIZADOS DO 3º LAB



INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

IDEALIZAÇÃO E
REALIZAÇÃO



CORREALIZAÇÃO



APOIO PLENO

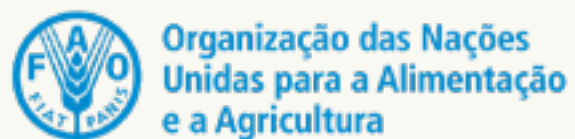
IBIRAPITANGA



PARCERIA
METODOLÓGICA



APOIO INSTITUCIONAL



CORREALIZADORA
DO LUPPA LAB #3

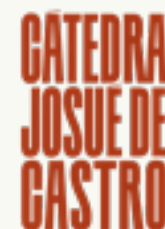


cidade sede do
LUPPA LAB #3

CIDADES MENTORAS



ORGANIZAÇÕES MENTORAS



EQUIPE LUPPA 3ª EDIÇÃO

COORDENAÇÃO
GERAL

Juliana Tângari
INSTITUTO COMIDA
DO AMANHÃ

COORDENAÇÃO

Ana Bárbara Zanella
ICLEI AMÉRICA DO SUL
Francine Xavier
INSTITUTO COMIDA
DO AMANHÃ

Maíra Colares
ICLEI AMÉRICA DO SUL
Mônica Guerra
INSTITUTO COMIDA
DO AMANHÃ
Rodrigo Perpétuo
ICLEI AMÉRICA DO SUL

GERENTE DE
PROJETO

Thais Barreto
INSTITUTO COMIDA
DO AMANHÃ

FINANCEIRO
ADMINISTRATIVO

Andrea Polistchuck
INSTITUTO COMIDA
DO AMANHÃ
Lucas Mignot
INSTITUTO COMIDA
DO AMANHÃ
Sheila Carvalho
INSTITUTO COMIDA
DO AMANHÃ
Thalita Pontes
INSTITUTO COMIDA
DO AMANHÃ

CONTEÚDO, APOIO
OPERACIONAL E
RELACIONAMENTO
COM CIDADES

Flávia Brito
INSTITUTO COMIDA
DO AMANHÃ
João Pedro Leôncio
INSTITUTO COMIDA
DO AMANHÃ
Lucas Sousa
INSTITUTO COMIDA
DO AMANHÃ
Maria Eduarda Lemos
INSTITUTO COMIDA
DO AMANHÃ
Roberta Curan
INSTITUTO COMIDA
DO AMANHÃ
Tárzia Medeiros
INSTITUTO COMIDA
DO AMANHÃ

APOIO PROSPECÇÃO

Rodrigo Corradi
ICLEI AMÉRICA DO SUL

COMUNICAÇÃO

Andressa Algave
INSTITUTO COMIDA
DO AMANHÃ
Emile Gomes
INSTITUTO COMIDA
DO AMANHÃ
**Fernanda Gouveia
Fonseca**
ICLEI AMÉRICA DO SUL
Gustavo Barboza
ICLEI AMÉRICA DO SUL
Gustavo Tavares
INSTITUTO COMIDA
DO AMANHÃ

CADERNOS LUPPA

CURADORIA E
CONTEÚDOS

Francine Xavier
Juliana Tângari
Lucas Sousa
Maria Eduarda Lemos
Roberta Curan
Tárzia Medeiros
Thais Barreto

REVISÃO DE TEXTO

Juliana Tângari
Lucas Sousa
Roberta Curan
Thais Barreto

PROJETO GRÁFICO
& ILUSTRAÇÕES

Josélia Frasão

FOTOGRAFIAS
Joka Madruga

DEZEMBRO
2024

EQUIPE DE APOIO LUPPA LAB

FACILITAÇÃO E APOIO
DOS GRUPOS DE
TRABALHO DO LAB

Ana Claudia Andreotti
Christel Scholten
Flávia Brito
Francine Xavier
Juliana Tângari
Kamyla Borges
Lucilene Danciguer
Maíra Colares
Maria Eduarda Lemos
Mike Oliveira
Mônica Guerra
Nadine Lermen
Nathalie Lucion
Roberta Curan
Tárzia Medeiros
Tiago Mendes

APOIO AO JOGO
LUPPA

Diego Alatorre Guzmán

FACILITAÇÃO
GRÁFICA

Josélia Frasão

FOTOGRAFIAS

Joka Madruga

VIDEO

Thiago Mendes

PRODUÇÃO

Ana Monteiro

EQUIPE DE APOIO LUPPA LAB

EQUIPE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE CURITIBA

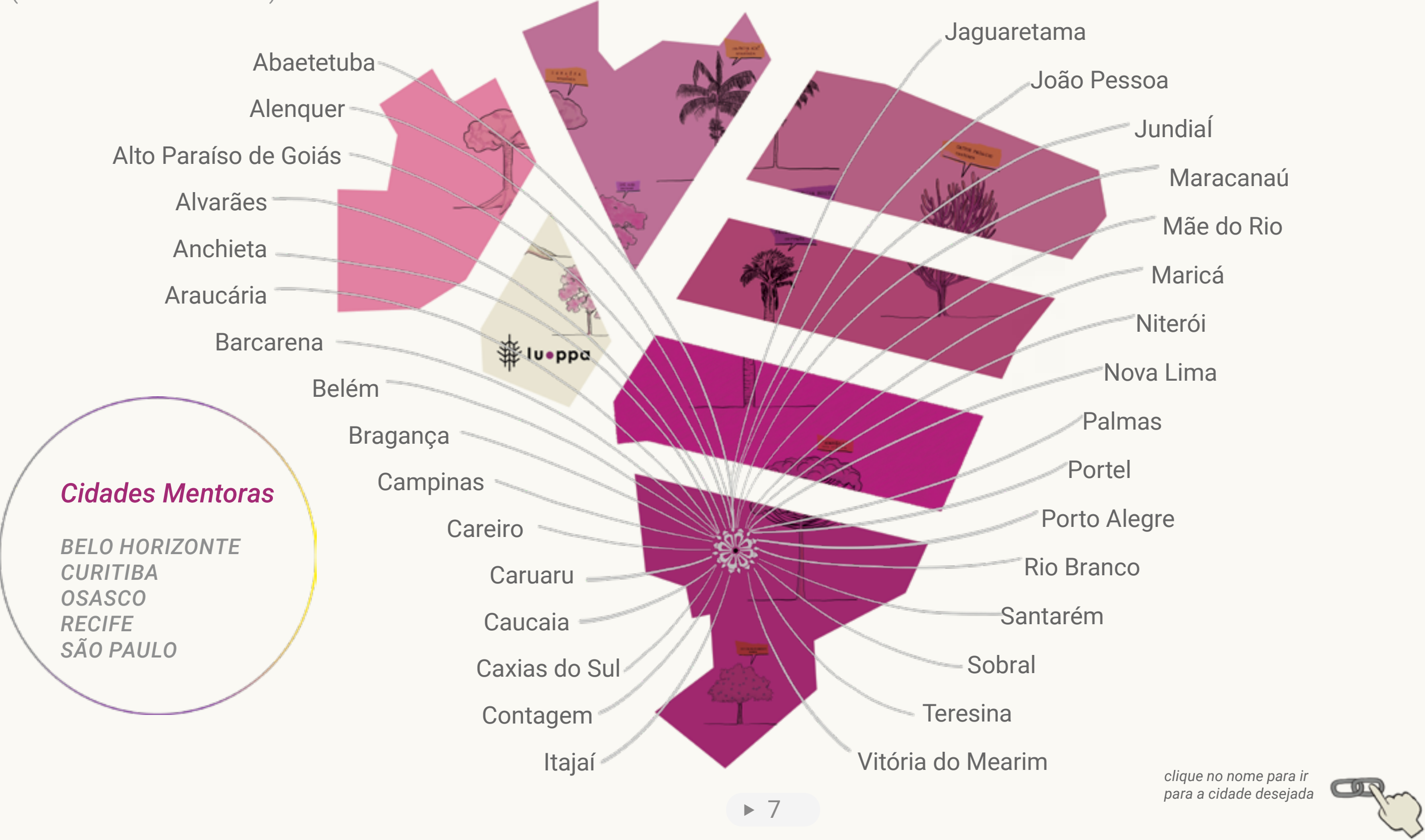
Admaro Anderson Pinto
Alessandra Sutil de Oliveira
Kades
Andrea de Fatima Zanon
Boetger
Caroline Mendes
Cheila Mendes de Godoy
Dayane Bordignon Xavier
Edson Rivelino Pereira
Eleonita Maria R. Souza
Evelin da Silva Prates
Fabiana Hammerschmidt
Marcondes
Fabiana Troyan Nascimento
Felipe Oliveira de Carvalho
Felipe Thiago Jesus
Fernanda Verchai
Gabriel Olle Dalmazo

Giordana Layla Bezelin
Gislaine do Valle Gehrke
Guilherme Roberto Rodrigues
Hilda Carachenski Lalico
Homero Amaral Cidade Junior
Isaias Goncalves de Oliveira
Joice Ruthes
Jose Carlos Alencar Koneski
Julyana Jessye A. Lima
Karin Flemming de Farias
Karine Oltramari
Katia Valeria Miranda Maciel
Leandro Henrique Nogueira
Luciana Nery A. Fonseca
Luiz Carlos Maskow Junior
Luiz Dâmaso Gusi
Luiz Guilherme Scharf
Manuela Teixeira

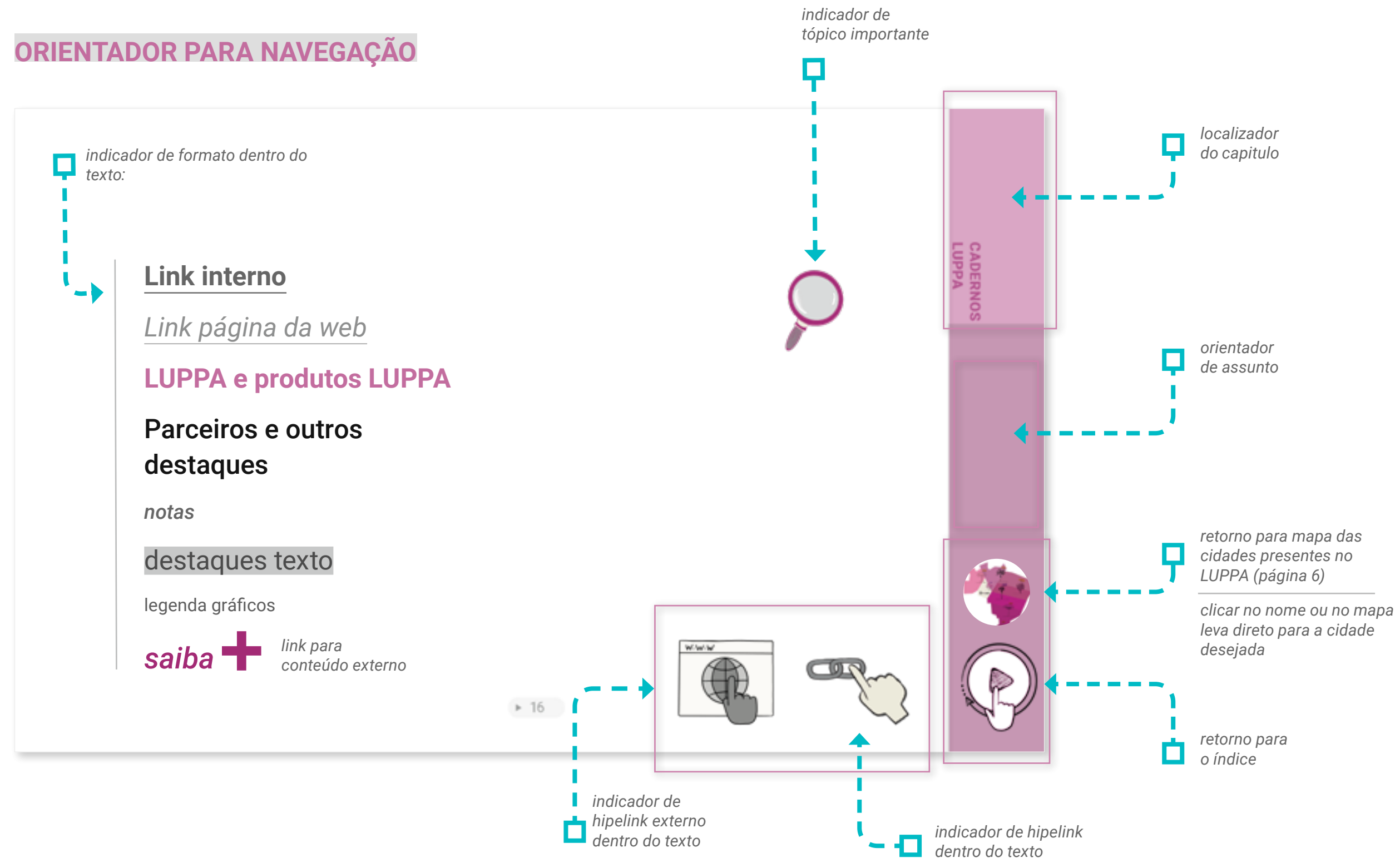
Marcos Antonio Ito
Maria Ester Santiago
Maria Rosi Marques Galvao
Morgiana Maria Kormann
Nathalie Alves dos Santos
Nilza Aparecida de Sousa
Nivaldo Guimaraes Vasconcellos
Priscila Waldrigues Cordeiro
Rafael Gussuli de Goes
Rodrigo Pereira da Silva
Rosileni Fatima C. Oliveira
Sheila Rodrigues S. Cunha
Thais Adriane da Silva
Thiago Cavichiollo
Virginia Afonso Gasparini
Wilians dos Santos Silva
Yara Batista Laureana C.Fressato

CIDADES PRESENTES NO LUPPA LAB #3

(EM ORDEM ALFABÉTICA)



ORIENTADOR PARA NAVEGAÇÃO



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cadernos LUPPA [livro eletrônico] : aprendizados
3o Lab / [organização Instituto Comida do
Amanhã, Iclei América do Sul ; ilustração
Josélia Frasão]. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro :
Comida do Amanhã, 2024.
PDF

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-980965-3-3

1. Alimentação - Aspectos sociais 2. Amazônia
3. Políticas públicas 4. Projetos de desenvolvimento econômico
I. Amanhã, Instituto Comida do. II. Sul, Iclei América do. III. Frasão,
Josélia.

24-244654

CDD-361.61

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas e práticas sociais 361.61

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

GLOSSÁRIO

CAF: Cadastro do agricultor familiar

CAISAN: Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Nos municípios, utiliza-se a mesma sigla para significar Câmara Intersecretarias (ou Intersetorial) de Segurança Alimentar e Nutricional

CMEIs: Centros Municipais de Educação Infantil

Conselho de SAN: Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional dos Municípios - cujas denominações e siglas oficiais variam entre **CMSAN**, **COMSEA**, **COMUSAN**, etc. Por isso, preferiu-se nesta publicação designá-los indistintamente de Conselho de **SAN**

CONSEMDRS: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

EAN - Educação Alimentar e Nutricional

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Sigla e denominação popular das autarquias estaduais destinadas a promover a assistência técnica e extensão rural nos estados

EPAGRI: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FAO: Agência das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (em sua sigla em inglês, Food and Agriculture Organization). Sediada em Roma, Itália, mas com escritórios regionais, inclusive no Brasil, compõe, junto com o **FIDA** e o **PMA**, as chamadas agências romanas da ONU

FIDA: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICRAF: Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

INSAN: Insegurança Alimentar e Nutricional

IPTU Verde: Incentivo fiscal concedido a proprietários de imóveis que adotam práticas sustentáveis, como coleta seletiva, compostagem ou preservação ambiental.

LOSAN: Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Tanto a União quanto estados e municípios

devem editar sua própria **LOSAN**, como marco legal orientador de seu sistema de **SAN** (**SISAN**, **SISAN** estadual, **SISAN** municipal)

LUPPA: Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares

NASF: Núcleo de Apoio à Saúde da Família

ONGs: Organização Não Governamental

OPAS/OMS: Organização Pan-Americana da Saúde, que atua como escritório regional da Organização Mundial da Saúde

ORSAN: Orçamento para **SAN** no Município

OSC: Organização da Sociedade Civil

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PACTO DE MILÃO: Pacto de Milão para a Política de Alimentação Urbana, lançado em Milão, Itália, na Expo 2015. Não se trata de um compromisso obrigatório como os tratados internacionais, mas indica os compromissos voluntários de mais de 200 cidades signatárias ao redor do mundo com a agenda dos sistemas alimentares urbanos

PANCs: Plantas Alimentícias Não Convencionais

PIANSAN: Planejamento Intersetorial de **SAN**

PMAA: Programa Municipal de Aquisição de Alimentos

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar. Gerido pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação - **FNDE**
Programa Sampa+Rural: Plataforma que reúne iniciativas de agricultura, turismo e alimentação saudável em um só lugar

SAN: Segurança Alimentar e Nutricional

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIM: Serviço de Inspeção Municipal

SISAN: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Quando reproduzido nos estados e municípios, referimos: “**SISAN** estadual”; “**SISAN** municipal”

SUAS: Sistema Único de Assistência Social
TER: Assistência Técnica e Extensão Rural
UFMA: Universidade Federal do Maranhão
UFPA: Universidade Federal do Pará
UFPR: Universidade Federal do Paraná
UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina
UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância
WFP: World Food Programme (Programa Mundial de Alimentos)





ÍNDICE

1

APRESENTAÇÃO

16

2

PERFIL DAS
CIDADES NOVAS

20

3

COMO FOI O
NOSSO 3º LAB

30

4

AS MENTORIAS
DA 3ª EDIÇÃO

55

5

INICIATIVAS
QUE INSPIRAM:
*programas e ações de
referência das cidades
participantes do 3º LAB*

62

6

CIDADES LUPPA
E SEUS BIOMAS

115

7

CONCLUSÃO:
LIÇÕES DA 3ª
EDIÇÃO DO LUPPA

130



AGRADECIMENTOS

Os resultados trazidos nesta publicação são frutos do trabalho incansável de toda a equipe do LUPPA, composta por colaboradores e voluntários extremamente dedicados ao projeto e à sua missão. Não teríamos chegado aqui sem o trabalho de cada uma dessas pessoas. O mesmo se diz dos nossos apoiadores e parceiros, que acreditam no projeto e nos concederam a energia necessária para que o LUPPA possa ser realizado com as melhores ferramentas possíveis.

Acada uma das equipes das prefeituras e conselhos das cidades participantes e das cidades mentoras, agradecemos imensamente a confiança, a dedicação e o empenho. Afinal, as lições compartilhadas nesta publicação revelam o trabalho e as conquistas que cada uma destas equipes já realiza em seus territórios.



APRESENTAÇÃO



Dando continuidade à série Cadernos LUPPA, o Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares - **LUPPA**, um programa do Instituto Comida do Amanhã em correalização com o ICLEI América do Sul, traz a público os aprendizados de sua terceira edição, realizada entre setembro de 2023 e setembro de 2024.

O **Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares - LUPPA** é uma plataforma colaborativa para apoiar e facilitar a construção de políticas alimentares municipais integradas, participativas, e com abordagem sistêmica. Nele, representantes de diversos municípios do Brasil se unem para trabalhar na construção de uma agenda integrada de sistemas alimentares em suas cidades, cobrindo um espectro de políticas que vão do combate à fome

ao combate à emergência climática, passando por geração de renda, garantia de direitos, educação alimentar, regulação de ambientes alimentares saudáveis e desenvolvimento regional, além de outros tantos temas afetos às políticas alimentares.

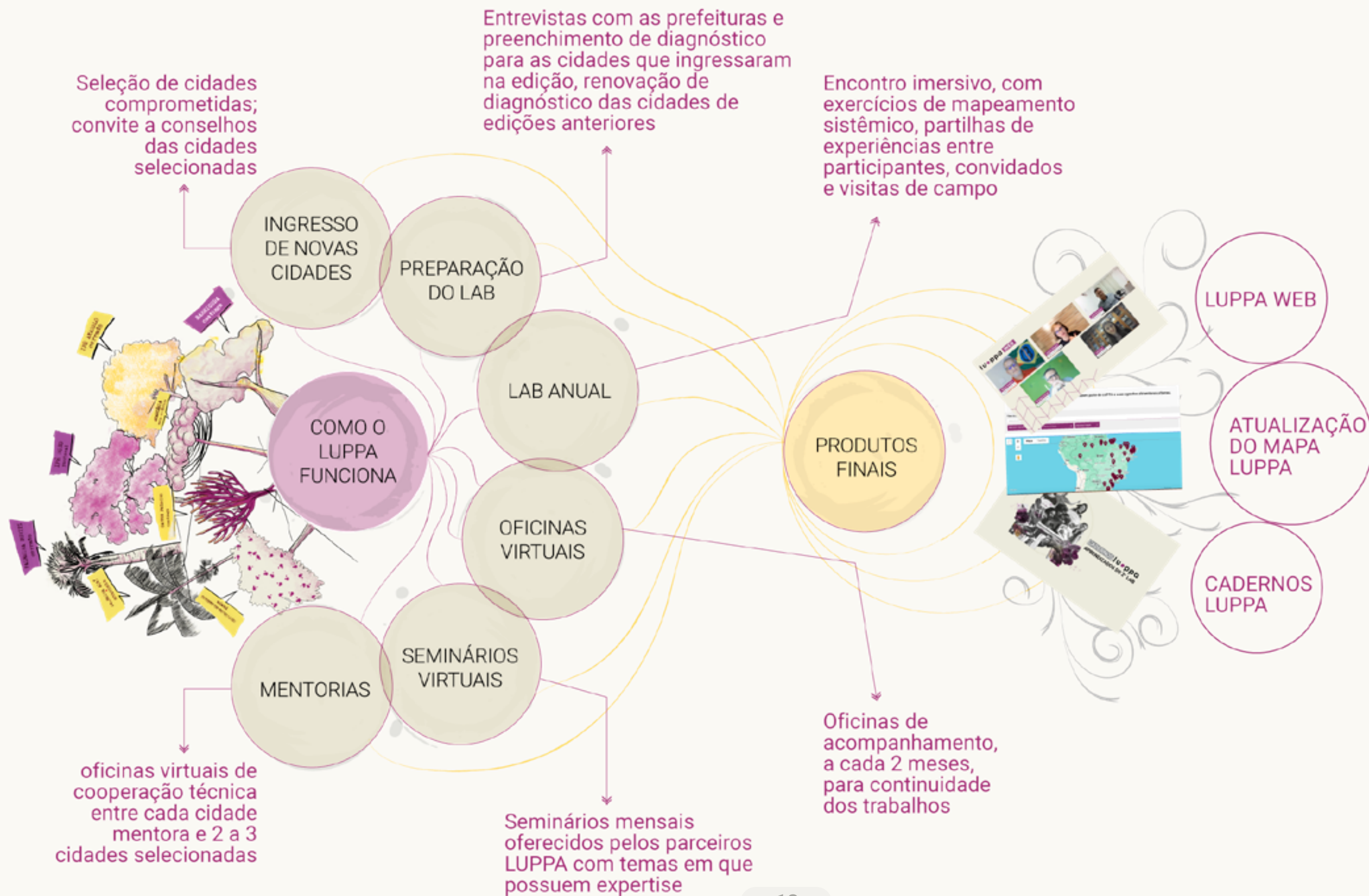
Acreditamos que é preciso trazer as cidades para o centro da discussão e da ação sobre o direito à alimentação e a transição dos sistemas alimentares, e que precisamos apoiar os governos locais a colocarem “a comida no centro da mesa da agenda municipal”.

O trabalho realizado no **LUPPA** desde 2021 tem recebido reconhecimento internacional, seja pelo seu aspecto de metodologia inovadora seja por sua capacidade de gerar uma rede de suporte entre as cidades. No relatório “State of Food Insecurity in the World 2023” (produzido pela FAO, UNICEF, FIDA, WFP) e no relatório “From Plate to Planet” (IPES FOOD,

2023) o **LUPPA** é citado como exemplo de laboratório de política pública alimentar urbana inovador com impacto na alavancagem da transformação dos sistemas alimentares. Em 2024, o **LUPPA** foi destaque como rede nacional de cidades em relatório “Strengthening Urban and Peri-urban Food Systems”, do Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional do Comitê Mundial de Segurança Alimentar das Nações Unidas sobre sistemas alimentares urbanos e periurbanos.

**APRESENTAMOS A
SEGUIR, COMO SE
DESENVOLVEM AS
ATIVIDADES NO LUPPA**





NOTA DE APRESENTAÇÃO

*N*essa publicação, contamos como nossas atividades se desenvolveram, quem participou, o que conquistamos juntos, além de um compilado de programas, políticas e iniciativas das cidades participantes que foram compartilhadas ao longo do programa. As referências às experiências de cada cidade, no Capítulo 5, não pretendem de forma alguma exaurir todas as iniciativas e toda a atuação de cada município em prol de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. Desejamos retratar apenas alguns destaques das experiências que foram compartilhadas durante nossas atividades.



PERFIL DAS CIDADES NOVAS

2

CADERNOS
LUPPA

CIDADES NOVAS
características



PERFIS DE PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA

COMUNIDADE
LUPPA



TODAS AS CIDADES, INCLUINDO:
CIDADES EDIÇÃO ANTERIOR SEM RENOVAÇÃO
+ CIDADES MENTORAS SEM RENOVAÇÃO
+ CANDIDATAS NÃO SELECIONADAS,
SE CONVIDADAS

PARTICIPA DA PLATAFORMA LUPPA E
ACESSA ÁREA RESTRITA DO SITE

RECEBE BOLETIM
INFORMATIVO

RECEBE CONVITE PARA
SEMINÁRIOS ONLINE

PODE PREENCHER /ATUALIZAR DIAGNÓSTICO
E ENTRAR NO MAPA LUPPA

CIDADES 1ª e 2ª EDIÇÃO
COM RENOVAÇÃO



TODAS AS VANTAGENS
DA COMUNIDADE LUPPA

PARTICIPA OFICINAS
(LAB PRESENCIAL
+ REUNIÕES DE
ACOMPANHAMENTO)

DESENVOLVE / ATUALIZA
PROJETO ÂNCORA

CIDADES 3ª EDIÇÃO



TODAS AS VANTAGENS
DA COMUNIDADE LUPPA

PARTICIPA OFICINAS
(LAB PRESENCIAL
+ REUNIÕES DE
ACOMPANHAMENTO)

DESENVOLVE/ATUALIZA
PROJETO ÂNCORA

ENTREVISTAS
PREPARATÓRIAS

RECEBE MENTORIAS





A Comunidade **LUPPA** reúne todas as cidades envolvidas no projeto, incluindo as cidades das edições anteriores (com e sem renovação), cidades mentoras (com e sem renovação), cidades candidatas não selecionadas e cidades selecionadas para a edição atual. Todas essas cidades têm acesso à plataforma **LUPPA**, incluindo a área restrita do site, recebem o boletim informativo, convites para seminários online e podem preencher o diagnóstico **LUPPA**, que alimenta a ferramenta do *Mapa LUPPA*.

As cidades mentoras, conforme detalhado no capítulo 3, são parceiras do projeto. Embora não sejam o foco principal das atividades, elas participam de algumas atividades do **LUPPA** e se comprometem a oferecer mentorias a pequenos grupos de cidades

que selecionam em parceria com a equipe do programa.

Dentro da Comunidade **LUPPA**, as cidades que participaram da edição anterior e renovaram seu compromisso continuam na jornada de aprendizagem do **LUPPA**, tanto no **LUPPA LAB** (presencial) quanto nas reuniões de acompanhamento.

As 10 cidades que ingressaram na terceira edição e são o foco deste capítulo, passaram por entrevistas preparatórias e receberam mentorias na fase final do ciclo anual. Parte das cidades das edições anteriores, que participaram do **LUPPA LAB** e ainda não haviam recebido mentorias, também tiveram essa oportunidade na terceira edição.

As três edições do **LUPPA** somam o total de 43 cidades, distribuídas por 18 estados e cinco regiões, representando aproximadamente 14 milhões de habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2022. Aproximadamente 35% dessas cidades têm até 100 mil habitantes, 49% entre 100 e 600 mil habitantes, 9% entre 600 mil e 1 milhão, e apenas 7% possuem mais de 1 milhão de habitantes.



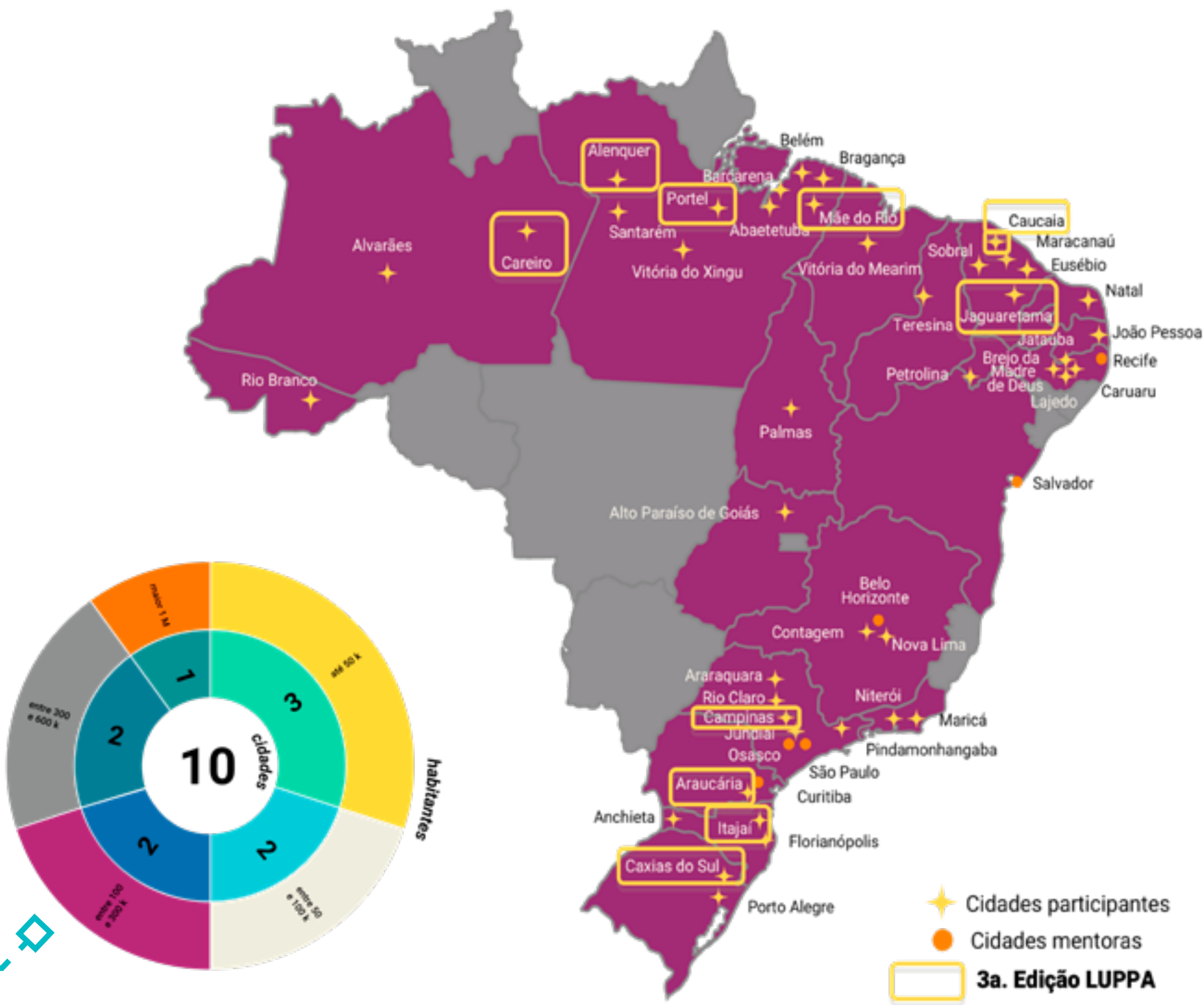
CARACTERÍSTICAS DAS CIDADES SELECIONADAS PARA A 3ª EDIÇÃO

As cidades selecionadas para a terceira edição foram: Alenquer (PA), Araucária (PR), Campinas (SP), Careiro (AM), Caucaia (CE), Caxias do Sul (RS), Itajaí (SC), Jaguaretama (CE), Mãe do Rio (PA), Portel (PA). As 10 cidades estão localizadas em 7 estados, e 4 regiões, totalizando 2,5 milhões de habitantes, considerando o Censo do IBGE 2022.

Na região da Amazônia Legal - que abrange a região Norte, parte do Nordeste e parte do Centro-Oeste encontram-se 4 cidades. Dentre as cidades da terceira edição, 3 estão na categoria de até 50 mil habitantes, 2 cidades com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, 2 cidades com população entre 100 mil e 300 mil habitantes, 2 cidades com população entre 300 mil e 600 mil habitantes, e 1 cidade com população maior que 1 milhão de habitantes.

População baseada na projeção IBGE para 2022
Fontes: IBGE, Luppa, Comida do Amanhã

Localização e tamanho populacional





Estrutura de governança das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

Para avaliar a estrutura de governança de SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) nos municípios, assim como nas edições anteriores, foram considerados seis fatores:

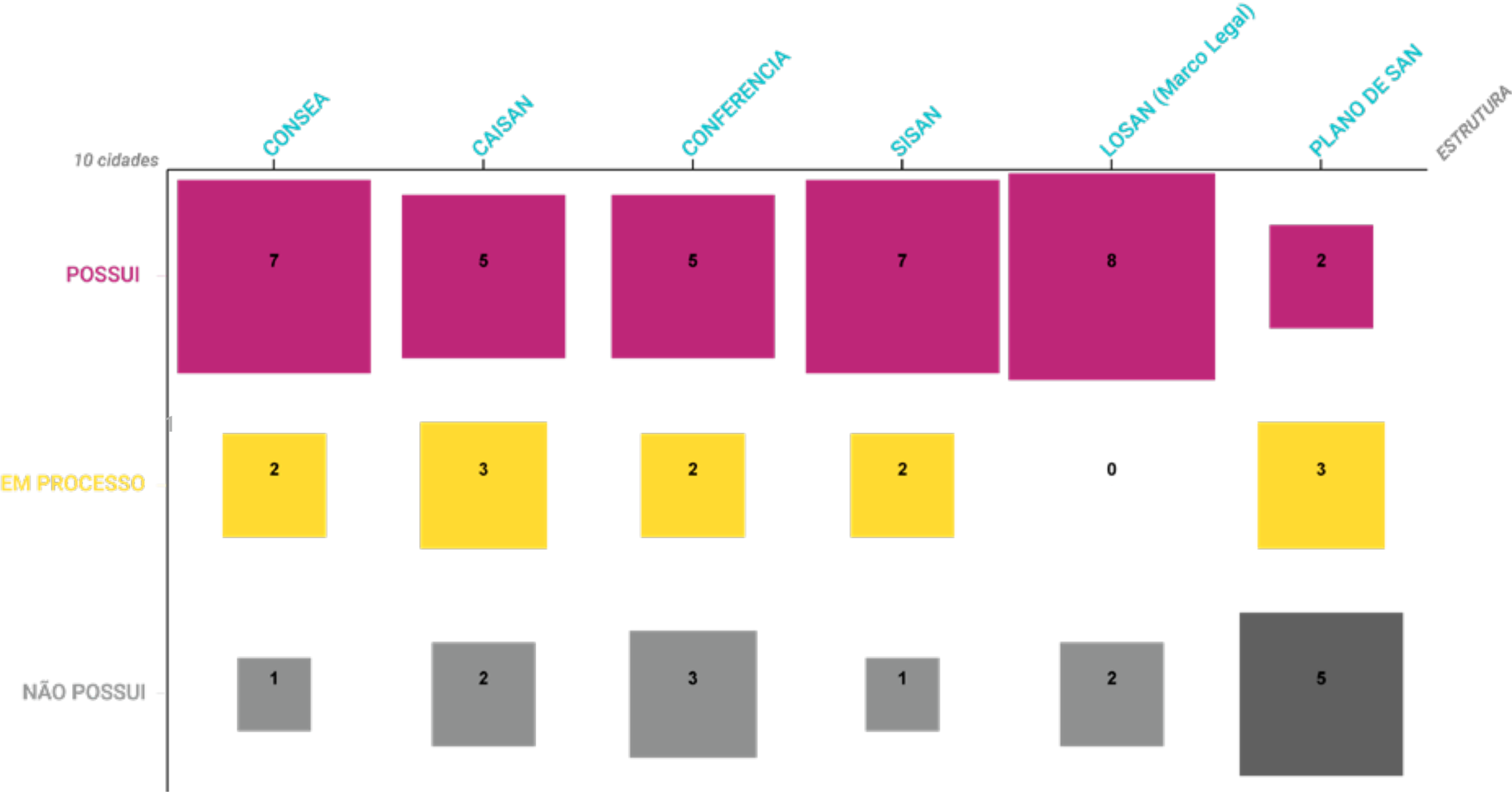
1. *Existência de um Conselho de SAN*
2. *Instalação de uma CAISAN*
3. *Marco legal de SAN*
4. *Adesão ao SISOAN*
5. *Realização de uma Conferência de SAN nos últimos quatro anos*
6. *Criação de um Plano de SAN*

Desde 2002, o Brasil incentivou a criação de Conselhos de SAN, resultando em um número considerável de conselhos instalados. No entanto, as demais estruturas foram promovidas nacionalmente com a Lei Federal nº 11.346/2006 (LOSAN), que instituiu o SISOAN como um sistema de adesão voluntária, encorajando, mas não obrigando, a criação dessas estruturas em estados e municípios. Esse incentivo se deu por meio de facilitação no acesso a recursos federais. Em seu último levantamento em 2022, o Mapa SAN, do então Ministério do Desenvolvimento Social, revelou que cerca de apenas 3% dos municípios brasileiros haviam elaborado seus Planos de SAN.



Constatações iniciais no que
concerne à governança de SAN
referentes às 10 cidades novas

Estrutura de governança
das políticas de Segurança
Alimentar e Nutricional(SAN)

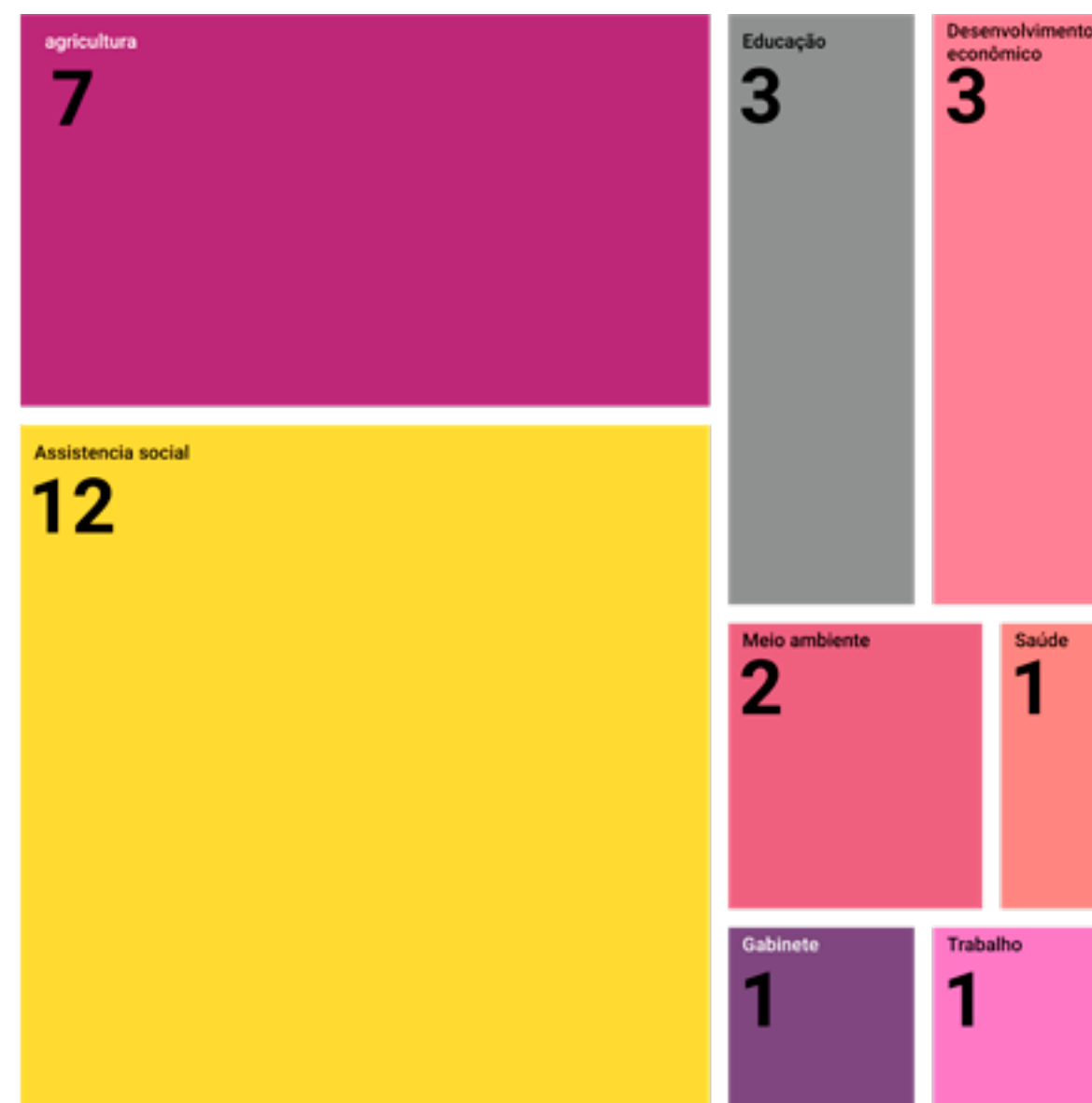


Em processo¹ = “Sim, mas inativo”, “Sim, em processo adesão”,
“Sim, ultima há mais que 4 anos”, “Plano em elaboração” e
“Plano de SAN no Plano de Assistência Social”
Fonte: questionário participantes, análise LUPPA





Setores da Administração Pública Municipal interessados na agenda de Sistemas Alimentares



A colaboração intersetorial é fundamental para o avanço das agendas alimentares urbanas. Por isso, cada cidade participante do **LUPPA** deve indicar pelo menos duas pessoas para representar sua gestão, obrigatoriamente de secretarias diferentes. Essa é uma das condições para participar do **LUPPA**, como estabelecido no edital de seleção publicado antes de cada edição. Esses representantes se envolvem tanto no **LUPPA LAB** quanto nos diversos encontros virtuais ao longo do programa. Incentivamos que mais integrantes de diferentes secretarias participem, fortalecendo assim as políticas e ações de cada agenda alimentar. Essa intersetorialidade não apenas fortalece as políticas, mas também promove a troca de experiências e o apoio mútuo entre os profissionais no trabalho em benefício da população.



Programas de interesse na agenda de políticas alimentares

Para ajudar as cidades a entenderem os temas e ações governamentais abrangidos pelo **LUPPA**, o formulário de candidatura lista uma série de programas ou políticas alimentares. As cidades candidatas devem selecionar quais dessas políticas já estão em andamento e quais desejam implementar ou fortalecer. Esse processo permite identificar as principais "portas de entrada" para o tema de sistemas alimentares no grupo selecionado. Assim, ao se candidatarem, as cidades indicam, entre 26 itens, aqueles programas que desejam implementar ou fortalecer no curto prazo.

1. *Compostagem de resíduos orgânicos;*
2. *Incentivo fiscal para agricultura urbana e periurbana;*
3. *Assistência técnica de transição agroecológica e orgânica aos produtores familiares do município;*
4. *Combate à perda e desperdício de alimentos;*
5. *Eventos gastronômicos para valorização de produtos locais;*
6. *Captação e armazenamento das águas de chuva;*
7. *Cardápio da alimentação escolar com redução de carne vermelha;*
8. *Educação alimentar e nutricional contendo aspectos culturais;*
9. *Hortas escolares;*
10. *Hortas comunitárias;*
11. *Feiras de alimentos frescos de produção orgânica ou agroecológica;*
12. *Cozinhas comunitárias;*
13. *Coleta, reuso e reciclagem de resíduos sólidos;*

14. *Compra direta da agricultura familiar para a alimentação escolar;*
15. *Cardápio da alimentação escolar com redução de ultraprocessados;*
16. *Mercado municipal de produtos frescos ou artesanais locais;*
17. *Banco de alimentos;*
18. *Banco de mudas e/ou sementes para a agricultura urbana e periurbana;*
19. *Reuso de águas cinzas;*
20. *Feiras de alimentos frescos de produção convencional;*
21. *Feiras de produtores locais;*
22. *Assistência técnica aos produtores familiares do município;*
23. *Proibição de venda de bebidas açucaradas nas escolas;*
24. *Restaurante popular;*
25. *Programa Renda Mínima;*
26. *Programa de Complementação Alimentar*

Temas de maior interesse

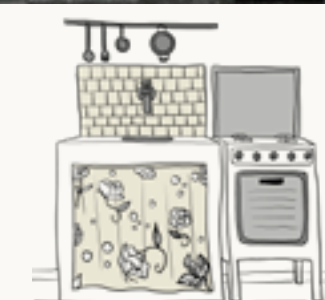
*combate à perda
e desperdício
alimentos na
produção*



*combate ao desperdício
de alimentos na
comercialização e
consumo*



*hortas
comunitárias*



*Cozinhas
comunitárias*

Quando feita uma regionalização destes temas entre a Amazônia Legal e as demais regiões é possível identificar algumas diferenças, com destaque para o tema “Eventos gastronômicos para valorização de produtos locais” que ficou em primeiro lugar no ranking de interesse das cidades amazônicas, enquanto que para as demais regiões ocupa o sétimo lugar. Também é interessante notar que nas cidades da Amazônia Legal, 21 dos 26 temas

apresentados ocupam a terceira posição. Já nas demais regiões a distribuição entre os temas é mais diversificada.

No gráfico disponibilizado na próxima página é possível conferir, de forma detalhada, o mapa de calor para os 26 temas elencados no formulário de candidatura, tanto de forma consolidada quanto com recorte regional entre cidades da Amazônia Legal e demais regiões.



COMO FOI O NOSSO 3º LAB

3

CADERNOS
LUPPA



LUPPA LAB#3

em números

NÚMEROS
CONSOLIDADOS
DE PARTICIPAÇÃO
NAS TRÊS
EDIÇÕES

43 cidades
5 regiões

PESSOAS
ENVOLVIDAS
NO EVENTO

organização
do evento **52**
equipe de
projeto **13**



lu•ppa LAB#3
CURITIBA - 2024

visitas técnicas
a 7 equipamentos
de SAN

25h

de atividades práticas

5 temas trabalhados

Governança e articulações
Mudança de Padrões de Consumo
Circuitos curtos de produção e consumo
Mudanças Climáticas
Garantia de Direitos Humanos e Equidade

¹ habitantes por
categorias

7 até 50 mil
2 entre 50 e 100 mil
9 entre 100 mil e 300 mil
8 entre 300 mil e 600 mil
6 acima de 600 mil

32 cidades¹

5 em regiões

CIDADES E
REGIÕES
CONTEMPLADAS

10 novas cidades

5 cidades
mentoras

13 cidades
amazônicas

REPRESENTANTES
POR ÁREA

prefeituras +
sociedade civil **106**

municípios com
membros da
sociedade civil
presentes **60%**

participação de
mulheres **63%**

Segurança Alimentar
e Nutricional **29**

Assistência e
Desenvolvimento Social **25**

Agricultura,
Abastecimento
e Meio Ambiente **25**

Planejamento, Gestão
e Desenvolvimento
Econômico **10**

Educação e
Alimentação Escolar **7**

Saúde **6**

Governo Municipal **4**

3

CADERNOS
LUPPA

NOSSO 3º LAB LUPPA em números



COMO FOI O NOSSO 3º LAB

Entre os dias 19 e 22 de março de 2024 foi realizada a terceira edição do **LUPPA LAB**, de forma presencial, correalizado com a Prefeitura de Curitiba/PR. O **LAB** contou com um seminário de abertura, realizado na noite do dia 19 de março, além de 3 dias de atividades imersivas. Para fazer este evento acontecer, mais de 150 pessoas estiveram envolvidas. Além dos representantes indicados pelas cidades, estiveram também presentes especialistas no tema das políticas alimentares, governantes, parceiros e apoiadores do **LUPPA**.

A equipe do **LUPPA**, responsável pela realização do encontro,

reuniu colaboradores do **Instituto Comida do Amanhã**, do **ICLEI América do Sul**, da parceira metodológica **Reos Partners**, e diversos voluntários, totalizando aproximadamente 50 pessoas.

Também estiveram presentes representantes dos apoiadores do projeto: **Instituto Clima e Sociedade**, **Porticus e Fundação José Luiz Egydio Setúbal**. Além disso, representantes do **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)** também acompanharam as atividades do evento. A **FAO Brasil** se fez presente via vídeo, durante a abertura do **LAB**.

Ao todo, 37 cidades, das 5 regiões do país, estiveram presentes no **LAB**, com um total de 106 representantes, tanto das prefeituras quanto da sociedade civil, por meio dos conselhos de controle social.

As cidades que estiveram presentes foram Abaetetuba, Alenquer, Alto Paraíso de Goiás, Alvarães, Anchieta, Araucária, Barcarena, Belém, Bragança, Campinas, Careiro, Caruaru, Caucaia, Caxias do Sul, Contagem, Itajaí, Jaguaretama, João Pessoa, Jundiaí, Maracanaú, Mãe do Rio, Maricá, Niterói, Nova Lima, Palmas, Portel,





Porto Alegre, Rio Branco, Santarém, Sobral, Teresina, Vitória do Mearim, além das 5 cidades mentoras: Belo Horizonte, Curitiba (mentora e sede do Laboratório #3), Osasco, Recife e São Paulo.

A diversidade territorial das cidades presentes foi um dos grandes destaques do evento. As cidades amazônicas, com sua conjuntura bastante distinta do restante do Brasil, tiveram a possibilidade de dialogar e trocar experiências e desafios com os demais municípios. Além disso, 22 cidades participantes da primeira e segunda edições mantiveram seu compromisso com a comunidade **LUPPA** e retornaram para participar da terceira edição do **LAB**.

Esta edição contou também com a expressiva representação dos conselhos de controle sociais das

cidades participantes: cerca de 60% dos municípios tiveram a participação de membros da sociedade civil em harmonia com representantes das prefeituras, cumprindo um dos principais objetivos do **LUPPA**, que é alavancar a construção de políticas públicas com participação social. Importante também valorizar que mais de 63% dos presentes eram mulheres, em sintonia com a expressiva participação do gênero feminino na transformação dos sistemas alimentares Brasil afora.

O **LAB** contou com uma jornada metodológica desenhada e conduzida pela equipe **LUPPA** com apoio da **Reos Partners**: foram 25 horas de imersão em atividades práticas, trabalhos em grupo e visitas técnicas.

A alimentação servida durante o **LAB** foi planejada para ser inclusiva,

nutritiva e saudável, com um cardápio totalmente vegetariano e opções veganas. Foram oferecidas aos participantes refeições de lanche da manhã, almoço e lanche da tarde. O destaque foi o segundo dia de **LAB** (22/03), quando os participantes tiveram a oportunidade de realizar uma visita técnica aos restaurantes populares de Curitiba e almoçaram junto com os usuários desses estabelecimentos, obtendo então uma experiência completa do funcionamento desses equipamentos públicos de SAN.

Já as atividades imersivas foram agrupadas da seguinte forma ao longo dos três dias do encontro, para garantir uma jornada de aprendizagem eficaz.



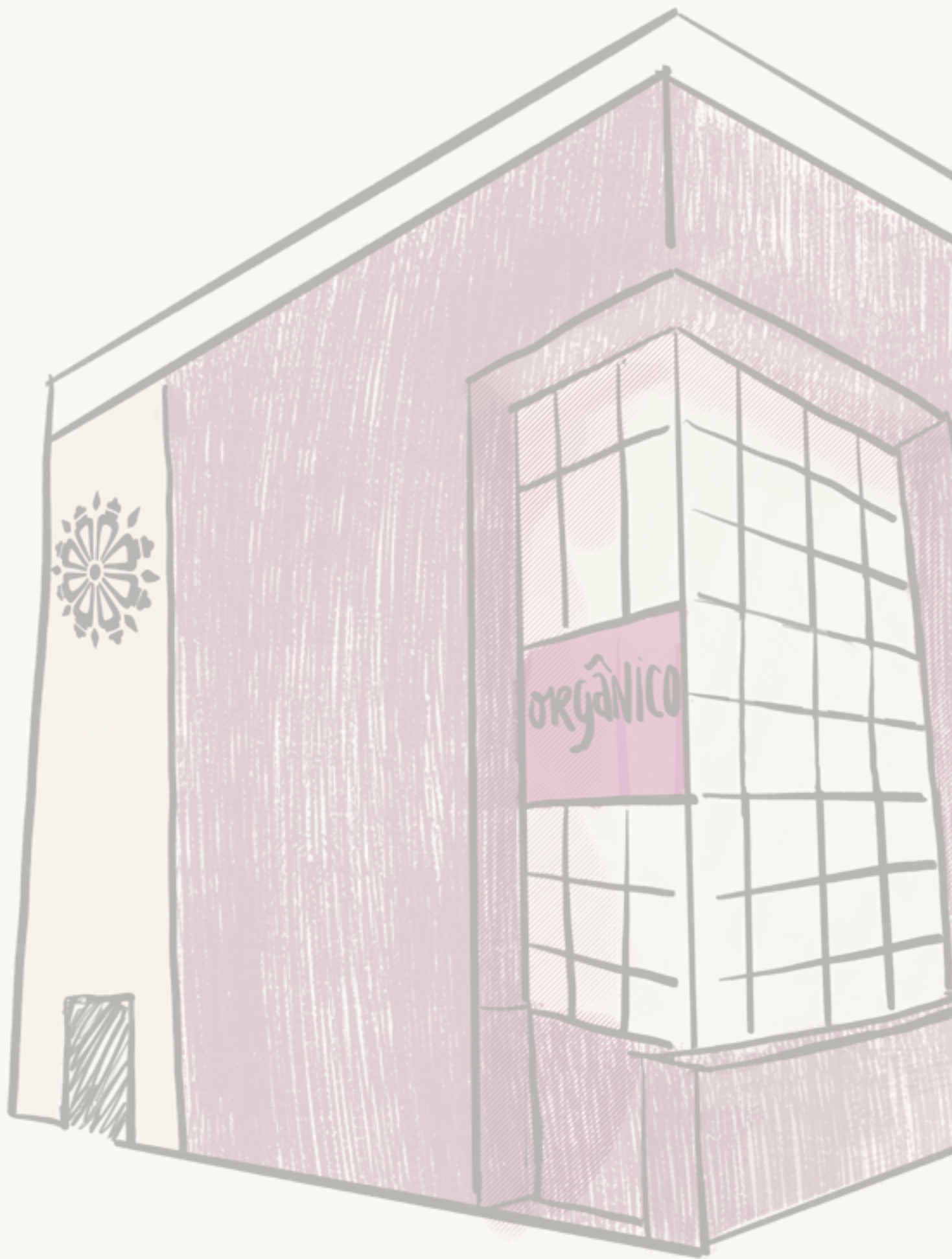


SEMINÁRIO DE ABERTURA LUPPA LAB#3

19 de Março de 2024
Centro Memorial de Curitiba

PROGRAMAÇÃO

- | | |
|-------|--|
| 16h | Recepção dos convidados |
| 17h | Abertura solene LUPPA
Comida do Amanhã, ICLEI
Brasil, Prefeitura de Curitiba,
FAO e Ministérios presentes |
| 17h25 | Lançamento do 3º Plano de
SAN de Curitiba |
| 17h45 | Falas sobre SAN |
| 18h35 | Roda de diálogos
"Nutrindo o amanhã: Comida no
centro da agenda municipal"
com prefeitos/vice-prefeitos de
cidades LUPPA |
| 19h15 | Coquetel |
| 20h | Encerramento |



PROGRAMAÇÃO* LUPPA LAB#3

Mercado Municipal (Orgânicos)

	20.03	21.03	22.03
8h	Chegada e credenciamento	<u>ENCONTRO 7h30</u> Jornada da aprendizagem: visitas a equipamentos de SAN de Curitiba	Oficina com foco no desenvolvimento de Plano de SAN
9h	Dinâmica de apresentação		
	Introdução à colaboração estendida		
12:30h	almoço	almoço durante a visita	almoço
14h	Oficinaa de troca de experiências	Partilha das visitas	Colheita
	Colheita	Painel das cidades mentoras	Próximos passos
	Estratégias para o diagnóstico	Dinâmica de mapeamento sistêmico aprofundado	definição das mentorias
18h	ENCERRAMENTO		ENCERRAMENTO (16h)



ABERTURA

No dia 19 de março de 2024, o Memorial de Curitiba acolheu o início do terceiro **LUPPA LAB** com um seminário de abertura. A cerimônia oficial começou no fim da tarde, com o lançamento do 3º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de Curitiba, e estiveram presentes na mesa de abertura: o Prefeito Rafael Greca e o Vice-Prefeito Eduardo Pimentel, o Secretário Luiz Gusi, Valéria Burity (Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome/MDS), Patrícia Gentil (Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/MDS), Rosé Pondé (Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar/MDA), Jorge Meza (FAO, via vídeo), Rodrigo Perpétuo (ICLEI) e Juliana Tângari (Comida do Amanhã).

Após a mesa de abertura, houve uma mesa de diálogos "Nutrindo o amanhã: comida no centro da agenda municipal", com a participação de prefeita/os e vice-prefeita/os presentes compartilhando o legado de suas administrações na agenda da alimentação e sistemas alimentares. As autoridades presentes foram: Eduardo Pimentel Slaviero (Curitiba), Francinete Maria Rodrigues Carvalho (Abaetetuba), Ivan Canci (Anchieta), Paula Ioris (Caxias do Sul), e Christianne Coelho (Sobral) e Luiz Paulo (Curvelo).



PRIMEIRO DIA

O dia começou com a recepção e inscrição dos participantes, seguido de uma dinâmica de apresentação e conexão. Os participantes de cada município se reuniram em grupos, cada um trazendo um objeto representativo do sistema alimentar de suas cidades. Nos grupos, cada pessoa se apresentou brevemente, compartilhando o objeto e explicando sua escolha. Os participantes identificaram elementos comuns e singulares entre os sistemas alimentares dos diferentes municípios que compunham os grupos e escolheram dois representantes para compartilhar essas observações em uma posterior “Grande Roda de Objetos”.

Em seguida ocorreu a sessão com o tema da Colaboração Estendida,

abordando as quatro formas de falar e ouvir: downloading, debate, diálogo e presenciar. Os participantes vivenciaram essas formas em duplas, refletindo sobre como cada uma se aplicava à colaboração em seus municípios. A teoria das três extensões da colaboração foi explicada, destacando a importância de focar no próprio papel e responsabilidade no sistema alimentar. Os participantes fizeram uma pausa para o almoço e logo depois, iniciou-se a troca de práticas e experiências. Na primeira rodada, os grupos discutiram a jornada de seus municípios no **LUPPA**, compartilhando avanços, desafios e oportunidades. As cidades veteranas falaram sobre suas experiências e as novas cidades sobre seus

Primeiro Dia de Oficina Presencial
20 de março de 2024

estágios atuais e necessidades. Na segunda rodada de troca de práticas e experiências, os grupos discutiram os papéis de diferentes setores na melhoria dos sistemas alimentares municipais e cada participante pôde refletir e compartilhar suas contribuições e necessidades identificadas.



O dia se encerrou com a sessão sobre estratégias para o diagnóstico do sistema alimentar do município que destacou a importância de ouvir diversas vozes e contar com uma equipe multidisciplinar. Durante a atividade, os participantes refletiram sobre as estratégias e os desafios para estruturar e realizar o diagnóstico, anotando suas reflexões. Esse exercício permitiu que os participantes pensassem no aprimoramento do processo de diagnóstico em seus municípios, para garantir uma abordagem mais abrangente, inclusiva e sistêmica.





"O que nos une é o território, eu falei que a gente representa diferentes municípios que estão no Baixo Tocantins, no sul do Pará, na nossa região de Mangue, de Salgado, então o território é totalmente diferente, mas é o que nos une, porque a Amazônia é diversidade."

"O direito humano à alimentação adequada é um direito inegociável e nós estamos construindo isso a partir de todas essas experiências presentes aqui."

"a partilha do conselho, ser voz, ser voz do povo, das entidades para com o governo e também ser voz do governo para o povo. Levar as políticas que estão sendo executadas para que o povo conheça, para que o povo saiba que eles têm direito a ter acesso a essa política."

"O cactus é um vegetal muito forte dentro do Nordeste, uma planta que significa resiliência. Então tem tudo a ver com o LUPPA e com a gente estar aqui."

"O que a gente precisa?"

— INTERSETORIALIDADE —

Acho que é quase um consenso, porque a gente não trabalha sozinho na segurança alimentar, ela é imediatamente transversal e intersetorial, e a gente não tem como trabalhar essa pauta sem contar com todos os outros atores envolvidos."

"Levo a experiência vivenciada através de relatos e conquistas de companheiros que já participaram de outra edição do LUPPA"

"a experiência de mentoria no LUPPA fortaleceu a equipe e consolidou uma abordagem holística do programa. Seu aspecto multidimensional. A experiência de troca também possibilitou que nos apropriássemos de novas ferramentas de administração pública e possibilitou ações consolidadas em terras indígenas."

"estamos caminhando para transformar, para criar e enraizar esse sistema alimentar."

"e chegamos à conclusão de que, o que contribui para as políticas alimentares sustentáveis é a diversidade de papéis na equipe técnica."

expon



SEGUNDO DIA

O segundo dia de oficina presencial, iniciou-se com a chegada dos participantes ao local do evento - o Mercado Municipal de Curitiba, onde foram calorosamente recebidos pela equipe organizadora. Os participantes foram divididos em grupos para a primeira atividade do dia, a preparação para as visitas a campo. Durante essa preparação, facilitadores orientaram os grupos a se concentrarem em exercícios de percepção, escuta e suspensão de julgamento, com o objetivo de enriquecer a experiência de imersão nas visitas. Esses momentos de introspecção ajudaram os participantes a se conectarem consigo mesmos e a estarem plenamente presentes para as atividades que se seguiram.

Em seguida, os grupos embarcaram nos veículos e partiram para as

visitas aos equipamentos públicos de SAN de Curitiba, cada grupo com seu respectivo roteiro. A visita tinha como principais objetivos ampliar a percepção dos participantes sobre o sistema alimentar de Curitiba através de uma experiência imersiva, vivenciar as atividades propostas pelos projetos e iniciativas locais, coletar insumos e alinhar perspectivas para o desenvolvimento dos Planos de SAN de seus próprios municípios. Todos os participantes tiveram a oportunidade de conhecer os seguintes equipamentos: Banco de Alimentos, Hortas Comunitárias, mercados populares como “Sacolão da Família” e “Armazém da Família”, Fazenda Urbana, Mesa Solidária e Escola de SAN, Mercado Regional e um restaurante popular onde os participantes realizaram a refeição do almoço.

Segundo dia de Oficina Presencial 21 de março de 2024

A tarde foi dedicada à partilha das experiências vividas nas visitas a campo. Os participantes foram organizados em pequenos grupos, onde cada pessoa pôde refletir individualmente sobre o que viu, ouviu e sentiu durante as atividades. Em trios, compartilharam suas observações e impressões, identificando os aspectos mais marcantes das visitas. Por fim, cada grupo escreveu uma frase que pudesse sintetizar o impacto das experiências da manhã, as quais foram depois compartilhadas na plenária.

3

CADERNOS
LUPPA

NOSSO 3º LAB segundo dia





Depois dessa partilha, foi realizada uma devolutiva da avaliação do dia anterior e um compartilhamento do registro visual das atividades, feito por meio de facilitação gráfica. Esse momento proporcionou uma revisão das principais discussões e aprendizados, além de permitir ajustes e feedbacks para a continuação do evento.

O próximo ponto da agenda, ainda no segundo dia do **LAB**, foi o Painel das Cidades Mentoradas. Este contou com representantes das cinco cidades-mentoras: Belo Horizonte, Curitiba, Osasco, Recife e São Paulo. Cada representante destas cidades

compartilhou suas visões sobre as transformações mais expressivas provocadas pelo processo de mentoria do **LUPPA** nas cidades mentoradas, além de oferecerem orientações e sugestões sobre como as cidades que em breve passariam pelo processo de mentoria, poderiam melhor se preparar para maximizar os benefícios dessa experiência.

O evento então prosseguiu com uma atividade de mapeamento sistêmico aprofundado. Essa dinâmica teve o objetivo de introduzir e aprofundar o pensamento sistêmico entre os

participantes, identificando exemplos inovadores e colhendo insumos para o desenvolvimento de um Guia de Governança Municipal de Políticas Alimentares. Os participantes foram divididos em 10 grupos, sendo 2 grupos alocados para cada tema específico:

1. *Governança e articulações*
2. *Mudança de Padrões de Consumo*
3. *Circuitos curtos de produção e consumo*
4. *Pautando as Mudanças Climáticas: adaptação e mitigação*
5. *Garantia de Direitos Humanos e Equidade*



Cada grupo trabalhou na identificação de estruturas e modelos mentais que mantêm ou transformam a situação atual dos sistemas alimentares em seus municípios. O dia se encerrou com uma avaliação e resumo das atividades, onde os participantes tiveram a oportunidade de refletir sobre os aprendizados e experiências do dia. Houve um breve balanço geral para alinhar as expectativas para o terceiro dia de oficina, seguido por um término formal das atividades.

A programação do segundo dia foi intensa e repleta de atividades dinâmicas, proporcionando um ambiente colaborativo e enriquecedor para todos os participantes, que saíram motivados e preparados para continuar a jornada de aprendizado no dia seguinte.





"a inovação é o horizonte cujo
caminhar é constante. Parar é
quase retroceder!"

"a união da população aliada à vontade
política, supera os desafios do combate à
inssegurança alimentar e nutricional."

"estamos no caminho certo
e podemos avançar!"

"estou levando a diversidade
do Brasil e ao mesmo tempo
enfrentando os mesmos obstáculos
e entraves, ideias excitadas que
devem nos orientar na volta para
os nossos municípios para melhorar
a segurança alimentar e a
agricultura familiar."

"Feliz em ver a construção de um
ecossistema que possibilita aprender
com as experiências e validar o que
já foi feito."

"levo a força e solidariedade do
coletivo, a importância da troca de
experiências de políticas de SAN,
assegurando o respeito às peculiaridades
de cada território, mas compartilhando
inovação e trajetórias relevantes."

"levo a troca de experiências e a
possibilidade de ver as semelhanças
dentro das dificuldades e
potencialidades"



TERCEIRO DIA

No terceiro e último dia da oficina, 22 de março de 2024, o Mercado Municipal de Curitiba foi o cenário de um dia repleto de mais atividades intensas e produtivas. A jornada começou com uma breve abertura, onde os facilitadores revisitaram os principais pontos do dia anterior, preparando os participantes para participarem do jogo **"Negociando para criar um Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)"**. O objetivo aqui, era simular a CAISAN de um município em que os jogadores representassem diferentes pastas da administração ou o Conselho e elaborassem um Plano de SAN de forma bem resumida, seguindo as orientações da respectiva Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Os participantes, organizados em grupos com nomes de árvores brasileiras, como

Araucária e Ipê, foram guiados por facilitadores experientes.

Os grupos então criaram suas cidades fictícias, discutindo detalhes como nome, paisagem, produtos principais e fatos interessantes. Esse exercício visava construir um contexto envolvente para o jogo. A primeira fase do jogo teve início quando o representante do CONSEA desta cidade fictícia leu as diretrizes, assim o debate sobre os desafios e eixos do plano começou. Uma surpresa no jogo exigiu rápida adaptação dos participantes, estimulando negociações dinâmicas para preencher o modelo do plano. A segunda fase do jogo continuou com negociações e revisões do plano. Cada grupo revisou seus planos e preparou

Terceiro dia de Oficina Presencial 22 de março de 2024

notas de imprensa, ensaiando discursos para apresentar na plenária. Após o almoço, começou a fase de colheita do jogo. Na presença simbólica da Governadora do Estado, (representação fictícia), e um coletivo de imprensa, os grupos apresentaram seus planos de SAN. Cada grupo teve três minutos para convencer a plateia de suas ações e estratégias, seguido pela aprovação e carimbo da governadora, celebrando a finalização do jogo.

Seguindo a programação depois do jogo, as cidades selecionadas para as mentorias foram anunciadas, detalhando o cronograma das próximas reuniões.

3

CADERNOS
LUPPA

NOSSO 3º LAB
terceiro dia





Todos se reuniram assim, para a cerimônia de encerramento: formando uma grande roda, cada participante completou a frase “Não posso ir embora deste encontro sem dizer que estou...”, compartilhando uma palavra que refletia suas emoções. E assim se encerrou o LAB presencial!





"a união dos esforços da sociedade civil e o poder público, criou uma forte rede de solidariedade em defesa da dignidade (sobre o msa solidária)"

"percebemos padronização e conexão entre os programas executados com zelo e comprometimento com as políticas de SAN, por equipes qualificadas e engajadas."

"Compromisso e amor de todos os envolvidos com evolução constante e articulação entre atores e ótimos resultados"

"se faz sentir, faz sentido!"

"LINDO.
ÚNICO.
PARTICIPATIVO.
PLURAL.
ANIMAL."

uma
lâmparina
sensacional!

"o desejo de aplicar as experiências nos outros municípios"

"Que maravilha participar de LUPPA!"



EM SÍNTESE

A diversidade territorial das cidades presentes no **LUPPA LAB#3**, especialmente a participação de municípios da Amazônia, facilitou um rico intercâmbio de experiências e desafios. Isso destacou as particularidades regionais e a necessidade de soluções adaptadas a contextos específicos. Além disso, a expressiva participação e representação dos municípios por conselhos de controle social, enfatizou a importância da participação ativa da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas. Este envolvimento assegura que as políticas alimentares sejam mais inclusivas e reflitam as necessidades e perspectivas dos cidadãos. A participação majoritária de mulheres, também reforçou a importância da equidade de gênero na transformação dos sistemas

alimentares, garantindo que as políticas considerem as perspectivas e contribuições femininas.

Um dos destaques desta edição foi o jogo "**Negociando para criar um Plano Municipal de SAN**", que simulou a elaboração de planos municipais e promoveu a colaboração intersetorial e o alinhamento das políticas locais com as diretrizes nacionais. Esta atividade prática ajudou os participantes a entenderem melhor os desafios e oportunidades na criação de políticas alimentares robustas. As visitas técnicas aos equipamentos públicos de SAN de Curitiba, como restaurantes populares e hortas comunitárias, ofereceram aos participantes uma visão prática do funcionamento dos sistemas alimentares locais. Estas visitas

foram fundamentais para a coleta de insumos e a aplicação de boas práticas em seus próprios municípios. E ao final do evento, os participantes puderam avaliar o encontro sendo que, 80% das pessoas presentes responderam o formulário e destas cerca de 94% afirmaram que os objetivos do **LUPPA LAB#3** foram alcançados.

Fechando este capítulo, o terceiro **LUPPA LAB** foi essencial para fortalecer a intersetorialidade e promover políticas alimentares municipais no Brasil. Ao reunir uma diversidade de atores e promover a troca de experiências e práticas, o evento contribuiu significativamente para a construção de políticas públicas mais inclusivas, sustentáveis e adaptadas às realidades locais.





A participação ativa da sociedade civil e o foco na equidade de gênero garantem que essas políticas sejam mais representativas e eficazes, refletindo um compromisso com a transformação positiva dos sistemas alimentares em todo o país.



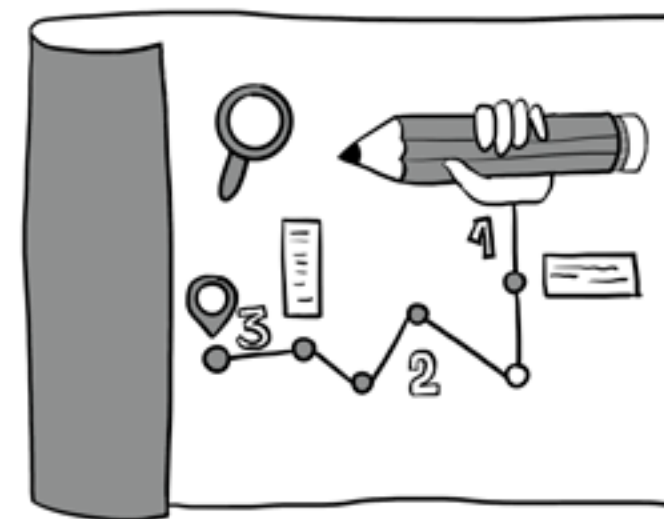
CONTINUIDADE DOS TRABALHOS

Com todo o conhecimento e inspirações proporcionados pela participação no **LUPPA LAB**, é hora de as cidades identificarem e proporem uma ação, projeto ou iniciativa inovadora relacionada aos sistemas alimentares em cada município, que possa ser executada até o final do ciclo do **LUPPA**.

Para isso, foi disponibilizada uma ferramenta¹ desenvolvida pelo **LUPPA**, o **Projeto Âncora**. Sugerimos que todos os envolvidos considerem quais setores da administração pública e quais atores interessados devem participar desse projeto. Também recomendamos que todas as cidades envolvam o Conselho de Controle Social relevante para a área de ação proposta e que esta iniciativa seja o primeiro passo para a

construção (ou revisão, conforme o caso) do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade.

A proposta é identificar e propor uma ação (nova ou já existente), projeto ou iniciativa inovadora relacionada aos sistemas alimentares em cada município e que terá um impacto significativo² na transformação do sistema alimentar da cidade. As cidades desenvolveram seus **Projetos Âncora**, cada qual com sua especificidade e o desejo de enfrentar algum desafio do sistema alimentar municipal.

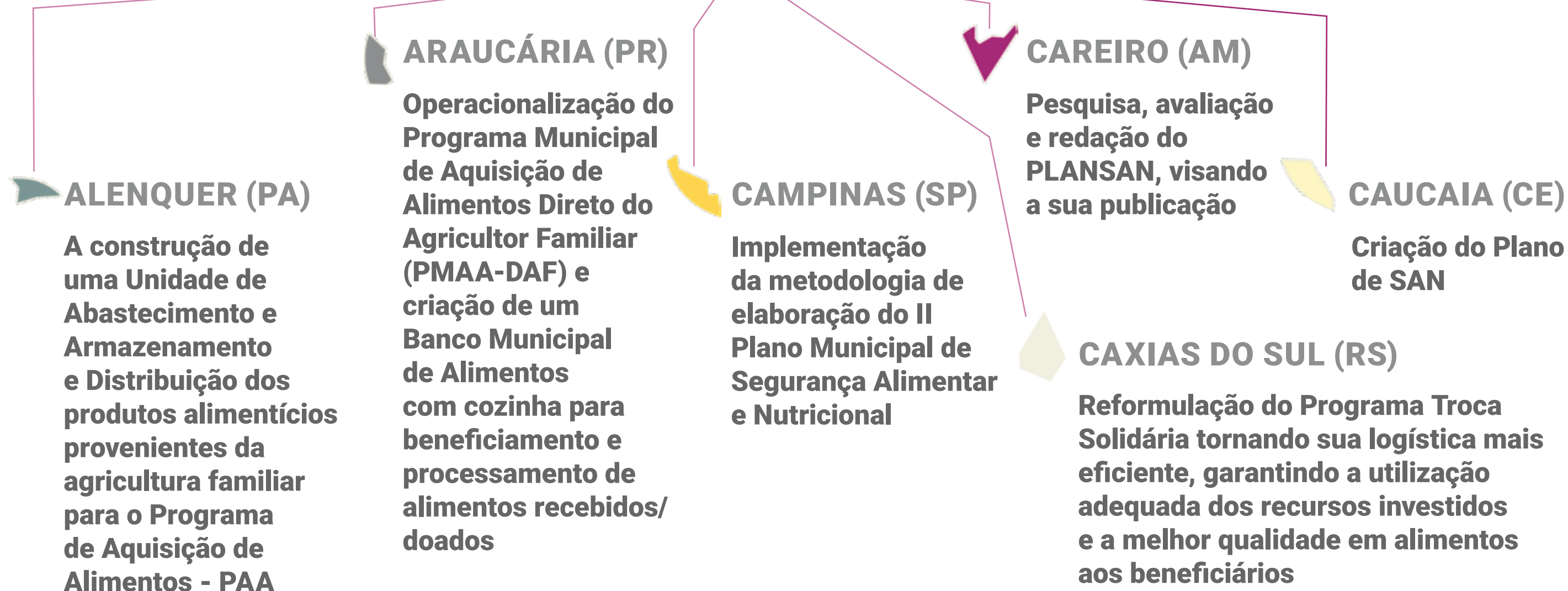


1 Essa ferramenta foi adaptada de uma ferramenta co-formulada pelo ICLEI no âmbito do projeto IFWEN UGI-Nexus. A partir desse insumo, aportes e conceitos foram trazidos pela parceira Reos Partners e pela equipe LUPPA (Instituto Comida do Amanhã e ICLEI) de acordo com os objetivos do LUPPA e as dinâmicas realizadas com os participantes.

2 Por grande impacto, nos referimos aos resultados daquela ação que, como o movimento de uma mão que controla uma pipa, pode ser sutil, mas o importante é que inova estruturas e modelos mentais que impulsionam o desenvolvimento e a transformação sistêmica.



*O tema em que cada cidade focou
para a construção do projeto âncora*



*O tema em que cada cidade focou
para a construção do projeto âncora*

ITAJAÍ (SC)

Enfrentamento aos altos índices de pessoas em insegurança alimentar e nutricional no município, tanto na dimensão alimentar, voltada ao acesso aos alimentos, quanto na dimensão nutricional

JOÃO PESSOA (PE)

Elaborar e implantar o PLANSAN no município de João Pessoa

NOVA LIMA (MG)

Criação de Conselho, e elaboração de Conferência e Plano de Segurança Alimentar e Nutricional

MÃE DO RIO (PA)

Melhorar a infraestrutura de transporte e logística abordará diretamente a questão do escoamento da produção agrícola, reduzindo perdas e desperdícios, e indiretamente beneficiará a segurança alimentar, a sustentabilidade, e o acesso a mercados e tecnologias

PALMAS (TO)

Realizar um diagnóstico situacional da (in)segurança alimentar e das ações locais para garantia da SAN no município, estruturar a CAISAN e elaborar o Plano Municipal de SAN

JAGUARETAMA (CE)

Desenvolvimento integral das crianças na primeira infância por meio da implementação e monitoramento de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, reduzir as desigualdades sociais e econômicas e melhorar a saúde e bem-estar infantil



AS MENTORIAS DA 3ª EDIÇÃO

PAINEL DAS CIDADES
MENTORIAS



AS MENTORIAS DA 3ª EDIÇÃO

4

CADERNOS
LUPPA

MENTORIAS



Cidades mentoras são aquelas que já avançaram significativamente em suas políticas para sistemas alimentares, amadurecendo e evoluindo seus planejamentos de segurança alimentar e nutricional. Com isso, elas podem contribuir com sua expertise e experiência acumuladas para as cidades participantes. Essas cidades são parceiras do programa **LUPPA** e são responsáveis por organizar e fornecer mentorias na segunda fase de cada ciclo do **LUPPA**, quando um grupo de cidades é selecionado para trabalhar com cada cidade mentora. Nesta terceira edição, as cidades mentoras foram: Belo Horizonte, Curitiba, Osasco, Recife e São Paulo. Estas cidades atendem a uma série de critérios e se comprometem a realizar a mentoria de acordo com

Edital de Seleção de Cidades e Instituições Mentoras. As principais atividades da mentoria são realizadas por encontros coletivos mensais - quatro oficinas virtuais, de aproximadamente duas horas cada, e começam após a realização do **LAB**. O primeiro encontro da mentoria é geralmente utilizado como uma reunião de apresentação e alinhamento.

A metodologia da mentoria visa construir um espaço de aprendizagem entre gestores de governos municipais e demais atores dos sistemas alimentares urbanos. A mentoria se configura como uma cooperação técnica onde esse conhecimento pode ser melhor absorvido e uma

troca mais aprofundada pode ocorrer entre cidades mentoras e mentoradas. A partilha dos casos de sucesso e dos desafios enfrentados permite estabelecer um ambiente de aprendizado prático. Nessas oficinas, os participantes têm acesso a trocas específicas e profundas sobre processos, estratégias de advocacy, formas de institucionalização, formas de operacionalização de planejamento e adequações orçamentárias.

Nesta terceira edição, as mentorias estão divididas em grupos selecionados de acordo com os interesses das cidades e as capacidades ou expertises das mentoras, considerando também o equilíbrio necessário entre homogeneidade e diversidade na formação de cada grupo.



BELO HORIZONTE - MG

Na 3ª edição do programa de mentorias, Belo Horizonte atuou como cidade mentora, compartilhando sua expertise em políticas para sistemas alimentares, segurança alimentar e nutricional. Participam desta mentoria as cidades de Careiro (Amazonas), Nova Lima (Minas Gerais) e Portel (Pará), que possuem diferentes biomas e características populacionais e econômicas.

A mentoria de Belo Horizonte teve como tema central o diagnóstico das necessidades e potencialidades municipais para a elaboração e implementação de políticas públicas que incluam o SISAN e o Plano de SAN. Também foram abordadas as experiências com equipamentos de SAN, como o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRESAN) e as Cozinhas Comunitárias, além de temas como Educação Alimentar e Nutricional (EAN),

Agroecologia, Territórios Sustentáveis e Agricultura Urbana.

O plano de trabalho incluiu marcos de atuação específicos, como: apresentação das políticas de segurança alimentar e nutricional dos municípios envolvidos no primeiro encontro, com o objetivo de conhecer o contexto atual e identificar os temas e áreas a serem debatidos nas reuniões seguintes. O segundo encontro, abordou o controle social, o SISAN e o Plano Municipal de SAN, com a participação de representante do Gabinete da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), e um representante do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN). No terceiro, discutiram sobre Agroecologia, Territórios Sustentáveis

e Agricultura Urbana, e o quarto e último encontro, focou na experiência dos equipamentos de SAN, com ênfase no Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRESAN) e nas Cozinhas Comunitárias.

“Participar das mentorias é um processo muito enriquecedor para todos os lados. é muito bom aprendermos com gente está sempre a frente de nós, como BH que tem uma política de SAN já há mais de 30 anos [...] Este é o nosso segundo ano e houve um processo de amadurecimento nesta edição”

“A mentoria não foi só BH trazendo as suas experiências, mas houve de fato uma troca entre as cidades do grupo [...] O LUPPA tem um papel muito importante para os municípios que estão participando, de servir como essa âncora, porque o sistema de SAN carece dessa referência nos municípios menores [...] às vezes temos tanta coisa acontecendo, tão pouco recurso, e essas experiências vêm para agregar...”



CURITIBA - PR

Na 3ª edição do programa de mentorias do **LUPPA**, Curitiba atuou como correalizadora do **LUPPA LAB #3** e como cidade mentora, oferecendo suporte a Araucária/PR, Caxias/RS e Itajaí/SC. O tema central dessa mentoria foi o fortalecimento de sistemas alimentares locais, destacando a importância da cooperação e intersectorialidade para a construção de ações e políticas locais de SAN conectadas, articuladas, duradouras e com resultados eficientes.

O objetivo principal de Curitiba neste grupo de mentoria, foi apresentar às cidades mentoradas ferramentas, subsídios, conhecimento e referências para a estruturação de políticas públicas alimentares. Os objetivos específicos incluíram aprofundar o

conhecimento e a compreensão do sistema alimentar e da política alimentar e nutricional, apresentar a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN) de Curitiba, seu planejamento estratégico e os programas e projetos executados pela secretaria. Além disso, a mentoria detalhou as estratégias para o planejamento municipal de SAN, abrangendo a implantação do CONSEA, CAISAN e a elaboração do I, II e III PLAMSAN de Curitiba. Outro ponto importante foi relatar a história e trajetória dos programas da SMSAN, bem como as medidas previstas para sua evolução, e disponibilizar informações sobre a estruturação e operacionalização das Fazendas Urbanas, desde suas concepções até as perspectivas de evolução das

ações. A mentoria também focou em motivar e apoiar os participantes na identificação de soluções viáveis para alcançar seus objetivos relacionados às políticas municipais de SAN.

“... Quando paramos para colocar no papel tudo o que a gente almeja e de tudo que almejamos, ver tudo o que já conseguimos efetivar, ficamos muito orgulhosos! Vemos que realmente estamos avançando, que o LUPPA realmente contribui para impulsionar as políticas de SAN no município”

“Gostaria de agradecer a Curitiba que nos acolheu durante o LUPPA LAB, e que foi importante para visualizarmos as coisas lá, e termos mais explicações na mentoria. Na verdade, o LUPPA parece uma maternidade de ideias! Todos os encontros em que pudemos ver os projetos dos outros municípios nos engajam para pensarmos em como aplicar no nosso município...”



OSASCO - SP

O processo de mentoria de Osasco, como parte da 3ª edição do programa, teve as seguintes cidades mentoradas: Campinas/SP, Caruaru/PE e Mãe do Rio/PA. Os temas principais da mentoria envolveram o engajamento da sociedade civil e participação social, a construção da governança em políticas públicas e a formulação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

O objetivo geral foi orientar os municípios na construção e fortalecimento de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com objetivos específicos de promover discussões sobre programas e políticas locais, incentivar a governança através

da intersetorialidade do poder público municipal e órgãos do SISAN, compartilhar estratégias para a articulação e mobilização da Sociedade Civil Organizada e estimular a criação ou aprimoramento de projetos e ações voltadas ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. A coleta dos aprendizados envolveu debates sobre experiências, refletindo sobre as limitações e potencialidades do caso aplicado em Osasco, e sobre a realidade dos demais municípios participantes.

"Além das oficinas virtuais, que são uma ótima ferramenta, queria agradecer em nome de Campinas à Osasco que sempre está disponível para nos ajudar com dúvidas e sugestões. Osasco tem algumas dificuldades parecidas com Campinas até pela proximidade dos municípios, então conseguimos ter uma boa troca de experiências!"

"As mentorias de Osasco foram muito gratificantes e momentos de muito aprendizado. Foi um espaço protegido e de muito acolhimento, em que conseguimos trazer algumas angústias com segurança. Ao LUPPA, só agradecer pela experiência e pelas oficinas que tão são ricas e queremos sempre mais e mais para continuar aprendendo."



RECIFE - PE

Na 3ª edição do programa de mentorias do **LUPPA**, Recife atuou como cidade mentora, oferecendo suporte a Caucaia/CE, Jaguaratama/CE, João Pessoa/PB. O tema central dessa mentoria foi a elaboração e implantação de planejamento em políticas e ações de sistemas alimentares circulares e agroecologia, a partir do engajamento social e de setores públicos. O objetivo principal da mentoria foi pensado para potencializar a construção de conhecimentos e a troca de ideias entre os participantes, estimulando o desenvolvimento de políticas e planejamento no tema da SAN e da agroecologia.

Os encontros virtuais incluíram a contribuição com a análise de problemas e potenciais, direcionando

ações estratégicas para os projetos âncoras dos municípios, estimular o relacionamento interpessoal e a cooperação entre os participantes, dinamizar contextos de formação e aprendizagem para o desenvolvimento de competências transversais, facilitar o trabalho colaborativo, a troca de experiências e a construção de subsídios de apoio, além de motivar os participantes e contribuir para a continuidade e os resultados das ações.

Os temas abordados em cada encontro mensal passaram por: elaboração e desenvolvimento de diagnóstico, com um debate conceitual sobre diagnóstico (considerando o desenvolvimento de políticas intersetoriais); sistemas de governança; e construção e planejamento de

políticas alimentares com ênfase na intersetorialidade, tecnologias sociais e inclusão de jovens.

“Eu fico muito satisfeita de saber que os debates que realizamos nas mentorias contribui para a formulação, seja dos projetos âncora, seja para os Planos de segurança Alimentar... A gente exercita a questão da intersetorialidade, que foi o que permeou dentre vários temas, os nossos encontros. Então a gente põe em prática esse exercício de dialogar com outras políticas e estabelecer objetivos comuns é muito importante!”

“A metodologia e os temas desenvolvidos nas mentorias foram essenciais para o desenvolvimento do nosso projeto âncora, até porque a experiência que Recife trouxe para nós nas políticas de SAN fez com que percebêssemos ainda mais a importância que o tema de SAN tem no nosso município... através das mentorias, nós descobrimos que um bom diagnóstico faz com que a gente crie e aperfeiçoe as nossas políticas de SAN para que elas sejam efetivas e eficazes”



SÃO PAULO - SP

Na 3ª edição do programa **LUPPA**, São Paulo compartilhou sua expertise em políticas para sistemas alimentares com os municípios de Alenquer/PA, Maricá/RJ e Palmas/TO. O foco da mentoria foi estruturar e fortalecer sistemas alimentares sustentáveis, especialmente através da agricultura ecológica e agroecologia.

Os encontros de mentoria foram organizados em torno de quatro temas principais, definidos após discussões iniciais entre as cidades participantes: Governança e Participação Social na elaboração e implementação de planos municipais; Agricultura ecológica, circuitos de circularidade de resíduos orgânicos (compostagem) e outros insumos para melhoria da produtividade agrícola;

Hortas em Equipamentos Públicos e intersectorialidade; e políticas para apoio ao empreendedorismo e fomento ao circuito de comercialização.

As principais atividades planejadas compreenderam aprofundar a trajetória de São Paulo na implementação de políticas agrícolas sustentáveis, o compartilhamento de experiências e estratégias do Programa Sampa+Rural, e o mapeamento de iniciativas locais relevantes. Cada tema específico focou não apenas em transmitir conhecimento técnico, mas também promover a interação e colaboração entre os participantes para o fortalecimento das capacidades municipais em segurança alimentar e nutricional.

Além dos encontros, foi realizado um registro contínuo das trocas

de experiências e principais dúvidas levantadas pelos municípios do grupo, culminando na elaboração de um relatório de experiência compartilhada ao término do ciclo de mentoria. Esse processo buscou não apenas capacitar os participantes, mas também documentar e disseminar boas práticas para a promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes em cada cidade envolvida.

“O município de Alenquer partiu do zero nas políticas de SAN, e a partir do LUPPA a gente tem uma luz de onde partir. Já temos alguns projetos de lei para que tenhamos recursos para trabalhar as políticas de SAN. Só agradecemos fazer parte dessa rede, porque o LUPPA foi essencial para esse ponta pé. Hoje já contamos com o apoio da sociedade civil e governo que entenderam a importância de se trabalhar SAN no município [...] e quando temos esse apoio, sabemos que é possível alcançar os nossos objetivos”

INICIATIVAS QUE INSPIRAM

5

CADERNOS
LUPPA



INICIATIVAS QUE INSPIRAM

Durante as atividades do **LUPPA**, informações sobre as experiências, desafios e conquistas de cada cidade são trazidos ao longo do preenchimento de seus diagnósticos, da realização das entrevistas de ingresso, e dos debates realizados nas oficinas do **LUPPA**. Buscamos neste capítulo realizar um compilado dessas referências de cada uma das cidades participantes do **LUPPA LAB**, totalizando 32 cidades. Ressaltamos que estas referências não pretendem, de forma alguma, exaurir todas as iniciativas e toda a atuação de cada município em prol de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. Desejamos retratar apenas alguns destaques das experiências que foram compartilhadas durante as atividades. Em cada cidade, destacamos também qual ação pode se caracterizar como uma ação inovadora ou merecedora de mais atenção de estudiosos e especialistas em políticas alimentares.



*Programas
e ações de
referência
das cidades
participantes
do LAB #3*

5

CADERNOS
LUPPA

INICIATIVAS



CIDADES QUE INGRESSARAM

NA 3ª EDIÇÃO



5

**CADERNOS
LUPPA**

INICIATIVAS





ALENQUER - PA

População (Censo 2022):

69.37 habitantes

Área: 23.645,452 km²

Bioma: Amazônia

O município de Alenquer, situado no estado do Pará, fica a uma distância de 700 quilômetros da capital Belém. É uma cidade com cerca de 70 mil habitantes (IBGE, 2022), localiza-se no Bioma Amazônia e se destaca no estado pelas atividades de bovinocultura (a 3ª maior do Pará) e a apicultura (a 2ª maior produção estadual), além da fruticultura e produção de farinha de mandioca. Com o mapeamento de produtores familiares locais realizado em 2023, verificou-se que a criação

de peixes, galinha caipira e suínos também predomina. A produção de hortaliças, cumaru e castanha do Pará faz parte das práticas produtivas, que recebem apoio da gestão municipal através de assistência técnica produtiva e gerencial aos produtores.

O marco legal de SAN e a governança local estão amparados pela LOSAN, pelo COMSEA com participação de 2/3 da sociedade civil, e pela conferência municipal de SAN realizada em 2023. A LOSAN dispõe sobre a criação do SISAN municipal, dos seus componentes e dos parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de SAN.

O banco de alimentos, o mercado municipal, o banco de sementes crioulas e de mudas agroecológicas, e as feiras são alguns dos equipamentos

públicos de SAN em Alenquer. O banco de alimentos funciona com doação de alimentos a entidades cadastradas e compras da agricultura familiar. Existem 3 feiras agroecológicas onde são vendidos produtos produzidos localmente em sua maioria, e que atendem 12 bairros. Também existem as feiras convencionais que atendem seis bairros e comercializam produtos locais, inclusive artesanato. Possui mercado municipal que comercializa a produção local, incluindo produtos agroecológicos. A gestão executa o PAA com recursos federal e municipal.

O programa de hortas da cidade é bem destacado e diversificado. O programa de hortas escolares agroecológicas



é desenvolvido em 22 escolas das 98 existentes, através do Programa Saúde na Escola. Com caráter pedagógico, a gestão das hortas envolve a participação de familiares e destinação da produção à merenda escolar. Também há 10 hortas comunitárias e agroecológicas que envolvem a comunidade no seu entorno e cuja gestão é comunitária. A produção é destinada à doação de alimentos às pessoas envolvidas na produção, a membros da comunidade onde as hortas estão instaladas e à comercialização. São atendidos cerca de 150 produtores. A gestão municipal fornece insumos e treinamento para o funcionamento das hortas.

Quanto à alimentação escolar, ela é feita nas próprias escolas

com orientação nutricional e atenção à cultura alimentar local, atendendo às exigências do PNAE.



Alenquer possui programa de incentivo ao pagamento por serviços ambientais e inventário da sua agrobiodiversidade, assim como fiscalização e controle do desmatamento da mata nativa e programa de compostagem relacionada à coleta dos resíduos sólidos. Possui o IPTU Verde como incentivo fiscal relacionado ao tema dos sistemas alimentares. Foi aprovada a lei de SEI, que é o serviço municipal de inspeção e certificação de produtos de origem animal e vegetal, com vistas à certificação dos produtos.



O município realiza eventos gastronômicos fomentados pela gestão municipal, como o Festival

da Galinha Caipira, do peixe acari, do camarão, do tucunaré, do Açaí e outros que são realizados anualmente.

Mesmo com tantas experiências importantes, Alenquer ainda enfrenta desafios relacionados à insegurança alimentar e nutricional severa, há pouco conhecimento da população sobre as políticas de assistência e combate ao desperdício de alimentos por falta de equipamentos e formalização de documentos. A equipe de SAN reduzida e os entraves com a logística da região são elementos a serem enfrentados para a superação destes desafios.



ARAUCÁRIA - PR

População (Censo 2022):

151.666 habitantes

Área: 469,240 km²

Bioma: Mata Atlântica



Araucária compõe a região metropolitana de Curitiba, estado do Paraná, formando uma conurbação com outros 29 municípios. Possui cerca de 150 mil habitantes (IBGE, 2022) e localiza-se no bioma Mata Atlântica. Possui uma vasta área rural, onde a produção da agricultura familiar se destaca com a produção de queijos premiados e demais alimentos destinados à alimentação escolar e outros canais de comercialização.

O município é bastante desenvolvido em vários aspectos dos marcos legais e institucionais da agenda de SAN,

investindo em corpo técnico qualificado, apoio técnico e logístico à produção local de alimentos, existência de equipamentos públicos de SAN como a padaria e o centro de referência em SAN. As parcerias entre as secretarias da gestão têm trazido bons frutos, como o trabalho da Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Educação, que incluiu 70 pequenos produtores como fornecedores de alimentos para a alimentação escolar do município. Esta parceria também viabilizou a aquisição de mudas de hortaliças e frutíferas que foram entregues para escolas, creches (CMEIS) e CRAS.



O Projeto Queijarias de Araucária, de iniciativa da prefeitura, já recebeu medalha de ouro em premiações desta categoria,

fazendo com que a cidade seja uma referência na região com a produção de queijos. Toda esta vocação para a produção de alimentos no município pode ser vista no relatório bianual (2022-2023) da Coordenação de SAN, onde constam as atividades e políticas realizadas pela Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN), que faz parte da Secretaria de Assistência Social. Neste relatório, são relatadas as principais atividades e sua importância para a segurança alimentar e nutricional local.



CAMPINAS - SP

População (Censo 2022):

1.139.047 habitantes

Área: 794,571 km²

Bioma: Mata Atlântica

Com uma população de um milhão, cento e quarenta mil habitantes (IBGE, 2022), a cidade de Campinas está localizada a 100 quilômetros da capital paulistana e localiza-se no bioma Mata Atlântica. O tema da SAN ocupa posição destacada quando se fala dos desafios num município de grande porte e das atuais iniciativas que buscam dar uma conotação transversal às políticas públicas.



Atualmente, Campinas recebeu o prêmio Cidades Sustentáveis na categoria social por suas políticas direcionadas ao estímulo e garantia

do aleitamento materno e alimentação saudável, que fez avançar a intersectorialidade através do Plano da 1ª Infância em 2018. O primeiro plano municipal de SAN foi feito em 2021, o que contribuiu para o fortalecimento de políticas de distribuição de renda e de produção de alimentos, como a criação do Cartão Nutrir, que substitui a distribuição de cestas básicas, e o avanço do programa de agricultura urbana e periurbana, que adota o modo de produção agroecológico e solidário na sua execução.

A sociedade civil desempenha um forte papel na cidade para o controle social e para fazer valer a garantia do direito humano à alimentação adequada, através do COMSEA, que é presidido por uma representante da sociedade civil. A

coordenação de SAN da gestão municipal conta atualmente com 17 pessoas que trabalham com a execução e aperfeiçoamento dos programas destinados, prioritariamente, à população em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade.



Recentemente, o município aderiu ao Pacto de Milão, que é um acordo internacional sobre políticas alimentares urbanas, cuja adesão das cidades em todo o mundo sinaliza um compromisso com o desenvolvimento e a implementação de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.



CAREIRO - AM

População (Censo 2022):

30.792 habitantes

Área: 6.096,212 km²

Bioma: Amazônia

 Situado no estado do Amazonas, com uma distância de 123 quilômetros da capital Manaus, o município de Careiro tem uma população estimada em 31 mil habitantes (IBGE, 2022). A produção local de alimentos pela agricultura familiar é um diferencial, e está alinhada com as demandas vindas dos programas de compras institucionais e os apoios públicos para o fortalecimento da produção e reaproveitamento de alimentos. Um dos principais destaques é a produção de mandioca e de macaxeira, assim como de seus derivados, como a farinha.



Isto se deve, em grande medida, às iniciativas do Departamento de Organização Comunitária. Este departamento da Prefeitura funciona com dois funcionários, atua dentro da Secretaria de Produção Rural de Agricultura Familiar, articulando e auxiliando as associações com a formalização e criação de CNPJ, estatuto, ata e demais demandas dessas associações. Presta serviços relacionados à produção dos alimentos, regulação documental, demandas de saúde, de educação e infraestrutura, de energia elétrica, entre outras.

Atualmente, Careiro é referência em Agroecologia graças ao trabalho feito via OSC "Casa do Rio", com o apoio à produção agroecológica de alimentos, incentivo ao cadastro e emissão do CAF, ações de créditos e financiamento rurais para os agricultores, garantia da compra

dos percentuais mínimos de alimentos da Agricultura Familiar previstos no PNAE, que são cumpridos desde 2017, além de compras com recursos próprios da gestão municipal. Existe um importante trabalho intersetorial sendo feito, que, segundo representantes da gestão, foi fortalecido a partir da participação no LUPPA. Também foi a partir do laboratório que foi percebida a importância de retomada e fortalecimento dos conselhos municipais, e foi criada a CAISAN.

As mudanças bruscas no clima e o calor extremo prejudicam a produção de alimentos, levando à perda de produção ou baixa quantitativa e qualitativa. A introdução de pescados na alimentação escolar



é vista como um desafio devido à baixa aceitabilidade, salvo nas comunidades ribeirinhas e comunidades indígenas. Outra dificuldade enfrentada pelas políticas de SAN é a inexistência de um sistema de inspeção para introduzir alimentos (polpas de frutas, farinhas, entre outros) nas escolas da área urbana, o que induz à compra de industrializados.

Com a expansão do PNAE, o município vislumbra oportunidades de avanço para as experiências de agroecologia e associativismo voltados ao fortalecimento das políticas públicas de SAN e à construção do plano municipal de SAN no próximo período.





CAUCAIA - CE

População (Censo 2022):

355.679 habitantes

Área: 1.223,246 km²

Bioma: Caatinga

Caucaia é um município localizado na região metropolitana de Fortaleza, capital do estado do Ceará. Possui em torno de 355 mil habitantes (IBGE, 2022) e faz parte do bioma Caatinga, com características de semiáridade em seu território. Embora as características climáticas imponham alguns percalços, pode-se verificar iniciativas e políticas públicas de SAN bastante interessantes na cidade, como é o caso do marco legal de SAN através da Lei nº.11.346 de 15 de setembro de

2006, da realização de conferência municipal em 2023 e da adesão ao SISAN.

A cidade possui equipamentos públicos alimentares que fornecem alimentos e insumos para a produção de alimentos. O banco de alimentos municipal destina doações a entidades cadastradas e realiza compras da agricultura familiar. Com a criação do Projeto Amiga da Prefeitura, os comerciantes locais recebem incentivo fiscal mediante doações ao banco de alimentos. De acordo com o mapeamento dos agricultores locais realizado pela própria prefeitura, os principais alimentos produzidos são feijão, milho, mandioca e pescados, que são comercializados no mercado municipal, nas feiras e vendidos, numa proporção de 50%, para a alimentação escolar. A gestão fornece sementes e mudas agroecológicas para produção local, além de assistência técnica aos agricultores e auxílio na emissão da ATR.

Quanto à alimentação escolar, são fornecidas 4 refeições nas creches integrais. 3 refeições no ensino fundamental em regime integral e uma refeição no ensino fundamental parcial, com contrapartida de 100% do município. As refeições são preparadas por merendeiras, que são capacitadas pelo município, sempre atentando para a cultura alimentar local e para normas federais do PNAE e FNDE. O município possui parceria com o governo do estado do Ceará, com adesão ao Programa Ceará Sem Fome e ao programa estadual das cozinhas comunitárias, que será implementado em breve, de acordo com representantes do município.



 Um diferencial observado em Caucaia são os programas direcionados aos povos indígenas e demais povos tradicionais, cujos territórios fazem parte do município. O PAA Indígena é um destes programas, que prioriza o incentivo à produção e a aquisição de alimentos cultivados nestas comunidades. As iniciativas da gestão fortalecem a valorização e visibilização dos costumes, práticas produtivas e cultura destes povos. O PAA foi criado no município em maio de 2024, com aquisição de alimentos feita por cerca de 164 produtores rurais que vendem a sua produção à prefeitura. Os alimentos são repassados a instituições beneficentes e ONGs cadastradas pela gestão. O programa conta com financiamento do governo federal e objetiva garantir a segurança alimentar

e nutricional desta parcela da população, aliando as políticas de SAN com o fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento econômico sustentável das comunidades rurais.

 A gestão municipal também criou iniciativas voltadas ao meio ambiente. Construiu o plano de resiliência climática, e realiza monitoramento e fiscalização do desmatamento da mata nativa. O Fundo Municipal do Meio Ambiente destina de 0,5% a 4% dos recursos de todo empreendimento de médio e grande prazo às políticas ambientais.

Ainda resta, entretanto, o desafio de concluir a implantação e fortalecimento do conselho municipal de SAN em Caucaia para efetivar as ferramentas de governança necessárias a estes avanços. A superação da

alta taxa de vulnerabilidade e desigualdade social é mais um desafio que se pretende alcançar com o avanço das políticas públicas de SAN, entre outras. A baixa conscientização da sociedade e da comunidade escolar sobre a importância da alimentação saudável é uma realidade com a qual a gestão pretende lidar através da implantação, num futuro próximo, de projetos de hortas e horto nas escolas e projetos de aproveitamento dos alimentos através de capacitação das merendeiras, com envolvimento e toda a comunidade escolar.



CAXIAS DO SUL - RS

População (Censo 2022):

463.501 habitantes

Área: 1.652,320 km²

Bioma: Mata Atlântica

Terceira maior cidade do estado do Rio Grande do Sul, com 463 mil habitantes, Caxias do Sul é uma cidade onde a cultura e tradição alimentares são muito fortes. Situada a 130 quilômetros da capital Porto Alegre, o município tem buscado enfrentar a situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da identificação e mapeamento das pessoas em situação de vulnerabilidade, pois os dados ainda são insuficientes.

Chama a atenção a existência de um banco municipal de alimentos que participa de uma rede estadual de bancos, cuja interação e troca de experiências

favorece o funcionamento deste equipamento de SAN. Também foram criados o restaurante popular e a destinação de fomento à agricultura familiar, que fortalece a produção local de alimentos.



Agestão municipal criou o Programa Capacita Caxias, que é uma parceria entre o Poder Público e a iniciativa privada. O programa funciona com o lançamento de um chamamento público, e as empresas se inscrevem para prestar serviços de capacitação e formação profissional gratuitas para a população. Em troca pelo serviço prestado, a empresa parceira recebe um selo de parceria da Prefeitura de Caxias do Sul. Os cursos e programas relacionados à segurança alimentar também fazem parte destas capacitações.





ITAJAÍ - SC

População (Censo 2022):

264.054 habitantes

Área: 289,215 km²

Bioma: Mata Atlântica

Itajaí é um município localizado no litoral catarinense que possui 264 mil habitantes (IBGE, 2022). As atividades portuárias são o carro-chefe da economia local. Tanto a pesca como a exportação de carnes são uma marca no funcionamento do porto, que é o segundo maior do país. Destaca-se, também, pelos avanços nas políticas públicas alimentares, que passam pela governança, marco legal e iniciativas da gestão municipal direcionadas aos sistemas alimentares.



O COMSEA existe desde o ano de 2003 e é muito ativo na governança das políticas. A cidade possui LOSAN e CAISAN, que cumprem um papel importante também para o marco legal. Houve adesão ao SISAN em 2019, e o município já construiu o plano municipal de SAN. O funcionamento do PAA é executado em conjunto com o banco de alimentos e com o centro de distribuição e de educação alimentar, que são equipamentos municipais de SAN. É oferecido à população o serviço de nutrição, com pontos de atendimento descentralizados e específicos também para pessoas alérgicas, desnutridas, entre outras necessidades.

Um dos desafios enfrentados pela gestão é avançar na transição agroecológica da produção de alimentos, tendo em vista a pulverização aérea de agrotóxicos realizada pelo agronegócio. Os poucos recursos humanos e de funcionários de carreira para

gerir os equipamentos públicos de SAN é um outro desafio a ser superado, pois disso depende o fortalecimento da produção da agricultura familiar local e a implementação de cardápios para a alimentação escolar com alimentos mais saudáveis e aceitos pelas crianças. A criação de outros equipamentos municipais de SAN, como o restaurante popular, também precisa ser efetivada.

As parcerias firmadas com a Universidade UNIVALE e com a EPAGRI são consideradas oportunidades ricas para as políticas de fortalecimento da Agricultura Familiar, com mapeamento dos agricultores, apoio técnico



na produção e rastreabilidade dos produtos. A criação da Feira volante e a participação em Fóruns Nacionais também despontam como possibilidades de avanços relativos às políticas de SAN em Itajaí.

Algumas iniciativas chamam bastante a atenção, como a educação alimentar e nutricional e, a formação dos hábitos alimentares das crianças, que repercutem e estimulam a família. O caminhão do peixe é uma iniciativa através da qual é feita a venda do pescado da pesca artesanal, e que conseguiu descentralizar o comércio local do pescado e o acesso da população. A grande dificuldade e o desafio é que as indústrias locais forneçam o pescado na alimentação escolar.



Como reconhecimento pelas políticas municipais alimentares com foco na nutrição, Itajaí foi premiada pelo Laboratório de Inovação em Saúde, com o prêmio "Alimentação e Nutrição na Atenção Primária à Saúde". Este foi um trabalho desenvolvido no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) local, e foi um dos 10 premiados pela OPAS/OMS, Fiocruz e Ministério da Saúde. O município foi o único premiado na região Sul.





JAGUARETAMA - CE

População (Censo 2022):

17.232 habitantes

Área: 1.826,826 km²

Bioma: Caatinga

Localizada na região semiárida cearense, o município de Jaguaretama tem uma população de cerca de 17 mil habitantes e fica a 240 quilômetros da capital Fortaleza. Apesar da escassez hídrica nos períodos de estiagem, a cidade apresenta avanços e experiências interessantes relacionadas à segurança alimentar e nutricional local.



A execução de programas de produção de alimentos voltados para as mulheres

agricultoras e apicultoras garantem, através do PAA e do PNAE, a geração de renda e valorização do trabalho feminino para a produção local de alimentos. As parcerias formadas entre a gestão municipal e os governos estadual e federal garantem a execução do Projeto do Leite e do Projeto “Cozinha Social”, que fornece cerca de 200 refeições diárias. Em parceria com o governo estadual, Jaguaretama executa programas de transferência de renda e de aquisição de alimentos.

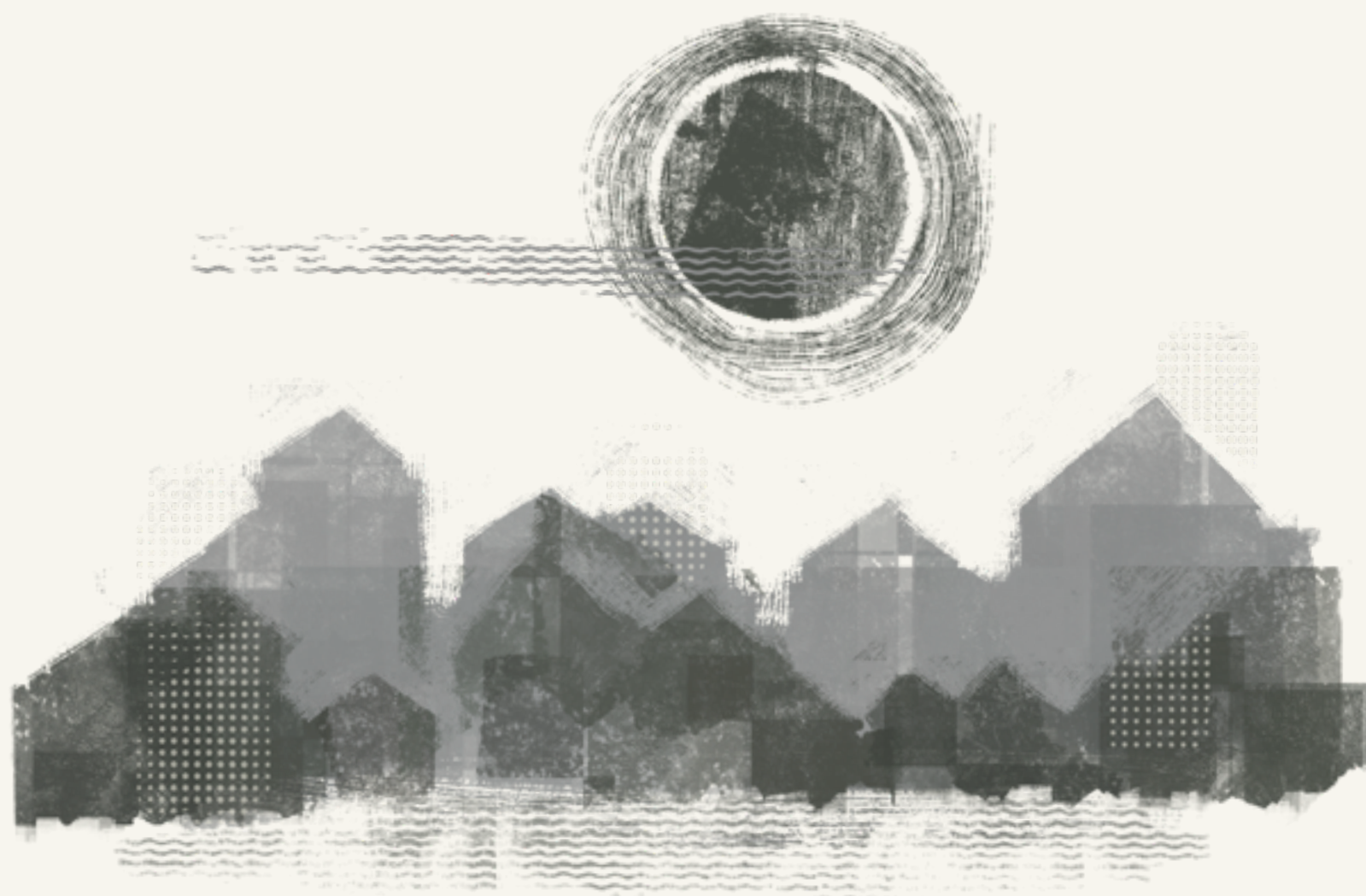
As ferramentas de governança também chamam a atenção. Implantado em 2017, o COMSEA cumpre papel importante para aumentar a intersetorialidade e a integração entre sociedade civil e as

secretarias que executam as políticas de SAN e de garantia de alimentação saudável, fazendo avançar a construção do plano municipal de SAN. O município aderiu ao SISAN como forma de fortalecer essas iniciativas.

Com o crescimento da cadeia de laticínios, existe um potencial de ascensão na produção local de alimentos derivados de leite de cabra e carne de bode, que são destaque no município. A produção de queijo de coalho é a mais destacada e feita em fábricas que chegam a utilizar até 100 mil litros de leite por mês.



Alguns desafios ainda permeiam a realidade desta cidade fincada na Caatinga nordestina. A insegurança hídrica e as dificuldades com abastecimento e acesso a água para consumo humano e produção de alimentos é um deles. O pouco acesso ao crédito para produção agrícola, a falta de assistência técnica aos pequenos produtores e a inexistência de feiras ou espaços para comercialização da produção da agricultura familiar também são lacunas a serem superadas. O município ainda convive com alto índice de INSAN e pouco acesso à alimentação saudável, o que demonstra a importância da conjugação dos esforços direcionados às políticas públicas alimentares por parte da gestão.





MÃE DO RIO - PA

População (Censo 2022):

34.353 habitantes

Área: 469,341 km²

Bioma: Amazônia

Mãe do Rio, cidade do estado do Pará, tem população com cerca de 34 mil habitantes e fica distante 183 km da capital Belém. A piscicultura desenvolvida no município é uma referência para o estado, cuja atividade possui SIM para produtos de origem animal.

ALOSAN foi criada em 2022 e a CAISAN foi ativada em 2023, o que fortalece o marco legal e a governança voltados para ações de SAN. O COMSEA foi formado e reuniu-se no primeiro semestre de 2024,

aprovando a documentação de adesão ao SISAN, o que demarca um importante passo para o fortalecimento dos sistemas alimentares no município.

O outro diferencial na gestão municipal é a alimentação escolar, que é preparada por merendeiras e utiliza cerca de 50% de alimentos da Agricultura Familiar para o PNAE, sem a utilização de ultraprocessados e atentando para a cultura alimentar local.



Mão do Rio está em ascensão com programas de reflorestamento e créditos de carbono na cidade. Em parceria com o Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal (ICRAF), foram feitos treinamentos de representantes municipais para a implantação de sistema agroflorestais na cidade.

Alguns desafios ainda persistem, como, por exemplo, o modelo convencional de produção de alimentos e o alto índice de INSAN na população vulnerabilizada. Para a superação deste cenário, a gestão municipal espera estreitar parcerias com o governo do estado e com a iniciativa privada para avançar na transição para sistemas agroflorestais de produção, estimular o funcionamento do mercado do produtor fomentado pelo governo do estado e o retorno do NASF no orçamento federal.



PORTEL - PA

População (Censo 2022):

62.503 habitantes

Área: 25.384,960 km²

Bioma: Amazônia

Com uma população de 64 mil habitantes (IBGE, 2021), o município paraense de Portel fica localizado a 293 km da capital Belém e está entre os 5 municípios com maior extensão territorial do país. Esta característica dificulta as iniciativas de extensão rural. No entanto, a gestão municipal vem conseguindo desenvolver ações que priorizam a agricultura familiar e o fortalecimento da pauta da segurança alimentar e nutricional.

A reformulação e democratização do acesso ao PAA feita pela gestão

municipal, com aquisição de novos equipamentos, pagamento quinzenal do fornecimento, cadastramento das pessoas em situação de vulnerabilidade, com consequente beneficiamento de comunidades quilombolas e compra dos alimentos aos agricultores familiares, vem conseguindo incidir de forma efetiva para diminuir os índices de insegurança alimentar e nutricional na cidade, que ainda é alto.

Em setembro de 2023, foi realizada a conferência municipal de SAN, que debateu sobre as políticas de segurança alimentar e nutricional, com priorização da aquisição de 30% de alimentos produzidos pela agricultura familiar para o PNAE. A alimentação escolar fornecida nas escolas municipais valoriza a cultura alimentar local. Um dos alimentos característicos da cidade é o Beijo Chica, feito com farinha e que substitui o pão, servido com sucos de frutas.



Para apoiar a produção de alimentos pela agricultura familiar, a prefeitura promove cursos de capacitação de produtores locais. A compra dos produtos dos agricultores para o PAA é feita via cooperativa, e os alimentos são distribuídos para as instituições cadastradas que atendem famílias em situação de vulnerabilidade. Também são distribuídas cestas de alimentos in natura, que beneficiaram cerca de duas mil famílias em 2023.

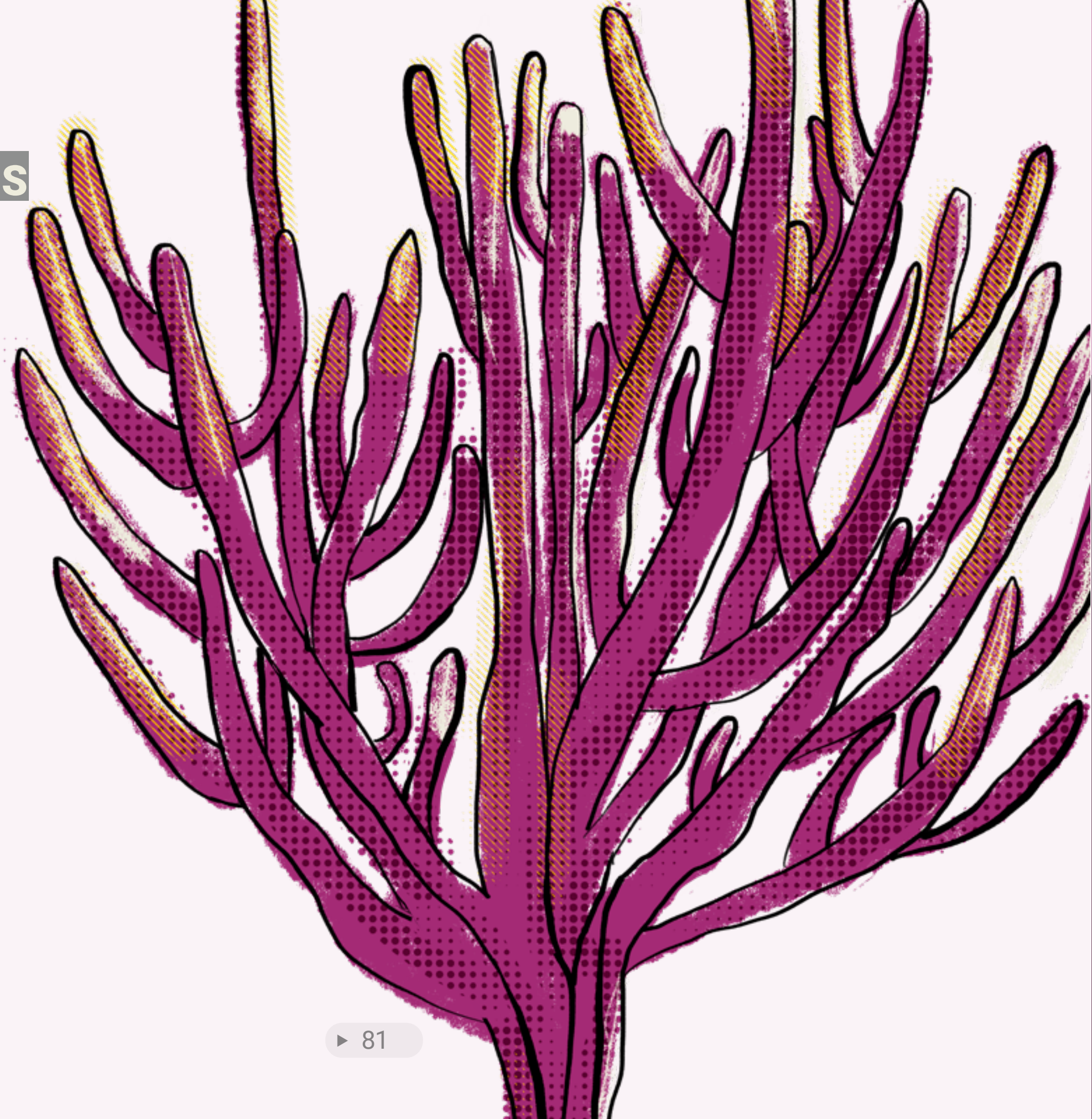
A gestão municipal de Portel enfrenta alguns desafios que se interpõem aos avanços de políticas públicas alimentares, como os índices de IDH baixo, alto índice de consumo de ultraprocessados,



altos índices de desemprego e dificuldades com a logística para fazer extensão rural por causa da grande extensão territorial do município, além dos impactos de atividades como o agroextrativismo insustentável e o agronegócio. Apesar disso, os avanços têm sido importantes, como o funcionamento do mercado do peixe e mercado do produtor rural, onde são comercializados produtos da floresta, frutas, essências, mandioca, entre outros. Algumas oportunidades se apresentam como perspectiva para a gestão, como as parcerias com a EMATER, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e a Secretaria Estadual de Agricultura, além da feira do produtor rural.



**CIDADES DAS EDIÇÕES
ANTERIORES**





ABAETETUBA - PA

População (Censo 2022):

158.188 habitantes

Área: 1.610,654 km²

Bioma: Amazônia

Abaetetuba está localizada no estado do Pará e tornou-se uma **cidade LUPPA** na 2ª edição do laboratório. Trouxe, consigo, destacadas experiências de gestão que priorizam o manejo hídrico dos rios que cortam a cidade, e também políticas direcionadas às mulheres e à juventude local. Estas e outras iniciativas podem ser vistas no *Caderno LUPPA 2*.

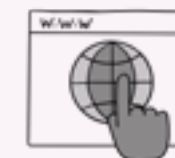
Ao longo do **LAB** presencial, especificamente no compartilhamento de experiências e aprendizado com o que estava dando certo em outras gestões

que também participam do **LUPPA**, os gestores deste município se sentiram fortalecidos e encorajados a avançar na elaboração e efetivação de programas que garantissem a segurança alimentar e nutricional da população.



Em junho de 2024, foram inauguradas algumas estruturas voltadas à produção urbana de alimentos. A primeira horta urbana comunitária de Abaetetuba e o primeiro sistema agroflorestal urbano foram iniciativas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que também implantou os “Meliponários Urbanos de Abaetetuba”. No sistema agroflorestal, estão sendo cultivadas espécies de árvores frutíferas, como o caju, jabuticaba, coco, açaí e cacau, assim como árvores ornamentais nativas, como ipê roxo, ipê amarelo, pau brasil, andiroba, entre outras.

O primeiro Plano Municipal de SAN de Abaetetuba foi concluído e apresentado à CAISAN em julho de 2024, como resultado de um processo que iniciou-se em abril do mesmo ano. O plano foi construído a várias mãos, com empenho e convicção de que este será um instrumento de garantia do direito humano à alimentação nutritiva e com qualidade para a parcela da população mais vulnerável.





ALTO PARAÍSO DE GOIÁS – GO

População (Censo 2022):

10.306 habitantes

Área: 2.594,998 km²

Bioma: Cerrado

Com forte vocação turística devido ao seu patrimônio paisagístico e natural, a cidade de Alto Paraíso de Goiás possui atualmente 10.306 habitantes (IBGE, 2022), e fica a uma distância de 425 quilômetros de Goiânia, capital do estado de Goiás. Este município é participante do **LUPPA** desde a 2ª edição.

Apesar de possuir uma natureza exuberante e receber turistas do mundo inteiro, a cidade ainda lida com

grandes desafios relacionados aos índices de insegurança alimentar e nutricional. Ao realizar um diagnóstico, a gestão identificou que mais de mil pessoas passavam fome na cidade, num total de quase 11 mil habitantes. O conselho municipal de SAN foi reativado e agora está se dedicando a elaborar o plano municipal de SAN.

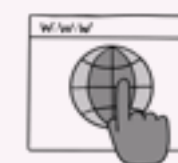
Como mencionado nos **Cadernos LUPPA - Aprendizados do 2º LAB**, o uso dos frutos da sociobiodiversidade local nas chamadas públicas para a alimentação escolar é um destaque.



No ano de 2023, a alimentação das escolas municipais de Alto Paraíso ganhou destaque por meio de uma publicação feita pela prefeitura e que evidencia a importância do trabalho das merendeiras escolares do município, principalmente a diversidade da preparação dessa alimentação.



Veja também os Cadernos LUPPA - Aprendizados do 2º LAB para mais detalhes sobre Alto Paraíso de Goiás





ALVARÃES - AM

População (Censo 2022):

355.679 habitantes

Área: 1.223,246 km²

Bioma: Amazônia

Com cerca de 15.886 habitantes (IBGE, 2022), o município de Alvarães está localizado a cerca de 547 quilômetros de Manaus, capital amazonense, e participa do **LUPPA** desde a sua 1ª edição. Suas experiências de políticas públicas alimentares em sintonia com a preservação ambiental e cultural podem ser visitadas nos cadernos **LUPPA 1 e 2**.

Sua trajetória mais recente evidencia avanços no fortalecimento dos sistemas

alimentares através da diversificação agrícola, de apoios aos produtores rurais e da priorização da alimentação escolar regionalizada. Ao longo de 2024 o município está em processo de criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e de elaboração do Plano Municipal de Bioeconomia da Sociobiodiversidade Amazônica.

Com a perspectiva de estiagem mais severa neste ano de 2024, a gestão municipal tem se preocupado com os impactos não só na produção de alimentos, como também na logística de distribuição, realizada por meio dos rios. Neste cenário, está sendo desenvolvido um Sistema de Mapeamento Rural - com cadastro de propriedades e produção para quantificar a produção e as perdas com a estiagem, a fim de desenvolver uma política de ressarcimento aos

produtores, em parceria com o Governo do Estado.

Também em parceria e com financiamento do governo estadual de emendas parlamentares e do abastecimento do PAA do governo federal, Alvarães está fazendo uma mobilização intersetorial para construção do Banco de Alimentos. Está sendo feito o georreferenciamento das Unidades Produtivas (UP) da Agricultura Familiar com assistência técnica para agroflorestas, silvicultura e fruticultura para recuperação de matas ciliares e áreas degradadas, além da conscientização para não usar fogo. Também estão sendo facilitados os processos para obtenção de documentação rural para acesso



às políticas públicas. No próximo ano, há previsão para instalação de uma cozinha comunitária.

Em relação ao PNAE, em 2023 foi feito um chamamento específico para povos e comunidades tradicionais e a compra do PNAE atingiu 40% de alimentos oriundos da agricultura familiar. Apesar de ainda não ter uma Secretaria de Turismo, Alvarães foi o 4º município do Brasil a aderir ao programa Experiências do Brasil Original, iniciativa do Governo Federal de fomento ao turismo de base comunitária, denominado de Roteiro Turístico da Sociobiodiversidade de Alvarães. Esta iniciativa envolve mulheres de comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhas, redes de hotéis, restaurantes e bares.



Participam do selo de Indicação Geográfica da farinha Uarini com os municípios Uarini, Tefé e Maraã, onde o cultivo de mandioca e a produção da farinha estão fortemente presentes há um longo tempo. A cidade também é destaque na Meliponicultura como o 3º produtor do Brasil. Está sendo feito levantamento com o Sebrae para diagnóstico do selo SIM, e o município está sendo indicado como referência.





ANCHIETA - SC

População (Censo 2022):

5.943 habitantes

Área: 232,348 km²

Bioma: Mata Atlântica

Anchieta é uma pequena cidade do estado de Santa Catarina, que desponta como grande referência nacional na execução de políticas públicas de resgate e preservação do patrimônio genético alimentar, por meio das sementes crioulas. A cidade é parte do **LUPPA** desde a sua primeira edição, e contribui enormemente com o compartilhamento de suas experiências em agroecologia, preservação da agrobiodiversidade local e governança inclusiva. Várias outras experiências e políticas consolidadas pela gestão em Anchieta, como marco legal, plano municipal

de SAN e realização de eventos, estão relatados nos Cadernos **LUPPA** 1 e 2.

Como desdobramentos da sua caminhada junto ao **LUPPA**, a gestão municipal identifica mudanças positivas nas políticas de SAN, visto que algumas delas eram feitas de forma isolada. Com as pesquisas feitas sobre a situação de segurança alimentar, e a realização da conferência municipal, passou-se a executar o plano municipal que virou lei. Foram criados novos programas e ações, como a capacitação dos servidores que preparam e servem a alimentação escolar, assim como a oferta de refeições sem carne durante um dia por semana nas escolas. Estas mudanças consolidaram os programas já existentes e ajudaram a construir novos indicadores do município. Os resultados observados foram sendo medidos, e a



organização do setor injetou mais investimento nos programas.

Mais recentemente, em março de 2024, a prefeitura realizou o 2º Festival Gastronômico dos Milhos Crioulos, que contou com a participação de um público estimado em seis mil pessoas de Anchieta e de toda a região. O evento foi realizado no salão paroquial do Município e também teve a participação de várias autoridades, lideranças municipais e regionais.





Por ocasião do festival, também aconteceu o 2º encontro de Anchietaenses do Brasil e do Mundo, realizado no último dia. As pessoas que estiveram no evento puderam desfrutar de apresentações culturais, shows, mostras de artesanato, venda de sucos e chopp artesanais.

Como necessidades vislumbradas, o município aponta a importância de ter uma equipe coesa, com envolvimento e comprometimento com a construção conjunta das políticas alimentares, para que sejam criadas as melhores condições para a sua execução. Também é importante ter um Conselho de SAN com forte protagonismo e parcerias com associações. A criação de vários programas institucionais, através

de leis, é a garantia da continuidade das políticas, independente de quem sejam os gestores à frente do poder executivo. Algumas dificuldades ainda existentes estão relacionadas com planejamento das ações, legislação e marco regulatório, coordenação global das políticas e articulação das ações e de pessoal. Para superar isso, a gestão pretende fortalecer a intersetorialidade, fortalecer o SISAN e as articulações de cooperação regional, que pode ser feito com o Planejamento Intersetorial de SAN (PIANSAN), a Criação do ORSAN (Orçamento para SAN no Município) e a inclusão da agenda 2030 no ODS 2 – Segurança Alimentar.





BARCARENA - PA

População (Censo 2022):

126.650 habitantes

Área: 1.310,338 km²

Bioma: Amazônia

O município de Barcarena faz parte da região metropolitana de Belém, capital do Pará, e faz parte do **LUPPA** desde a 2ª edição. Destaca-se pelas políticas públicas alimentares direcionadas às mulheres e ao desenvolvimento circular, assim como pelos avanços no marco legal de SAN. Pode-se conhecer melhor estas experiências, que foram publicadas no *Caderno LUPPA 2*.

Como desdobramento do acompanhamento feito ao longo último ano, a gestão

municipal colheu frutos valiosos para os sistemas alimentares locais, que podem ser vistos com a construção do banco de alimentos, da cozinha comunitária e do restaurante popular.



Foi instalado o Programa Municipal de Alimentos para Saúde, com foco no atendimento de pacientes dos hospitais que necessitam de uma dieta alimentar nutricional específica.

A gestão foi agraciada com duas premiações importantes: a primeira delas foi oferecida pelo Tribunal de Contas dos Municípios e pelo Ministério Público do Pará, que reconheceram a priorização da compra da agricultura familiar para destinação à alimentação escolar; a segunda foi o prêmio “Sebrae Prefeitura Empreendedora”, oferecido em reconhecimento pelo projeto

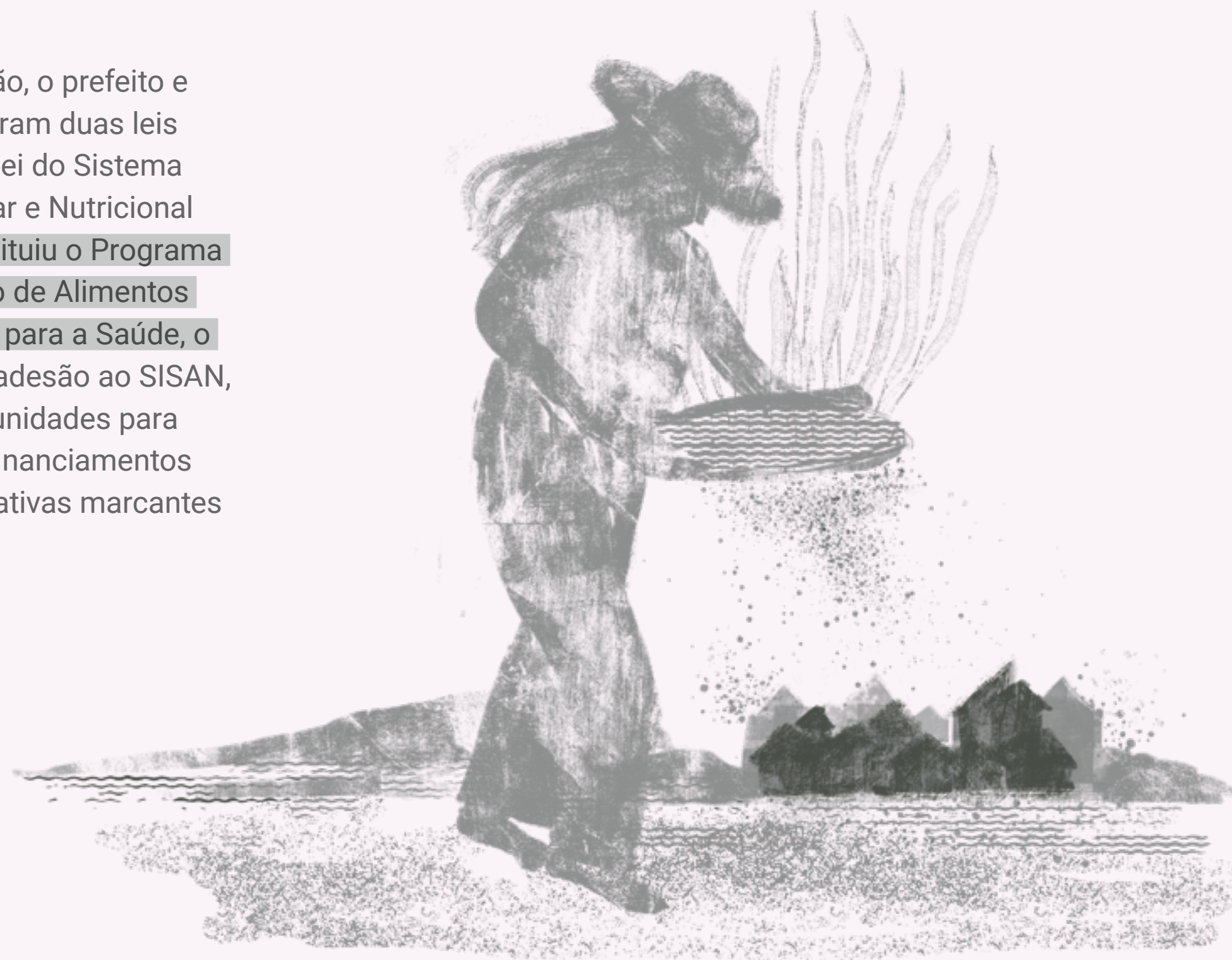
“Embarcarena – Barcarena Empreendedora”, que criou o Complexo Comercial da cidade onde cerca de 522 famílias e feirantes comercializam seus produtos.

Houve avanços, também, no marco legal e nas iniciativas de governança em SAN. Com o tema “Combate à fome, com comida de verdade, no campo e na cidade”, Barcarena realizou a 1ª Conferência Municipal de SAN, que contou com a participação de cerca de 80 pessoas da sociedade civil, gestores, servidores públicos, agricultores,





entre outros. Na ocasião, o prefeito e a vice-prefeita anunciaram duas leis muito significativas: a lei do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a lei que instituiu o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar para a Saúde, o PMAA- Saúde. Com a adesão ao SISAN, abrem-se novas oportunidades para acessar programas e financiamentos para fortalecer as iniciativas marcantes no município.





BELÉM - PA

População (Censo 2022):

1.303.403 habitantes

Área: 1.059,466 km²

Bioma: Amazônia

A capital do estado do Pará é uma das cidades **LUPPA** desde a primeira edição. Com suas ações focadas especialmente no marco legal de SAN, na garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional e no desenvolvimento circular, Belém se destaca entre as cidades amazônicas na valorização da cultura alimentar e combate à fome. Para conhecer estas experiências, confira os **Cadernos LUPPA 1 e 2**.

A participação da cidade de Belém desde a 1ª edição trouxe, segundo os relatos da gestão municipal, muitos benefícios.

Potencializou o conhecimento de como as políticas de SAN podem ser aproveitadas pelo município, e a inclusão de pautas na agenda municipal sobre a temática, proporcionando trocas de conhecimento e experiências com o resto do Brasil.

Desde então, o município avançou na implementação do COMSEA e da CAISAN, tendo aderido ao SISAN em março de 2024. Também houve avanços na criação de equipamentos municipais, como o banco de alimentos, o restaurante popular e a Cozinha Escola, que oferece cursos e oficinas de capacitação e formação profissional. A gestão faz campanhas para mobilizar doações de alimentos, com ações nas feiras, direcionando os produtos para o banco de alimentos e para outras políticas de doações à população.



Com algumas parcerias e convênios com universidades, foi possível fomentar o laboratório de produtos alimentícios, fortalecendo as experiências de incentivo ao uso integral dos alimentos.





BRAGANÇA - PA

População (Censo 2022):

123.082 habitantes

Área: 2.124,734 km²

Bioma: Amazônia

O município paraense de Bragança é uma das cidades **LUPPA** desde a sua 1ª edição. Entre as ações voltadas aos sistemas alimentares, a gestão tem se dedicado a fazer diagnósticos de INSAN para poder, a partir daí, efetivar uma governança inclusiva e em sintonia com a cultura alimentar e a diversidade local. Suas iniciativas podem ser conhecidas acessando os **Cadernos LUPPA 1 e 2**.

Neste percurso, houve avanços importantes nos eixos da educação alimentar e nutricional, com a contratação de



nutricionistas. A criação do programa cozinha Bragança merece destaque, pois trabalha com o reaproveitamento de alimentos nas oficinas culinárias que realiza. Os alimentos deste programa são provenientes do PAA, o que proporcionou uma expansão das vendas de alimentos produzidos pela agricultura alimentar, com aumento da destinação de alimentos às entidades beneficiárias.



Em março de 2024, foram eleitos e tomaram posse os novos conselheiros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Bragança, que terão a tarefa de auxiliar na elaboração do plano municipal de SAN. A reestruturação da CAISAN também é parte deste esforço de consolidar os mecanismos de governança voltados para os sistemas alimentares. A gestão tem a intenção de avançar

na implantação do banco de alimentos, lançando mão das parcerias intersetoriais como ponto positivo para o acesso ao alimento e o seu reaproveitamento.





CARUARU - PE

População (Censo 2022):

378.048 habitantes

Área: 923,150 km²

Bioma: Caatinga; Mata Atlântica

Cidade pernambucana com forte potencial turístico, Caruaru inaugurou sua participação no **LUPPA** já na 1ª edição e retornou agora na 3ª edição, tendo se ausentado na edição passada do laboratório. As ações implementadas pela gestão no que tange às políticas alimentares são diversas e inspiradoras, e vão desde o diagnóstico de INSAN e vulnerabilidade social, até políticas específicas para a população em situação de rua, passando pelo combate ao desperdício de

alimentos e fomento à agricultura familiar. Essas e outras experiências de Caruaru podem ser lidas no Caderno LUPPA 1.



Em outubro de 2023, o município construiu o plano municipal de desenvolvimento rural com foco na segurança alimentar e nutricional. Foram desenvolvidos 4 eixos para os próximos 10 anos. O objetivo é fazer capacitações voltadas para a produção de alimentos e agregar valor aos produtos dos agricultores, fornecendo um “Selo da Agricultura Familiar de Caruaru”. Esta iniciativa facilita o acesso a mercados e financiamentos. A gestão municipal montou uma loja no shopping da cidade para vender compotas, hortaliças, queijos e derivados do leite, oriundos da produção da agricultura familiar.



O SEBRAE, em parceria com a prefeitura, realiza capacitação de sistemas agroflorestais, orientando sobre o que plantar e como plantar.



Com o objetivo de gerar renda, incentivando o reaproveitamento de alimentos e combatendo o desperdício, a gestão municipal realiza capacitação de mulheres, por meio de oficinas e seminários. Elas aprendem a reaproveitar os alimentos comercializados na Central de Abastecimento do município, gerando renda e fortalecendo a segurança alimentar e nutricional destas mulheres e de suas famílias.





CONTAGEM - MG

População (Censo 2022):

621.863 habitantes

Área: 194,746 km²

Bioma: Cerrado; Mata Atlântica

Contagem está localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais, e sua participação no **LUPPA** desde a sua 1ª edição tem sido de grande contribuição para as trocas e produção de conhecimento coletivo nas várias etapas e momentos do laboratório. A cidade tem priorizado temas como agroecologia, acesso à terra e governança inclusiva na execução de suas políticas de SAN. No entanto, o município é referência em várias áreas, como equipamentos públicos, marco

legal, participação compartilhada com a sociedade civil, entre outras que podem ser conhecidas nos **Cadernos LUPPA 1 e 2**.

No último período, houve avanços nas ferramentas de governança de SAN. Foi feita a reestruturação do SISAN com o objetivo de potencializar o acesso aos financiamentos do governo federal. Também realizou-se a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que contou com a participação de mais de 800 pessoas em todo o processo. Em abril de 2024, aconteceu a primeira reunião técnica da CAISAN municipal, que é composta por doze membros que representam seis secretarias. São elas: Desenvolvimento Social, Trabalho e Segurança Alimentar, Saúde, Educação, Meio Ambiente,

Desenvolvimento Urbano e Habitação e Direitos Humanos. A CAISAN local recebeu o nome de Comitê Intersectorial de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável.



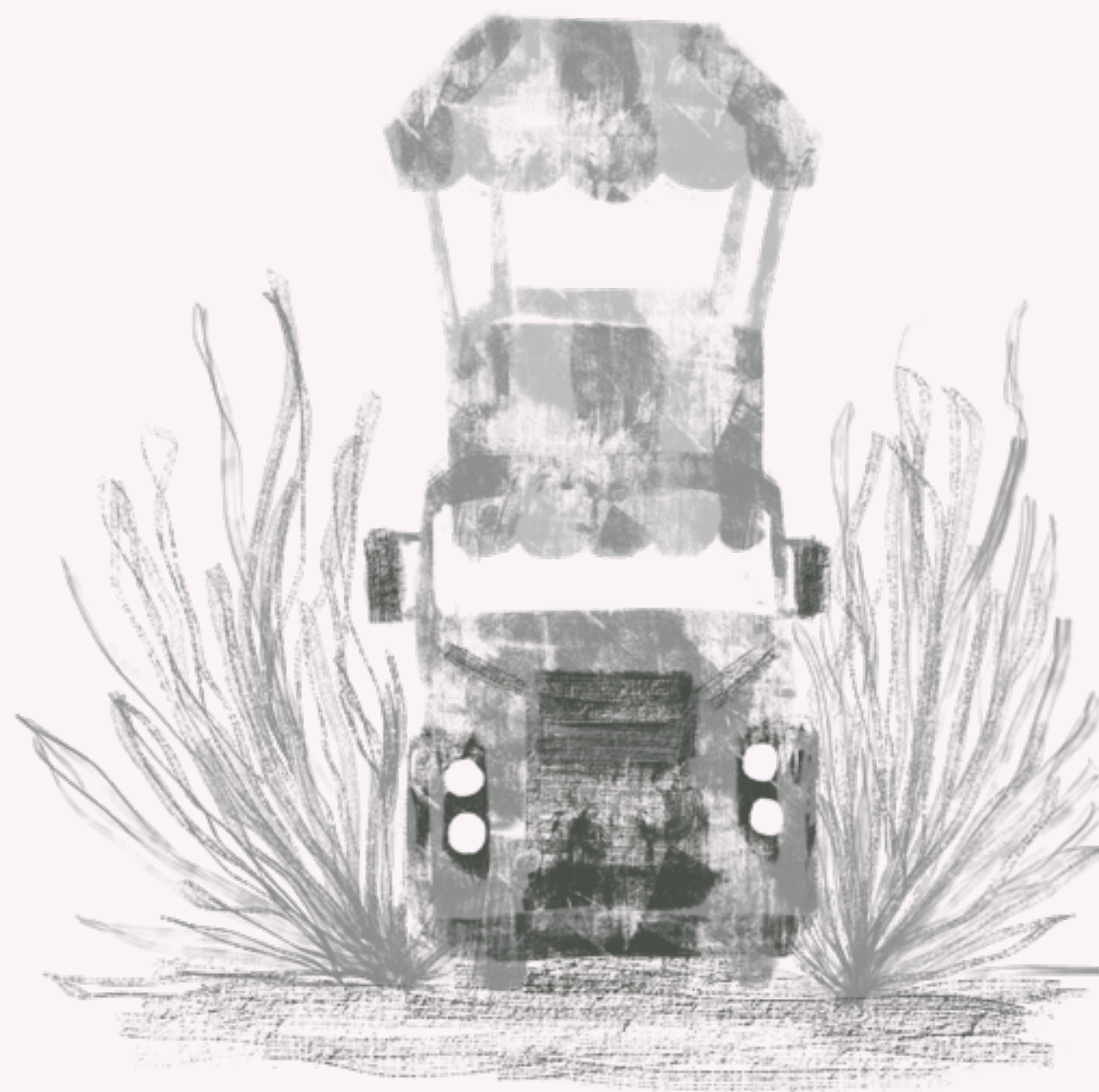
A Feira Anual da Agricultura Urbana e Familiar de Contagem foi realizada no mês de junho de 2024, e cumpre um papel importante de valorização da agricultura urbana e familiar, sendo uma oportunidade de comercialização e divulgação dos produtos provenientes destas iniciativas produtivas. A feira foi organizada pela Subsecretaria Municipal de Segurança Alimentar, Nutricional e de Agroecologia e recebeu um público de cerca de





900 pessoas. Com uma estrutura de 30 barracas destinadas aos produtos levados pelos feirantes, a comercialização dos itens foi bastante diversificada, incluindo hortaliças, frutas, produtos beneficiados, mel e seus derivados, itens de origem animal, insumos, cogumelos e alimentos preparados.

Como meta, a gestão está em processo de elaboração do 3º plano municipal de segurança alimentar e nutricional. Algumas demandas, como a necessidade de aquisição de um caminhão para entrega de alimentos à população carente, já são vislumbradas.





JOÃO PESSOA - PB

População (Censo 2022):

833.932 habitantes

Área: 210,044 km²

Bioma: Mata Atlântica

Quando iniciou sua participação na 1ª edição do **LUPPA**, João Pessoa já trazia experiências de SAN bastante inspiradoras para compartilhar com as demais cidades, principalmente no que se refere a equipamentos públicos alimentares, como restaurantes populares, bancos de alimentos e, um programa de cozinhas comunitárias onde os espaços internos são utilizados para formação profissional e os espaços externos servem para a produção de alimentos com a construção de hortas comunitárias. Conheça estas experiências no Cadernos LUPPA 1.



Em sua trajetória pelo **LUPPA**, o município se ausentou na 2ª edição e retornou na edição atual. Os representantes da cidade identificam que houve grande avanço resultante da primeira participação de João Pessoa no laboratório, pois os espaços e atividades do **LUPPA** propiciam um ambiente de trocas e aprendizados quanto aos desafios e atalhos a serem seguidos para avançar nas políticas de SAN.

Além dos equipamentos de SAN existentes anteriormente, a gestão abriu mais quatro cozinhas comunitárias, num total de dez, onde são distribuídas refeições pela manhã e à noite, de forma gratuita. Também houve avanço no **PAA** para subsidiar o funcionamento dos equipamentos e as doações de alimentos. Todo o processo e gerenciamento das atividades que estão sendo executadas e

planejados pela cidade é feito com recurso próprio.

Para o futuro, o município pretende avançar na construção do primeiro plano municipal de SAN para sistematizar as políticas públicas de forma a se tornarem fundamentais para a estratégia da cidade e do plano de governo. Os representantes da gestão consideram que é fundamental que esta construção aconteça em conjunto com o **LUPPA**, pois as oficinas, seminários e a mentoria trazem os atalhos fundamentais para que o processo se desenvolva da melhor forma possível.





JUNDIAÍ - SP

População (Censo 2022):

443.221 habitantes

Área: 431,204 km²

Bioma: Mata Atlântica

Jundiaí é referência quando o assunto são as políticas alimentares de agricultura urbana e alimentação escolar, com foco na primeira infância como protagonistas de algumas dessas ações e público-alvo de cuidados. Participa do **LUPPA** desde a 2ª edição, e suas experiências exitosas estão relatadas no *Caderno LUPPA 2*.

A gestão municipal avalia que, antes do **LUPPA**, algumas políticas já eram executadas, mas não havia troca de experiências e intersetorialidade nas ações estratégicas de SAN. Para

garantir incentivo e campanha educacional sobre os benefícios da amamentação, o governo municipal realizou mobilização com campanhas de comunicação sobre aleitamento materno.



Em relação à agricultura urbana, a prefeitura promoveu ações de educação ambiental, que foram chamados de “Diálogos sobre horta urbana”, durante junho de 2024, o mês do meio ambiente. A produção de Hortas Urbanas, que começou com 22 e atualmente possui apenas 7, passa por algumas dificuldades devido à falta de interesse com a produção coletiva e pouca oferta de mão de obra técnica.



Atualmente, está em funcionamento o projeto de visitas de alunos nas hortas e restaurantes, como ação de educação ambiental em parceria com as escolas. O programa “Frutas no Parque” inaugurou o oferecimento de frutas aos

frequentadores dos parques na cidade, como incentivo à realização de atividades de lazer e esporte nestes espaços. As iniciativas de cultivo protegido são direcionadas ao pequeno produtor, fornecendo apoio técnico e infraestrutura, dando oportunidades para que se mantenham produzindo e vivendo no campo.

Em setembro de 2023, foi realizado o 2º Mês do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), evento que debateu sobre o direito à alimentação na cidade e que contou com a participação da coordenação do **LUPPA** no tema sobre “Introdução das políticas públicas relacionadas aos sistemas alimentares”.





 A vitrine da cidade é o Projeto Vale Verde, que mantém a autossuficiência na produção de hortaliças destinadas a todas as creches e unidades educacionais, incorporando integralmente as PANC's na alimentação escolar do município. Desde 2023, foram produzidas 1,89 toneladas de alimentos, beneficiando 105 escolas, cada uma delas com pelo menos uma horta orgânica e, em todas as unidades, as hortas escolares fazem parte do projeto pedagógico.

Os desafios percebidos pelo município dizem respeito à realização de planejamento estratégico com pensamento sistêmico, melhoria da intersectorialidade para fortalecer as ações de SAN, implantação e

reforço da agricultura com disponibilidade de mão de obra qualificada para a produção; sensibilização dos professores para os diversos usos das hortas com fins pedagógicos, incentivo a alimentação com o leite materno, busca do conhecimento e visibilização da importância da CAISAN para a execução das políticas de SAN no município.





MARACANAÚ - CE

População (Censo 2022):

234.509 habitantes

Área: 105,071 km²

Bioma: Caatinga

Reconhecida pelas políticas públicas alimentares inspiradoras bem-sucedidas que chamam a atenção por primar pelo marco legal e governança inclusiva, priorizando mulheres e juventude em sua execução, a cidade de Maracanaú vem avançando bastante desde a sua participação na 1ª edição do **LUPPA**. Suas ações podem ser lidas nos **Cadernos LUPPA 1 e 2**.

Desde então, houve ainda mais avanços, principalmente quando trata-se de quesitos como os equipamentos



municipais alimentares. Atualmente, Maracanaú implantou o banco de alimentos municipal e mantém o funcionamento de 25 cozinhas comunitárias. Nelas, são oferecidas duas mil e quinhentas refeições por dia à população.

Em relação à governança, foi consolidada a criação, funcionamento e acompanhamento da CAISAN na execução das políticas, que são bastante efetivas. O orçamento destinado ao PAA foi aplicado na sua totalidade. A gestão conseguiu realizar algumas articulações intersetoriais desde sua primeira participação no **LUPPA**.





MARICÁ - RJ

População (Censo 2022):

197.277 habitantes

Área: 361,572 km²

Bioma: Mata Atlântica

Cidade litorânea do Estado do Rio de Janeiro, Maricá somou-se ao **LUPPA** na 2ª edição e agregou muitas contribuições ao laboratório com suas experiências eficazes e inovadoras, com destaque para a produção agroecológica e o desenvolvimento circular. Tudo isso pode ser conhecido na sistematização feita no Caderno LUPPA 2.

Atualmente, o carro-chefe das políticas públicas alimentares em Maricá são as ações voltadas para a gestão de

resíduos através da compostagem, mas que também passa pelo reaproveitamento de alimentos e diminuição do desperdício.

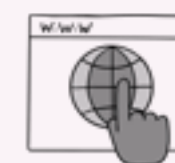
Uma das ações foi a realização, por parte da prefeitura e em parceria com a Secretaria de Educação, do teste digital sobre a qualidade da alimentação fornecida nas escolas. O objetivo é conscientizar estudantes sobre a importância da adequação dos cardápios para diminuir a taxa de desperdício dos alimentos nas escolas. O teste foi lançado no Dia Internacional da Conscientização sobre Perdas e Desperdício Alimentares e envolveu cerca de 1.500 alunos da rede pública municipal de ensino em Maricá.



Outra iniciativa inovadora e interessante foi o lançamento, em fevereiro de 2024, do projeto de compostagem Baldinho do Bem. Os 350 voluntários inscritos no projeto utilizam um

balde fornecido pela prefeitura para levar seus resíduos orgânicos, como cascas de frutas, legumes e de ovos, borra de café, entre outros, e entregam num dos jardins comestíveis de Maricá. Em troca, podem colher gratuitamente os alimentos agroecológicos produzidos nas praças públicas ou então receber alimentos produzidos na Fábrica de Desidratados municipal. Em 2023, foram recolhidas 3,19 toneladas de resíduos.

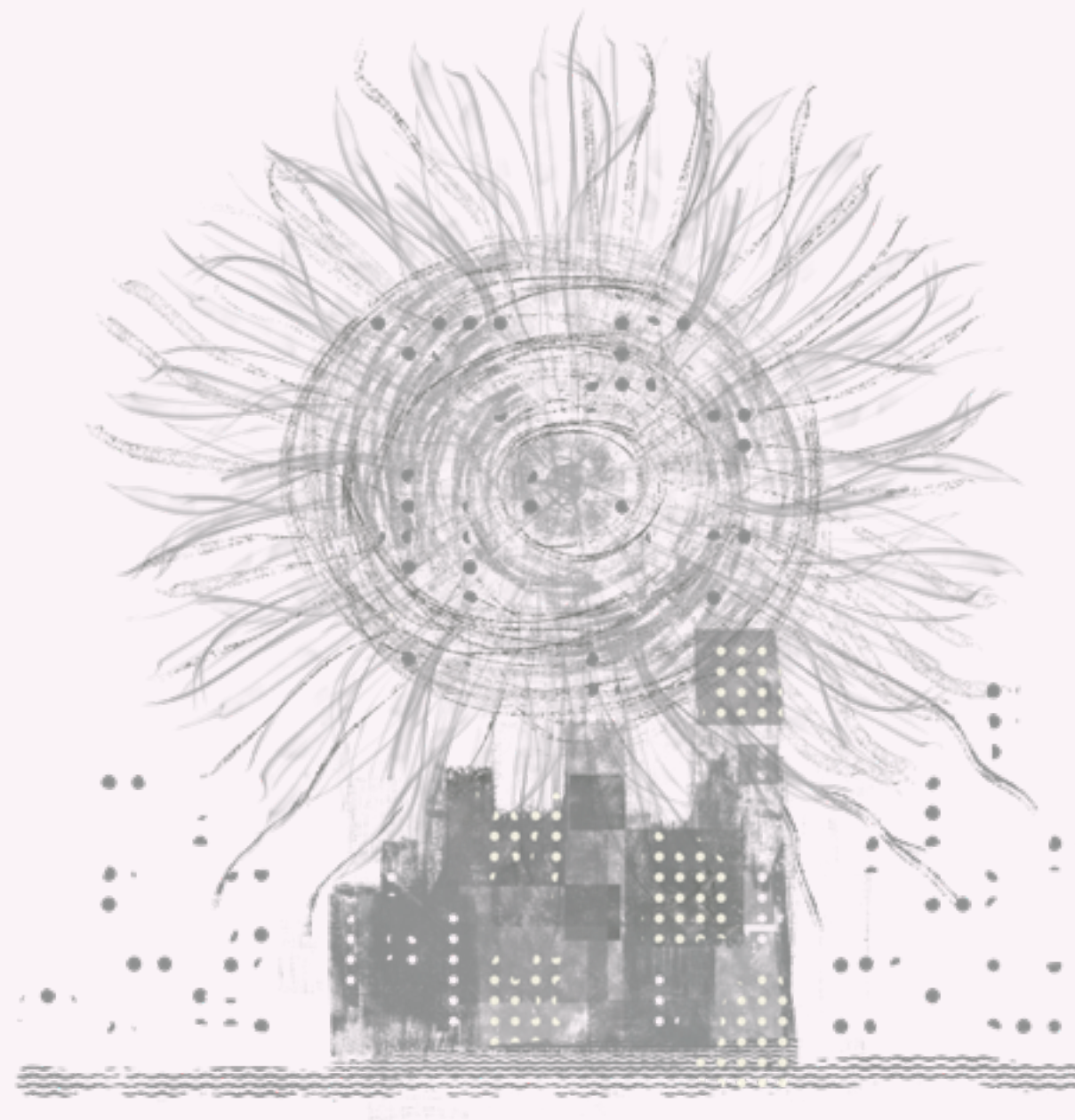
Maricá investiu também na criação de equipamentos para a capacitação e formação profissional na preparação de alimentos. Em fevereiro de





2024, foi criado o **Restaurante Escola** que irá oferecer 70 cursos ao todo, sendo 10 presenciais e 60 on-line, para a população do município com mais de 18 anos. A estrutura da escola possui duas cozinhas industriais com equipamentos de última geração, para formação profissional dos moradores. O Restaurante Escola também possui uma estrutura de computadores e informática para as pessoas que quiserem participar dos cursos e não tiverem acesso à internet.

Como objetivo para o ano de 2024, a prefeitura pretende fazer um mapeamento e expandir o projeto Baldinho do Bem para novas praças do município e tentar atingir a meta de produzir 45 toneladas de composto, com a distribuição de cinco mil baldinhos para a população que quiser participar voluntariamente.





NITERÓI – RJ

População (Censo 2022):

133,757 habitantes

Área: 481.749 km²

Bioma: Mata Atlântica

Niterói compõe a região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro e participa do **LUPPA** desde a 1ª edição. Nas políticas de SAN, atua com foco em governança inclusiva e desenvolvimento circular, com a criação de moeda social, entre outras iniciativas ousadas que podem ser conhecidas no **Cadernos LUPPA 1 e 2**.

O município avançou, desde então, na consolidação da governança de SAN, como a construção da 5ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar

e Nutricional, com o tema “Alimentação sustentável com geração de emprego e renda: da produção à mesa, no combate à fome e ao desperdício”.



Também é possível observar melhorias e ampliação dos equipamentos públicos alimentares, com a **implementação do segundo restaurante popular e a implantação da escola de gastronomia**. Os representantes da gestão municipal esperam implantar cozinhas comunitárias e ferramentas, como o Sacolão Itinerante. A qualificação técnica e a divisão de informações entre os setores do governo, como saúde e educação, aperfeiçoam o conhecimento e favorecem a troca de experiência, a observação e atualização nas práticas de SAN.

Alguns desafios persistem para o futuro, como a reativação e manutenção das atividades e

funcionamento da CAISAN do município. A criação do banco de alimentos municipal também é almejada pela gestão. O índice de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade ainda é expressivo, e a prefeitura objetiva resolver este problema com políticas de inclusão por meio de políticas de SAN.





NOVA LIMA - MG

População (Censo 2022):

111.697 habitantes

Área: 429,313 km²

Bioma: Mata Atlântica

Nova Lima está localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, e suas iniciativas voltadas para a agricultura urbana e marco legal de SAN destacam-se entre as políticas públicas alimentares desenvolvidas por essa cidade, que podem ser vistas no *Caderno LUPPA 2*. Participa do LUPPA desde a 2ª edição do laboratório e, desde então, seus gestores relatam avanços importantes.



O surgimento da CAISAN melhorou o diálogo entre as secretarias e a troca de

informações sobre segurança alimentar e nutricional. Na gestão, foi criado um grupo de trabalho do LUPPA, que se reúne mensalmente e que contribuiu para a criação da coordenadoria da cidade. Seu funcionamento ajuda a entender as dificuldades e diagnóstico da situação de INSAN da cidade, avaliando os indicadores e reforçando a intersectorialidade na execução de políticas.

Houve um fortalecimento na pauta de fomento de agricultura urbana e fortalecimento das compras da agricultura familiar para o PNAE. A criação do Banco de Alimentos municipal em dezembro de 2023 contribuiu para sanar a dificuldade de logística dos agricultores. Outros dois equipamentos públicos construídos são o restaurante popular e a feira agroecológica.

Entre as inovações e parcerias firmadas pela gestão municipal, está



o projeto “Prove e Aprove”, que realiza oficinas culinárias que utilizam alimentos da agricultura familiar do PNAE. Participam chefes de cozinha, nutricionistas, cantineiras, familiares e técnicos da EMATER/MG, e são criadas receitas inovadoras e em sintonia com o paladar dos estudantes. O projeto é executado numa parceria com as secretarias de Educação, Meio Ambiente e a EMATER do município.



Para coroar um projeto que vinha sendo desenvolvido desde 2019, a prefeitura fez o lançamento do Livro Comida de Verdade - receitas com PANC's e cogumelos advindos da agricultura familiar. O lançamento





aconteceu em julho de 2024, e o evento faz parte de uma construção coletiva que envolve nutricionistas, cozinheiras escolares, chefs de cozinha, agricultores familiares, equipes das escolas, estudantes, Secretarias de Educação, Meio Ambiente, Saúde, Cultura e a Emater.

As perspectivas para 2024 preveem a inauguração do banco de alimentos até o final do ano, o que reforça o funcionamento de equipamentos públicos alimentares. A gestão pretende realizar o encontro municipal de segurança alimentar e nutricional no município, com a instalação do Observatório de Segurança Alimentar. Esta iniciativa irá contribuir com o diagnóstico sobre sistemas alimentares do município, para orientar na criação e implementação das políticas públicas.





PALMAS - TO

População (Censo 2022):

302.692 habitantes

Área: 2.227,329 km²

Bioma: Cerrado

Capital do estado de Tocantins, o município de Palmas aderiu ao **LUPPA** na 2ª edição e trouxe consigo, para compartilhar com os demais, as iniciativas focadas no acesso a terra, agricultura urbana e manejo hídrico como elementos centrais das políticas de SAN. Confira, no *Caderno LUPPA 2*, estas experiências de Palmas.

Como colheita deste período mais recente, Palmas realizou seu diagnóstico municipal de segurança alimentar e nutricional e consolidou o modelo

de compras institucionais. Também houve avanços na governança de SAN com o fortalecimento do COMSEA.

A gestão caminha para a criação da CAISAN e adesão ao SISAN, com priorização da elaboração do plano municipal de SAN. Consideram que a participação no **LUPPA** favorece o contato com outros municípios e com as ideias que eles estão implementando, o que inspira a execução de ações semelhantes em Palmas, adequadas à realidade local.





PORTO ALEGRE - RS

População (Censo 2022):

1.332.845 habitantes

Área: 495,390 km²

Bioma: Pampa

Porto Alegre é a capital gaúcha, que veio se somar ao **LUPPA** na 1ª edição. Naquele momento, a cidade já atuava com foco na governança inclusiva, no combate à INSAN e com incentivos à agricultura familiar, destacando-se a criação do PAA municipal por meio de projeto de lei que foi aprovado. As experiências de Porto Alegre estão descritas nos **Cadernos Luppa 1 e 2**.

Desde então, principalmente como resultado de sua participação no **LUPPA**, a cidade

avançou bastante no que concerne ao marco legal e à governança. Foi criado o Conselho Municipal de SAN, o que vem contribuindo para avançar na construção do 2º Plano Municipal de SAN.

A gestão municipal também vem investindo na valorização da área rural com a garantia de assessoria técnica, por meio do decreto municipal de janeiro de 2023, para investir em capacitação. O decreto também prevê a construção de tecnologias sociais rurais, como as cisternas de captação de águas das chuvas, no campo.

A prefeitura investiu na intersecção de políticas e na relação com a sociedade civil para a sua implementação. Foi implantado o Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional da Sociedade Civil, com o objetivo de reconhecer seu protagonismo nessas ações. Também foi

iniciado um trabalho junto aos conselhos de idosos. As áreas externas nos hospitais estão sendo utilizadas para a criação de hortas. Parte das verbas parlamentares estão apoiando estas iniciativas.

Como destaque nas ações mais recentes, foi lançado o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, que destinou R\$ 300.000,00 em investimento para ações de fomento, assistência e auxílio aos produtores rurais. Com o objetivo de fomentar a agricultura da capital, por meio da execução de ações diretas de apoio aos produtores





rurais, esta ação impulsiona a produção da agricultura familiar, preferencialmente a produção orgânica sustentável. Entretanto, também custeia os cultivos convencionais visando contribuir com a transição do modo convencional para o sistema orgânico de produção. Esses serviços resolvem entraves comuns na rotina de muitos agricultores, potencializando também as políticas públicas de SAN.





RIO BRANCO - AC

População (Censo 2022):

364.756 habitantes

Área: 8.835,154 km²

Bioma: Amazônia

Rio Branco, capital acreana com 830 mil habitantes (IBGE, 2023), participa do **LUPPA** desde a sua 1ª edição e tem sido protagonista em vários momentos desta caminhada que pode ser revisitada nos **Cadernos LUPPA 1 e 2**.

Neste percurso, houve o fortalecimento das hortas em vazios urbanos, da agricultura familiar para o sustento de famílias, da alimentação escolar e do PAA, das políticas de SAN direcionadas à população em situação de rua com fornecimento de café e almoço a este público. O funcionamento

do COMSEA foi retomado, e a criação de uma comissão para coordenar e retomar as reuniões da CAISAN e COMSEA com vistas a organização da conferência irá facilitar a feitura do primeiro plano municipal de SAN na cidade. Um dos desafios permanece sendo a transformação destas iniciativas em políticas públicas e uma maior interação entre as secretarias na sua execução, de forma que se consolidem e garantam que as administrações subsequentes deem continuidade a elas.

Além disso, diversas outras iniciativas estão sendo implementadas no município:



- O mercado Elias Mansur está sendo modernizado para oferecer melhor estrutura para os comerciantes e produtores, além de tornar-se um equipamento cultural artístico do Município.
- Em março de 2024, durante as enchentes, o restaurante popular ofereceu café da manhã, almoço e jantar, atualmente oferece café da manhã e almoço. Ciente da importância deste equipamento de SAN, o município já conseguiu recurso para instalação de mais dois restaurantes populares e está captando para mais um. Os novos restaurantes serão: no 2º distrito, na parte alta da Cidade e na área rural próxima.
- O 1º Festival da Macaxeira realizado em junho de 2024, contou com uma feira da Economia Solidária com 59 empreendedores que ofereceram alimentos, temperos, mudas,





comidas típicas, roupas e artesanatos. O evento gerou renda para os empreendedores e movimentou a economia local.

- ▶ **Terminais de integração rodoviários foram reformados para receber feiras fixas da agricultura familiar e economia solidária. Segundo a secretária, a prefeitura abre critérios para seleção e 90% são mulheres.**
- ▶ **O projeto de Hortas e Fazendinhas segue a todo vapor, sendo implantado em creches e escolas, aliando produção de alimentos orgânicos com EAN para as crianças e toda comunidade escolar.**
- ▶ **O Parque Ambiental Chico Mendes recebeu o selo de sustentabilidade Good Travel Seal, da Fundação Holandesa Green Destinations. O selo é concedido a empreendimentos de turismo que tenham compromisso ambiental, com o objetivo de incentivar destinos e negócios a viajantes responsáveis.**





SANTARÉM - PA

População (Censo 2022):

331.942 habitantes

Área: 17.898,389 km²

Bioma: Amazônia

Santarém, cidade do Pará e participante do **LUPPA** desde a sua 1ª edição, destaca-se pelas suas ações inovadoras na gestão de políticas públicas alimentares, que ressalta a valorização e inclusão de alimentos oriundos da sociobiodiversidade amazônica na alimentação escolar, adquiridos da agricultura familiar local, dos povos e aldeias indígenas, comunidades ribeirinhas e quilombolas, com cardápios que são adaptados regionalmente de acordo com a cultura alimentar

local. A gestão realiza o mapeamento dos produtores e produtos para organizar as chamadas públicas que garantirão o fornecimento às escolas e comunidades. Estas e outras experiências podem ser melhor conhecidas acessando os **Cadernos LUPPA 1 e 2**.

Nesta caminhada por dentro do laboratório, a cidade avançou em vários aspectos que são destacados por gestores responsáveis pelo acompanhamento do **LUPPA**. De acordo com seus relatos, o **LUPPA** proporcionou motivação e troca de conhecimentos para avançarem na formulação de projetos, na retomada da realização da conferência de SAN após 8 anos e da CAISAN, na elaboração do Plano de SAN e do projeto âncora.

Em 2023, a prefeitura inovou em mais um aspecto voltado à alimentação



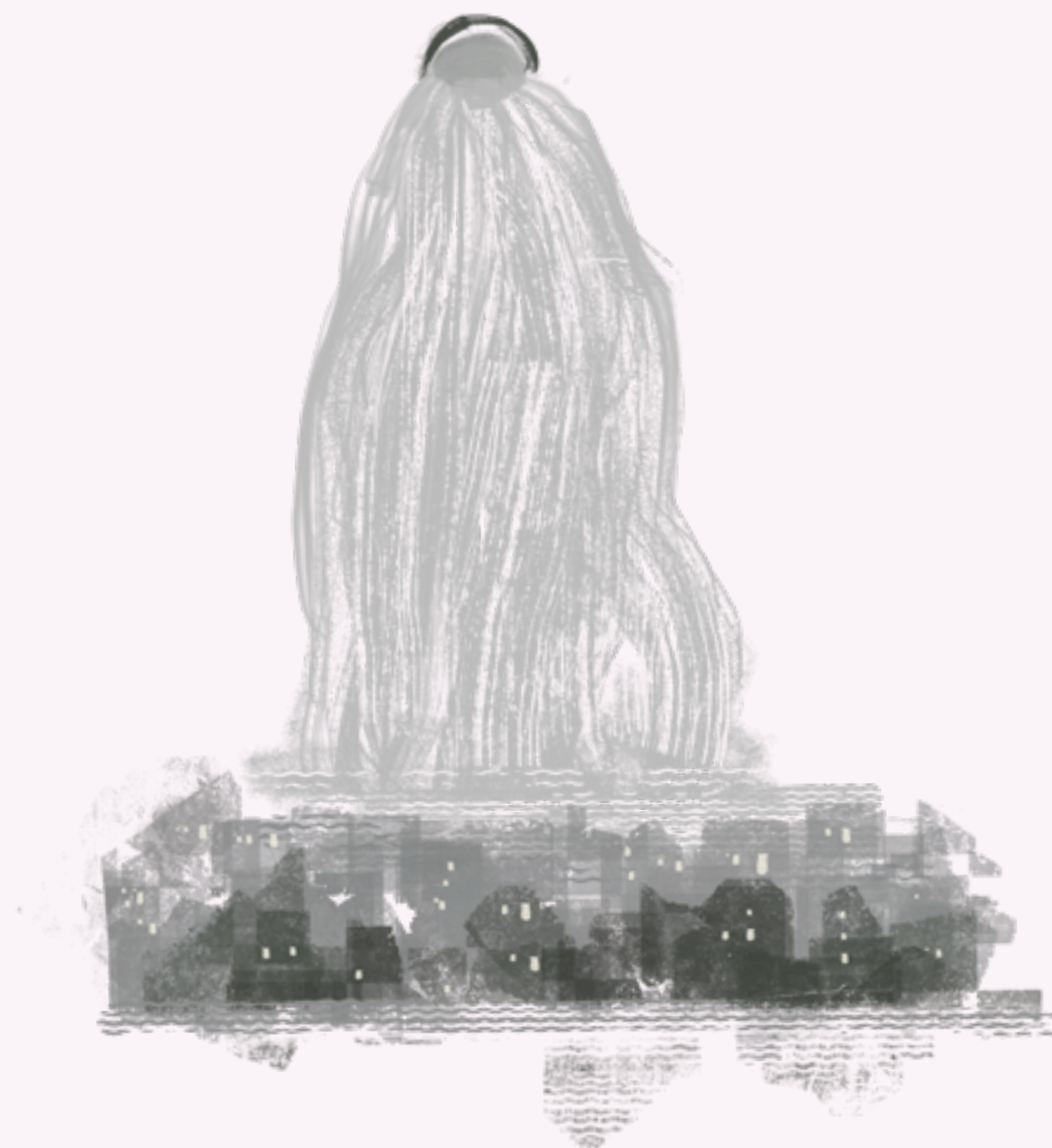
escolar, com a realização de uma degustação e aprovação de produtos da agricultura familiar que compuseram o cardápio no ano de 2024. Esta ação envolveu equipes técnicas da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), da Secretaria de Pesca, do Conselho de Alimentação Escolar, além de integrantes da comunidade escolar. Os testes foram feitos na cozinha experimental da SEMED e levaram em conta a análise sensorial, tempo de cozimento, rendimento, diluição, sabor e aroma. Também levou-se em conta a oferta e a sazonalidade dos produtos em cada região produtiva. As condições sanitárias e de





higienização dos alimentos também foram alvo destas análises. A composição química dos produtos e a análise da potabilidade da água utilizada para processar e lavar os alimentos estiveram no rol deste estudo, cujo objetivo é que os alimentos sejam também seguros.

Como passos seguintes, a prefeitura de Santarém pretende capilarizar ainda mais o fornecimento e aquisição dos alimentos locais, atendendo todas as comunidades ribeirinhas com a produção feita nas próprias comunidades. Com as chamadas públicas direcionadas aos produtores rurais que vivem e produzem nestas comunidades, será possível favorecer a venda da agricultura familiar para a Secretaria de Educação, que será destinada aos alunos que vivem e estudam no entorno de onde a comida foi cultivada.





SOBRAL - CE

População (Censo 2022):

203.023 habitantes

Área: 2.068,474 km²

Bioma: Caatinga

Localizado no semiárido cearense, Sobral começou a fazer parte do **LUPPA** já na sua 1ª edição. Conhecida pela qualidade da educação pública municipal, a cidade se destaca quando o assunto é políticas públicas alimentares, como demonstram os relatos encontrados nos **Cadernos LUPPA 1** e **2**. As iniciativas focadas no protagonismo das mulheres, no combate à INSAN e no desenvolvimento circular merecem destaque.

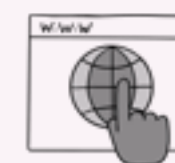
Mais recentemente, houve a execução de políticas públicas direcionadas às comunidades rurais, em parceria com o governo federal. Em janeiro de 2024, foram concluídas as primeiras construções de cisternas de captação de água das chuvas, conhecidas como Cisternas Calçadão, do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), que é direcionada para a produção de alimentos. Esta tecnologia social foi entregue a famílias rurais na comunidade rural de Boqueirão.



A cidade avançou na consolidação da governança de SAN. Em abril deste ano, houve a adesão de Sobral ao SISAN, que foi formalizada pela publicação no Diário Oficial da União (DOU). Para que fosse possível esta adesão, houve a reestruturação da legislação municipal sobre o COMSEA e foi criada a CAISAN,

cujos membros titulares e suplentes tomaram posse em maio de 2024. Os titulares da Câmara são os secretários municipais da Educação, da Saúde, do Trabalho e Desenvolvimento Econômico e dos Direitos Humanos e da Assistência Social. Com isso, haverá um reforço no trabalho de construção do plano municipal de SAN, que é uma das próximas metas perseguidas pela gestão.

Estas iniciativas fortalecem a capacidade do município de executar políticas de segurança alimentar e nutricional. Um dos objetivos para o futuro é a criação e organização da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional para concentrar os dados e ações da prefeitura relativas a estas políticas.





TERESINA - PI

População (Censo 2022):

866.300 habitantes

Área: 1.391,293 km²

Bioma: Caatinga

Teresina é uma cidade de transição de biomas, entre a Caatinga e a Amazônia, e é a capital do estado do Piauí. Participou da 1ª edição do **LUPPA**, ausentou-se na 2ª edição e retornou na 3ª edição do laboratório para trazer toda a bagagem inspiradora sobre sistemas alimentares que consolidou em sua trajetória, que pode ser vista no Caderno LUPPA 1.

Atualmente, a maioria das políticas públicas alimentares tiveram continuidade e se reafirmaram como experiências exitosas. Os equipamentos públicos

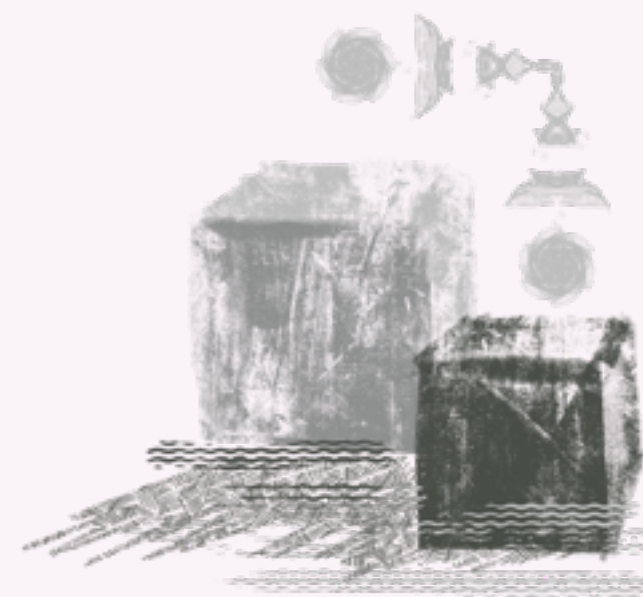


alimentares continuam existindo e funcionando a contento. O restaurante popular permanece em funcionamento com o fornecimento de refeições ao custo de 1 real. A gestão municipal promove feiras agroecológicas para a comercialização da produção, e a cidade possui a maior horta urbana da América Latina.

Os alimentos adquiridos através de compras públicas são provenientes da agricultura familiar num percentual de pelo menos 30%. Também são distribuídas cestas de alimentos às famílias de baixa renda.

Com a criação da Comissão Municipal de Produção Orgânica desde 2016, há uma ação conjunta de várias secretarias municipais, envolvendo também a Universidade Federal, a EMBRAPA e secretarias de

estado. Uma das contribuições do **LUPPA**, segundo gestores que estão à frente dessas iniciativas, foi a sensibilização do poder público e a integração entre as secretarias para uma melhor execução das ações. Agora, o desafio é construir o plano municipal de SAN de Teresina no próximo período.





VITÓRIA DO MEARIM - MA

População (Censo 2022):

30.805 habitantes

Área: 716,719 km²

Bioma: Amazônia

O município de Vitória do Mearim, localizado no estado do Maranhão, participa do **LUPPA** desde a sua 2ª edição, e suas experiências anteriores podem ser conhecidas no *Caderno LUPPA 2*. Pode-se observar vários avanços relativos às políticas públicas alimentares desde então, desenvolvendo novas formas de mobilizar a comunidade para o assunto.

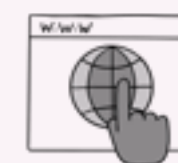
Atualmente, o município executa o PNAE com aquisição de 40% dos alimentos oriundos da agricultura familiar;

o COMSEA e o CONSEMDRS foram reativados; e a CAISAN foi reestruturada. Mas o PAA está parado por ainda não terem aderido ao SISAN. O restaurante popular da cidade é custeado pelo governo estadual.

Com as parcerias feitas entre a gestão municipal e as universidades, a EMBRAPA e a Vale, está sendo possível realizar capacitações dos feirantes da agricultura familiar, cuja feira do agricultor da cidade foi inaugurada em 2024. Uma das importantes iniciativas destas parcerias tem sido a realização de diagnóstico de cada produtor para sanar suas demandas e gargalos na produção e escoamento, tais como as dificuldades com o acesso a políticas públicas do PNAE e PAA, logística de recuperação de estradas e acesso a energia elétrica, transição agroecológica, entre outras.

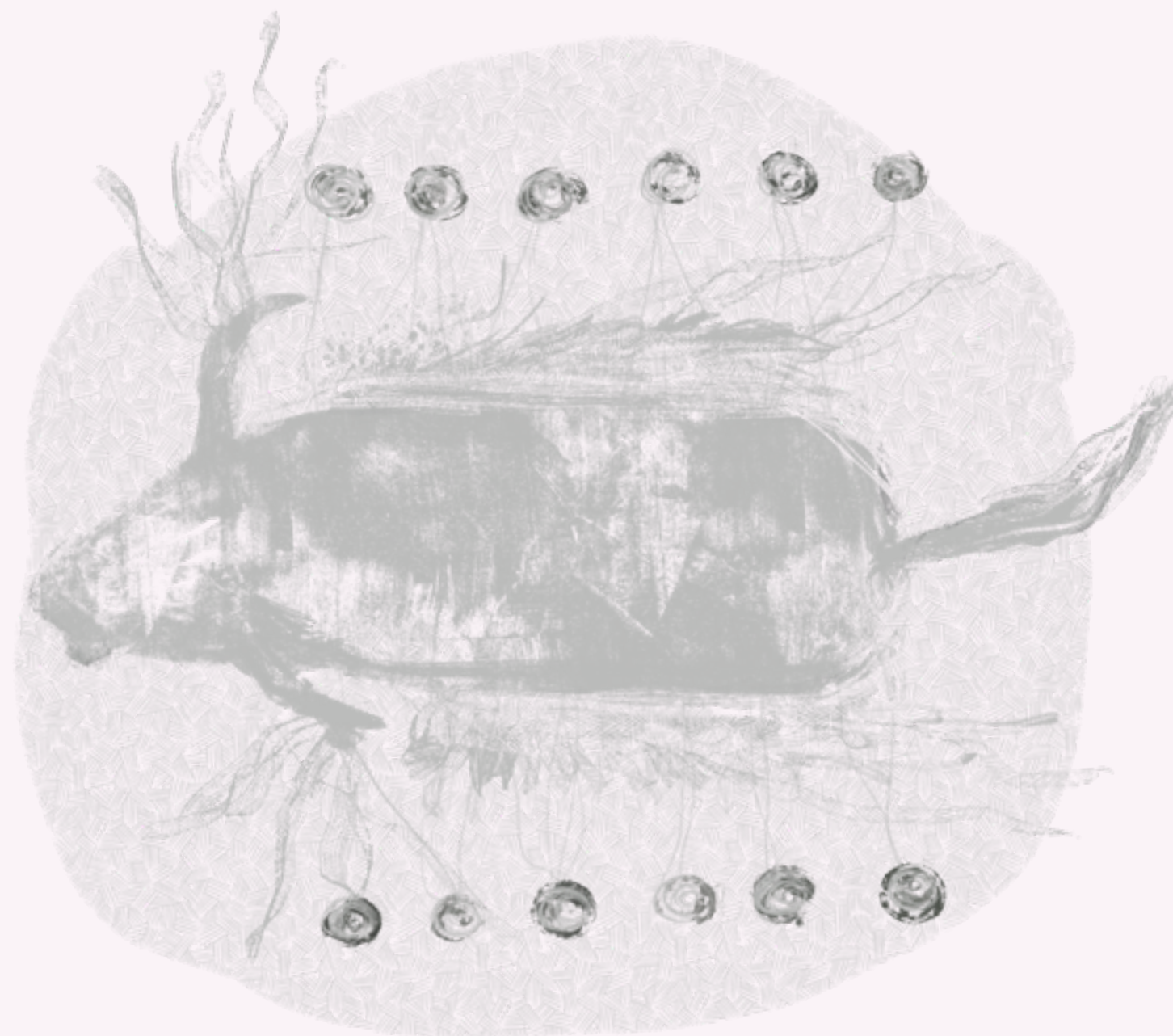
Dentre as propostas de projetos a serem desenvolvidos para este público, os gestores planejam usar a tecnologia social dos Sisteminhas, que é um sistema de produção de alimentos nos espaços dos quintais. O município possui territórios tradicionais, como os territórios de Campos e Lagos, além de um território quilombola onde funciona uma escola.

Vitória do Mearim possui um potencial turístico que começou a ser valorizado mais recentemente. Em parceria com a UEMA (Universidade Estadual do Maranhão), está sendo incentivada a produção da Cesta Amazônica, com queijos e doces derivados de leite de búfala, melancia, coco babaçu, entre outros. Através da chamada pública





com recurso do Governo Federal, com apoio das universidades UFPA, UFSC, UFPR e UFMA, foi feito um estudo e diagnóstico direcionado ao desenvolvimento da Cadeia de Turismo de Base Comunitária, ressaltando as comidas típicas, os produtos in natura e todo o patrimônio cultural e folclórico do tambor de crioula e bumba-meu-boi. Os roteiros turísticos e adequação das acomodações também fazem parte da iniciativa.



CIDADES LUPPA E SEUS BIOMAS

6

CADERNOS
LUPPA



BIOMA AMAZÔNIA *saiba* +

Das 33 cidades que participaram da 3ª edição do **LUPPA LAB**, 12 se encontram no Bioma Amazônico, são elas: Alenquer/PA, Careiro/AM, Mãe do Rio/PA, e Portel/PA que participaram pela primeira vez e Abaetetuba/PA, Alvarães/AM, Barcarena/PA, Belém/PA, Bragança/PA, Rio Branco/AC, Santarém/PA e Vitória do Mearim/MA, cidades que tiveram sua participação renovada no laboratório.

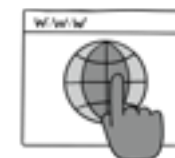
É o bioma mais famoso e conhecido do Brasil, chega a ocupar uma área de 4.196.943 Km², que corresponde a mais de 40% do território nacional e é constituída principalmente por uma floresta do tipo tropical, se estendendo além do Amazonas para outros Estados como Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e partes do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, além de se estender a outros

países como Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Na região Amazônica chove bastante e o clima é equatorial, quente e úmido, condições que propiciam a grande diversidade de fauna e flora da região, com cerca de 30.000 espécies de plantas e inúmeras espécies de animais. A Região também é lar de cerca de 433.000 indígenas, assim como de outros povos e comunidades tradicionais como os ribeirinhos e quilombolas e habitantes de cidades, com economia baseada em extrativismo vegetal, pesca, agricultura familiar, exploração mineral e agropecuária..

A pesar de toda sua riqueza natural, a média do IDH das **cidades LUPPA** do bioma amazônico é 0,61, a mais baixa entre os biomas. E à exceção de Belém, que tem uma ocupação de 1230,25 habitantes por Km², os municípios vão de

2,93 a 98,21 habitantes por Km². O território é extenso, as distâncias são longas e muitas vezes as conexões são feitas por vias fluviais e estradas precárias. Os deslocamentos para as regiões mais urbanizadas podem demorar dias e dependem fortemente de condições climáticas. A logística de distribuição de alimentos é cara e desafiadora, com pouca infraestrutura de armazenamento e transporte, daí nasce o conceito de custo amazônico.

As mudanças climáticas têm exacerbado eventos extremos na Amazônia, como secas severas, que afetam diretamente o ciclo hidrológico e a biodiversidade da região.



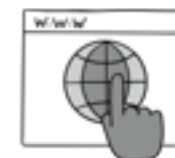
A expectativa de seca ainda mais aguda a cada ano prevê diversos rios secos ou com níveis muito baixos, o que inviabiliza o transporte, a pesca e ameaça a biodiversidade e a produção de alimentos, prejudicando severamente o modo de vida local.

Em 2023, a Amazônia enfrentou uma das secas mais intensas dos últimos anos, com o nível do rio Solimões, por exemplo, atingindo o menor índice em 121 anos de monitoramento. Isso afetou drasticamente a navegação, a pesca e o acesso a alimentos e serviços básicos em diversas comunidades ribeirinhas. No lago Tefé, a temperatura da água chegou a impensáveis 39,1°C, provocando a morte da fauna aquática. Além disso, a redução na precipitação e o aumento das temperaturas médias, impulsionados pelo desmatamento

e pela degradação ambiental, criam um efeito de retroalimentação que agrava ainda mais a vulnerabilidade do bioma. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), projeta-se que as secas severas na Amazônia se tornarão mais frequentes e intensas nas próximas décadas, colocando em risco o modo de vida das populações tradicionais e a segurança alimentar na região. A intensificação das secas também contribui para o aumento de queimadas e incêndios florestais, que em 2023 atingiram níveis alarmantes, com mais de 10 mil focos de calor registrados apenas no estado do Amazonas. Diante desse cenário, torna-se urgente a adoção de políticas públicas centradas na necessidade de adaptação climática, conservação florestal e gestão de recursos hídricos que possam mitigar os impactos climáticos já verificados e garantir a resiliência das comunidades

amazônicas. Todos esses eventos ocorrem em um momento em que a Amazônia já perdeu cerca de 18% de sua cobertura florestal e caminha para o que os cientistas chamam de “ponto de não retorno”, o que indicaria o colapso parcial ou total da floresta e a aceleração do aquecimento global.

Neste cenário, a produção local de alimentos com ATER adaptada às condições climáticas e fomentada por programas de compras públicas como PNAE e PAA é percebida pelos governos subnacionais e pela sociedade civil como estratégia fundamental para geração de renda e abastecimento da população com comida de verdade culturalmente adequada.





Desafios logísticos e burocráticos para plena implantação de políticas de compras públicas são enfrentados com o apoio de iniciativas como a Mesa de Diálogos Permanente Catrapovos Brasil - instituída pela Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do MPF (6CCR) em 2021- que vem capitaneando discussões da sociedade civil com o Ministério Público e entes governamentais das três esferas para facilitar caminhos e adequar as compras públicas à realidade local incluindo os povos da floresta. Atualmente também promove discussões e articulações para criação de estoques nas calhas do Amazonas a fim de diminuir os impactos da seca no abastecimento de alimentos.

Os governos subnacionais, com parcerias nacionais e internacionais com Universidades, ONGS, Bancos de Fomento, Sistema S, Embrapa e Governos Estadual e Federal, entre outros, vêm investindo em programas de desenvolvimento local, de cooperativismo e de participação social em suas comunidades, em especial para o fortalecimento de atividades envolvendo PICTs, mulheres e jovens.

Dentre as atividades e programas que podem ser fomentados pelas prefeituras, com maior ou menor grau de envolvimento de outros parceiros da sociedade, vale citar:

- ▶ **incentivo ao turismo de base comunitária com apoio à criação de infraestrutura de hospitalidade e comércio focada na valorização da sociobiodiversidade**

- ▶ **iniciativas de reflorestamento e a implantação de sistemas agroflorestais**
- ▶ **pagamento por serviços ambientais e crédito de carbono**
- ▶ **certificação municipal de vigilância sanitária/agropecuária - selo SIM - para pescados e outros alimentos locais que demandem esse tipo de controle, a fim de que possam ser comercializados em programas públicos de alimentação e para além das fronteiras municipais.**

Estas atividades e programas aliam a geração de renda e resistência da cultura local à preservação da natureza, com disseminação de saberes tradicionais e valorização da sociobiodiversidade e da floresta em pé.

Ao iniciarem suas atividades no **LUPPA**, nenhuma das cidades localizadas no bioma Amazônia possuía um Plano de SAN. A participação no programa provocou os gestores e a sociedade civil organizada a exercitarem a visão sistêmica e coerente dos sistemas alimentares e a construir sua governança de SAN. Até o momento, um município concluiu e três estão construindo seu Plano SAN, e cinco municípios estão evoluindo com a organização de suas instâncias de governança de SAN.

Os governos locais e a sociedade civil organizada, com destaque para os PICTs, podem e devem articular parceiros e fomentar iniciativas e discussões que aliam inovação e ancestralidade para construir um novo modelo que garanta que os frutos deste

bioma abundante, cobiçados por muitos dentro e fora do país, sejam utilizados para melhorar a vida dos amazônidas nas florestas e nas cidades.

EXEMPLOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS QUE ENDEREÇAM OS DESAFIOS DO BIOMA AMAZÔNIA

Alenquer, no Pará, possui programa de incentivo ao pagamento por serviços ambientais e inventário da sua agrobiodiversidade, assim como fiscalização e controle do desmatamento da mata nativa e programa de compostagem relacionada à coleta dos resíduos sólidos. Possui o IPTU Verde como incentivo fiscal relacionado ao tema dos sistemas alimentares. E aprovou a lei de SEI, que é o serviço municipal

de inspeção e certificação de produtos de origem animal e vegetal, com vistas à certificação dos produtos.

Alvarães, no Amazonas, aderiu ao programa Experiências do Brasil Original, iniciativa do Governo Federal de fomento ao turismo de base comunitária e valorização da sociobiodiversidade local, denominado de Roteiro Turístico da Sociobiodiversidade de Alvarães. Esta iniciativa de geração de renda e desenvolvimento local por meio do turismo, envolve mulheres de comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhas, redes de hotéis, restaurantes e bares.





BIOMA MATA ATLÂNTICA

saiba +

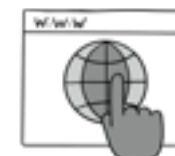
Das 32 cidades que participaram da 3ª edição do **LUPPA LAB**, 12 fazem parte desse bioma, são elas Araucária / PR, Campinas/SP, Caxias do Sul/RS e Itajaí/SC que participaram pela primeira vez; Anchieta/SC, Contagem/MG, Jundiaí/SP, Maricá/RJ, Niterói/RJ, Nova Lima/MG, Porto Alegre/RS, João Pessoa/PB, que tiveram sua participação renovada; e Caruaru/PE que pertence também à caatinga e será considerada por lá, já que a maior parte de seu território e suas características climáticas e vegetativas indicam que Caruaru pertence predominantemente ao bioma Caatinga.

Originalmente, o bioma ocupava mais de 1,3 milhões de km² em 17 estados do território brasileiro, estendendo-se por grande parte da costa do país. Porém, devido à ocupação e

atividades humanas na região, hoje restam cerca de 29% de sua cobertura original. A vegetação da Mata Atlântica é altamente variada e inclui florestas ombrófilas densas, florestas de araucárias, manguezais, restingas e campos de altitude. Exemplos de árvores nativas são jequitibá, palmeira juçara, guapuruvu e jacarandá. A fauna é igualmente diversificada, com espécies como a onça-pintada, mico-leão-dourado, jacutinga, e diversas aves, mamíferos, répteis e anfíbios. Além das frutas e frutos mais populares como jabuticabas, pitangas, juçaras e pinhões, frutificam também os saborosos cambucás, cambucis, uvaías, araças, as cerejas grumixama e do rio grande, e as guabirobas que se tornaram raras e desconhecidas. Atualmente, algumas dessas espécies vêm sendo resgatados em projetos como o Juçaí, que comercializa o fruto “primo” do açaí,

preservando a palmeira juçara, antes derrubada para retirada de seu palmito, e gerando renda para os extrativistas, que agora coletam os frutos..

O bioma abriga grandes centros urbanos, a exemplo de nossas cidades mentoras - Belo Horizonte, Curitiba, Osasco, Recife e São Paulo - e apresenta alta densidade populacional, concentrando cerca de 70% dos habitantes do país, e é um centro econômico e industrial vital para o Brasil. O clima varia de tropical úmido no norte e nordeste a subtropical no sul, com chuvas distribuídas ao longo do ano, verões quentes e invernos mais frios nas regiões sul e sudeste.





A alta ocupação é um dos principais desafios no bioma. Na **comunidade LUPPA**, à exceção de Anchieta/SC que é uma cidade de 5943 habitantes com perfil mais rural, a média de densidade populacional das demais cidades é de 1605 habitantes por km² e, se considerarmos somente as 6 mais populosas, chegamos a 2653 habitantes por km².

Maiores níveis de ocupação significam maior pressão sobre o bioma. O desmatamento, a poluição do ar e das águas, a geração de resíduos domésticos e industriais, a impermeabilização dos solos e a ocupação desordenada e em áreas de risco, potencializam as emissões de GEE ao mesmo tempo em que aumentam a vulnerabilidade destes municípios aos impactos das mudanças climáticas.

As mudanças climáticas têm agravado os desafios já existentes na Mata Atlântica, exacerbando a frequência e intensidade de eventos extremos, como enchentes, deslizamentos de terra e tempestades severas. Em 2022 e 2023, diversas cidades do bioma, como Petrópolis (RJ), Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP), enfrentaram enchentes devastadoras que resultaram em perdas de vidas, destruição de infraestrutura e graves prejuízos econômicos, evidenciando a dificuldade que é lidar com acontecimentos desse tipo. Apenas em fevereiro de 2022, Petrópolis registrou 258 milímetros de chuva em apenas seis horas, configurando o maior índice pluviométrico da história da cidade, o que causou inundações e deslizamentos que deixaram mais de 230 mortos. Esses eventos extremos, impulsionados por mudanças no padrão de chuvas e pela

impermeabilização dos solos urbanos, demonstram que as enchentes na Mata Atlântica não são meros fenômenos naturais, mas uma combinação de fatores climáticos e ocupação desordenada. Com o aumento da temperatura média e a irregularidade das chuvas, projeta-se que esses desastres se tornarão mais frequentes e intensos.

O avanço da especulação imobiliária sobre as áreas de agricultura familiar, quando não extingue, desloca a produção de alimentos para áreas mais distantes e menos acessíveis, o que dificulta - ou encarece - o abastecimento das cidades e as condições de vida do agricultor.



Estratégias para a resistência e resiliência da agricultura familiar, desenhadas a partir das necessidades e capacidades de cada município, tais como o apoio ao acesso à terra e crédito, assistência técnica agroecológica, logística, doação de insumos e estações de processamento, aliadas às chamadas de compras públicas dedicadas para a AF e PICT, à criação de feiras, mercados e festivais da biodiversidade do território, contribuem para o abastecimento e induzem à geração de renda, valorização da atividade e preservação da cultura e da produção.

Neste contexto de alta urbanização, as pessoas estão apartadas da natureza e com hábitos alimentares fortemente baseados em alimentos processados

e ultraprocessados. A produção de alimentos, com o fomento dos governos subnacionais e parceiros à hortas comunitárias, praças e calçadas agroecológicas (com plantio de frutas, verduras e legumes) entre outros modelos de AUP, promovem a educação alimentar e nutricional com a reconexão das pessoas aos ciclos da natureza e a produção de seus alimentos, apresentando sabores e saberes que formam hábitos mais saudáveis e sustentáveis. Estimulam ainda o trabalho coletivo e a cultura de solidariedade com o compartilhamento da cidade a partir do direito do cidadão conectado ao interesse da comunidade, além de aumentar as áreas verdes e permeáveis das cidades. Possuem ainda a capacidade de gerar renda e

apoiar o abastecimento, a depender da relação produção x tamanho da cidade.

Equipamentos públicos como banco de alimentos e restaurantes populares se adequam bem à demanda de cidades populosas no combate à INSAN. Já nos desastres climáticos, que demandam respostas emergenciais e por um tempo limitado, soluções como cozinhas solidárias itinerantes e distribuição de cestas básicas emergenciais são estratégias de suporte.

Garantir o bem viver para os habitantes dos municípios da Mata Atlântica passa por urgentes medidas de adaptação às mudanças climáticas, que vão desde o reordenamento urbano até a reorganização do sistema alimentar



com coerência e visão sistêmica. Não há solução pronta, nem muito menos, simples para esta situação tão complexa. Os governos subnacionais unidos à sociedade civil representada em toda sua pluralidade local, valendo-se do conhecimento das dinâmicas territoriais, dos saberes tradicionais e dos avanços da ciência têm grandes chances de encontrar as melhores soluções para cada município do bioma.

EXEMPLOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS QUE ENDEREÇAM OS DESAFIOS DO BIOMA MATA ATLÂNTICA

João Pessoa, na Paraíba, investiu na construção de equipamentos SAN para combater a INSAN no município e atualmente conta com dois restaurantes populares, um banco de alimentos e um programa de cozinhas comunitárias onde os espaços internos são utilizados para formação profissional e os espaços externos servem para a produção de alimentos com a construção de hortas comunitárias. E para abastecer os equipamentos, além da produção das hortas, utiliza o PAA federal e municipal.

Jundiaí, em São Paulo, mantém a autossuficiência na produção de

hortaliças destinadas a todas as creches e unidades educacionais, incorporando integralmente as PANCs na alimentação escolar do município com o Projeto Vale Verde, em parceria com o Instituto Kairós. Desde 2023, foram produzidas 1,89 toneladas de alimentos, beneficiando 105 escolas, cada uma delas com pelo menos uma horta orgânica que além de abastecer a alimentação escolar faz parte do projeto pedagógico. O município também conta com iniciativas de cultivo protegido direcionadas ao pequeno produtor, fornecendo apoio técnico e infraestrutura, dando oportunidades para que estes produtores se mantenham produzindo e vivendo no campo.



BIOMA CAATINGA *saiba* +

Das 32 cidades que participaram da 3ª edição do LUPPA LAB, 5 estão nesse bioma, sendo elas **Caucaia/CE e Jaguaratama/CE** que participaram pela primeira vez, e **Sobral/CE, Maracanaú/CE e Caruaru/PE** que tiveram sua participação renovada.

É um bioma especial, por ser o único bioma exclusivamente brasileiro, com extensão de 826.411 km², o equivalente a 11% do território nacional e biodiversidade adaptada a altas temperaturas, devido ao clima semiárido, com chuvas escassas e irregulares concentradas em poucos meses do ano, temperaturas elevadas frequentemente acima de 30°C e uma estação seca prolongada. Abrange os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio

Grande do Norte, Piauí, Sergipe e o norte de Minas Gerais. O bioma abriga 178 espécies de mamíferos, 591 de aves, 177 de répteis, 79 espécies de anfíbios, 241 de peixes e 221 abelhas. A população da Caatinga vive em condições adversas, adaptando-se ao clima semiárido com atividades econômicas centradas na agricultura de sequeiro e pecuária extensiva, cerca de 27 milhões de pessoas vivem na região.

As **cidades Luppa** da Caatinga estão concentradas no Ceará, à exceção de **Caruaru/PE** que tem parte de seu território no bioma Mata Atlântica. O IDH médio destas cidades no **LUPPA** é de 0,68, mais alto que as cidades **LUPPA** do bioma Amazônico, no entanto mais baixo que no Cerrado e na Mata Atlântica.

O estigma de “região problema”, que resultou em políticas com foco exclusivo no combate à seca, é confrontado pela abordagem de Convivência com Semiárido. Esta visão propõe soluções que levam em conta as experiências e dinâmicas da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais locais, a partir de bases agroecológicas e adaptativas às mudanças climáticas. Ao mesmo tempo em que mobiliza e articula a sociedade civil organizada e os governos nacional e subnacionais para o desenvolvimento de modelos e políticas públicas adaptadas ao território, a fim de promover a democratização do acesso à água



e à terra, a conservação dos solos e das florestas, e a garantia de direitos às populações mais vulnerabilizadas.

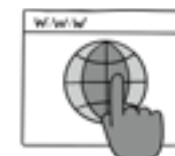
O projeto “P1+2 - uma terra duas águas” é um ótimo exemplo de programa de convivência com o Semiárido. Integrante do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido da ASA - Articulação do Semiárido, foi adotado como política pública pelo Governo Federal dentro do Programa Cisternas. Seu objetivo principal é a promoção da segurança alimentar, geração de emprego e renda para famílias agricultoras a partir da ampliação do estoque de água para produção de alimentos e criação de animais. Para isso são utilizadas tecnologias sociais, como cisterna calçadão, cisterna enxurrada, barragem subterrânea, barreiro-trincheira ou tanque de

pedra, garantindo contingente para viver dignamente e produzir.

As gestões municipais investem no fortalecimento da agricultura familiar como indutor do desenvolvimento local, com mapeamento, programas de ATER agroecológica com bancos de sementes e mudas, apoio a criação de caprinos para corte e leite, investimento em compras públicas pelo PAA e PNAE, inclusive com chamadas específicas para PICTs, mulheres e jovens. Além da criação e divulgação de selos para agricultura familiar de cada localidade.

As cozinhas comunitárias se adequam melhor que os restaurantes populares às demandas de SAN do território e os bancos de alimentos desempenham importante papel no combate ao desperdício e da INSAN.

Hortas comunitárias e escolares são uma estratégia de educação ambiental e combate ao desperdício. Centrais de abastecimento são utilizadas como espaços para oficinas e seminários sobre aproveitamento integral de alimentos para mulheres e jovens.



EXEMPLOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS QUE ENDEREÇAM OS DESAFIOS DO BIOMA CAATINGA

Em Caucaia, no Ceará, foi elaborado o Plano de Resiliência Climática, com monitoramento e fiscalização do desmatamento da mata nativas e a criação de um Fundo Municipal de Meio Ambiente. O município também executa o PAA Indígena, que prioriza o incentivo à produção e à aquisição de alimentos cultivados nestas comunidades, gerando renda, valorizando os costumes, práticas produtivas e cultura destes povos.

Em Sobral, no Ceará, em janeiro de 2024, foram concluídas as primeiras construções de cisternas de captação de água das chuvas,

conhecidas como Cisternas Calçadão, direcionadas para a produção de alimentos. Esta tecnologia social foi entregue a famílias rurais na comunidade rural de Boqueirão.

Caruaru, em Pernambuco, construiu o plano municipal de desenvolvimento rural com foco na segurança alimentar e nutricional. Foram desenvolvidos 4 eixos para os próximos 10 anos. O objetivo é fazer capacitações voltadas para a produção de alimentos e agregar valor aos produtos dos agricultores, fornecendo um “Selo da Agricultura Familiar de Caruaru”. Esta iniciativa facilita o acesso a mercados e financiamentos.

A gestão municipal montou uma loja no shopping da cidade para vender compotas, hortaliças, queijos e derivados do leite, oriundos da produção da agricultura familiar. O SEBRAE, em parceria com a prefeitura, realiza capacitação de sistemas agroflorestais, orientando sobre o que plantar e como plantar.



BIOMA CERRADO *saiba* +

Das cidades participantes da 3ª edição do **LUPPA LAB**, 3 pertencem ao cerrado, sendo elas **Alto Paraíso de Goiás/GO**, **Palmas/TO** e **Teresina/PI**, cidades que tiveram sua participação renovada no laboratório.

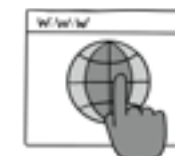
O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil, cobrindo aproximadamente 2 milhões de km². Tem como característica uma vegetação de savana com árvores retorcidas, arbustos e gramíneas. A fauna inclui espécies como o lobo-guará e o tatu-canastra. O clima é tropical sazonal, com uma estação seca bem definida. Estima-se que abriga 30% da biodiversidade brasileira, 12% da população do país, 80 etnias indígenas e diversas comunidades quilombolas, além de prover quase metade da água doce do país. Este bioma

é uma área de transição entre outros biomas e possui grande importância para a conservação da biodiversidade. *Apesar de toda sua importância, apenas 0,85% encontram-se oficialmente em unidades de conservação e 80% do bioma já foi modificado para expansão agropecuária e urbana, extração mineral e construção de estradas, sendo que metade já não viabiliza restauração. O uso de técnicas de aproveitamento intensivo dos solos tem provocado, há anos, o esgotamento dos recursos locais. E a utilização indiscriminada de agrotóxicos e fertilizantes tem contaminado também o solo e a água.*

As mudanças climáticas têm causado impactos profundos no Cerrado, resultando na intensificação de eventos extremos como secas prolongadas, ondas de calor e queimadas.

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) até 15 de dezembro de 2024, o Cerrado foi o segundo bioma brasileiro com o maior número de queimadas no ano, registrando 80.593 focos. Esse número é superado apenas pela Amazônia, que contabilizou 138.156 focos no mesmo período.

Esses incêndios são exacerbados pela severidade da seca e pelo manejo inadequado das terras, não se tratando apenas de fenômenos naturais. O aumento nas temperaturas médias, combinado com a redução das chuvas em diversas áreas, tem levado à degradação do solo, à perda de biodiversidade e ao



comprometimento dos recursos hídricos. Esses efeitos não apenas colocam em risco a fauna e a flora locais, mas também impactam diretamente as comunidades tradicionais que dependem desse bioma para sobreviver.

As **idades LUPPA** deste bioma tem IDH médio 0,74. E apesar de serem bem diferentes entre si, têm em comum os desafios a manutenção da produção da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais frente ao avanço da fronteira agrícola de produção no modelo convencional - 6% da área destinada ao plantio de grãos e 60% à pecuária.

Alto Paraíso de Goiás e Palmas investem no turismo de natureza e na valorização da sociobiodiversidade local para geração de renda e da produção da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais. Alto Paraíso também fortalece a agricultura familiar, os PCTs, a alimentação escolar e o abastecimento público por meio de compras públicas do PNAE e do PAA, Teresina utiliza a mesma estratégia.

Palmas investe em agricultura urbana e manejo hídrico para garantir o abastecimento. Já Teresina, apesar de ser 90% rural, conta com a maior horta urbana da América Latina e vem promovendo a transição agroecológica aliada a sistemas agroflorestais e feiras agroecológicas. Desde 2010, possui

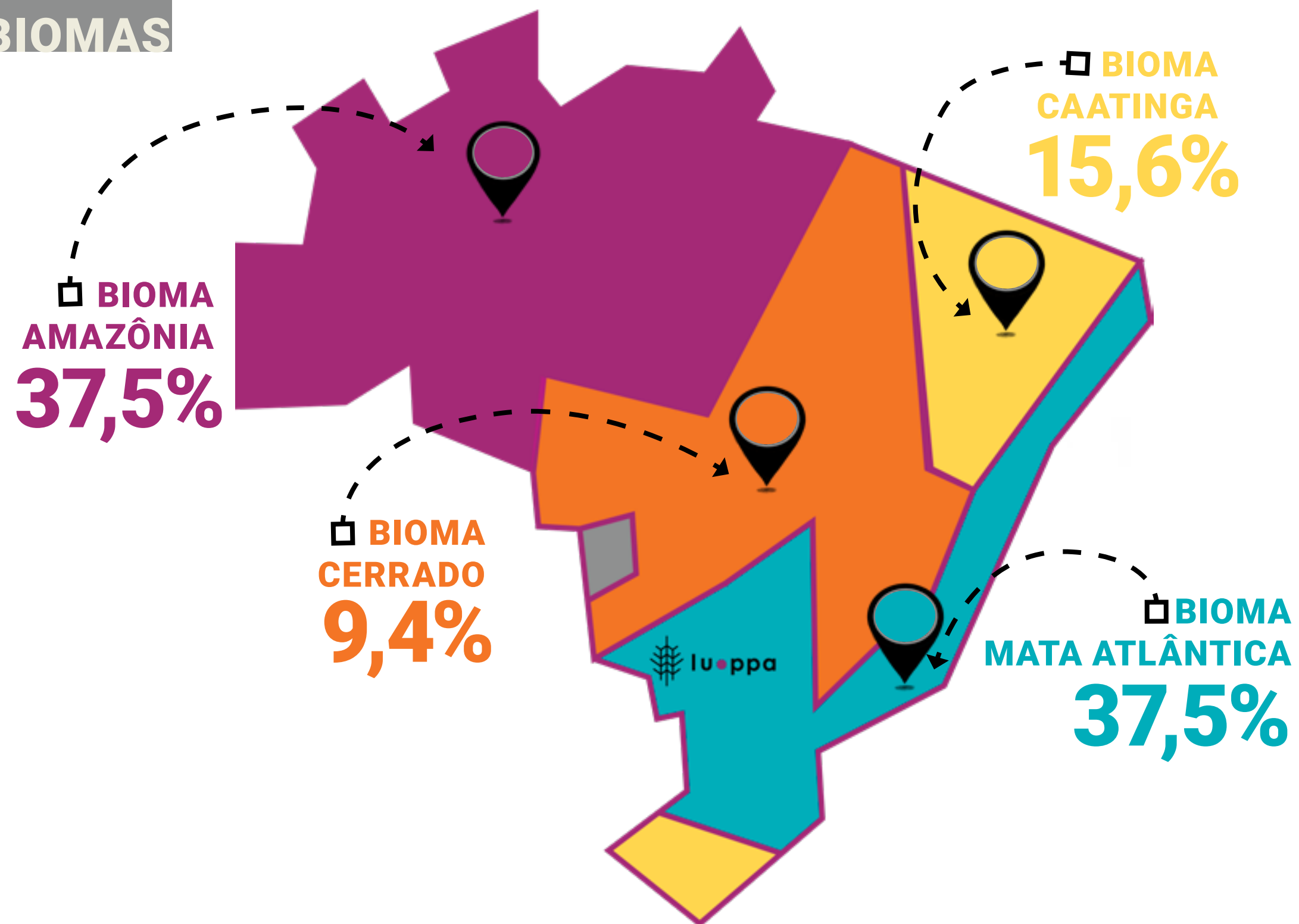
banco de alimentos e restaurante popular que também funciona como escola para serviços de alimentação.

Palmas iniciou diagnóstico para nortear as ações de SAN e Teresina planeja construir seu plano de SAN no próximo ano.

Os governos locais e a sociedade civil organizada, com destaque para os povos e comunidades tradicionais, podem e devem articular parceiros e fomentar iniciativas e discussões que aliam inovação e ancestralidade para construir um novo modelo que freie a degradação do bioma e garanta a permanência e melhores condições de vida para as populações nativas no campo e nas cidades.



PARTICIPAÇÃO DAS CIDADES POR BIOMAS



CONCLUSÃO



CONCLUSÃO

Lições da 3ª edição do LUPPA

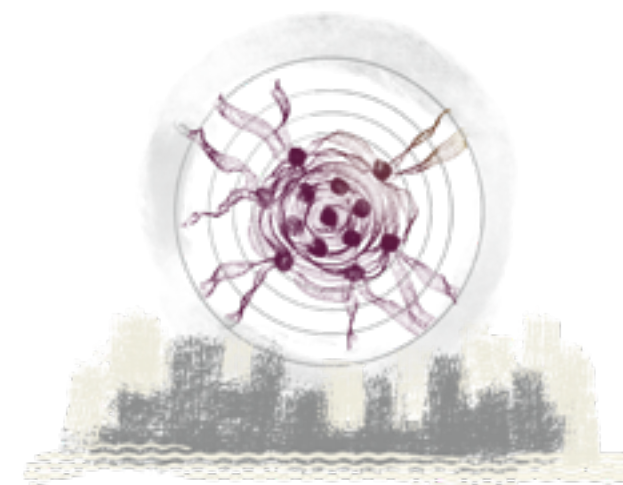
LUPPA LAB #3: êxito e impacto imediato

Quando o **LUPPA** foi desenhado, ao longo do ano de 2020, pensava-se que um ciclo ideal de resultados seria o fechamento de 3 edições. Já na primeira edição o **LUPPA** mostrou conquistas muito importantes, indicando que a metodologia estava adequada e que o objetivo deveria ser mantido. Após a conclusão de 3 edições, os aprendizados se acumulam, o programa se renova, e o potencial de impacto se expande. Este é um grande benefício da construção das redes de apoio e das comunidades de práticas. A agenda cresce de importância coletivamente, ainda que os desafios permaneçam pontualmente. A transformação sistêmica se torna mais palpável, porque no conjunto o impacto se faz mais presente.

Ao longo do período das 3 edições do **LUPPA**, consolidamos os processos de mentoria e o aprendizado entre pares. A criação da comunidade de pessoas que fazem parte das cidades **LUPPA** permitiu que se absorvesse cada vez mais a cultura de gerir, desenhar, criar e implementar política alimentar com intersetorialidade e participação social. Vimos o interesse e atenção à agenda climática crescer, seja do ponto de vista da adaptação para garantia da produção alimentar ou do abastecimento alimentar e dos direitos das pessoas em vulnerabilidade climática, seja pela crescente conscientização na corresponsabilidade das cidades em

reduzir emissões a partir de seus sistemas alimentares e garantir resiliência climática.

Ao longo desses anos, porém especialmente nesta jornada que se encerra, foi possível destacar algumas conquistas como veremos nas próximas páginas.



► PARTICIPAÇÃO ATIVA E COLABORAÇÃO INTERSETORIAL

Praticar a política alimentar, intersetorial e interdisciplinar por natureza, de forma integral e para além de um determinado enfoque, segue sendo um grande desafio para toda e qualquer cidade, não importa o seu porte. No entanto, constata-se que nas cidades do programa cresce ano a ano o reconhecimento da importância desta colaboração entre diferentes secretarias municipais na construção de políticas alimentares para além de um setor. Isso pode se dar de muitas formas: seja pelo compartilhamento do processo de tomada de decisão na construção de políticas alimentares, seja pela atribuição de responsabilidades intersectoriais na execução de determinadas políticas alimentares, seja pelo compartilhamento do processo de monitoramento e avaliação.

Um importante instrumento ainda pouco explorado no âmbito

municipal para o exercício da intersectorialidade na construção, execução e monitoramento de políticas alimentares são as Câmaras Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional, as CAISANs. Muitas são as cidades que possuem CAISANs, seja em razão de determinação legal ou por indução do SISAN, o Sistema Nacional de SAN. No entanto, a efetiva atuação das CAISANs ainda é algo difícil de se materializar, justamente em razão da dificuldade e operacionalização da política alimentar de forma intersectorial. O mais comum é identificar CAISANs que, mesmo ativas, são restritas à construção do Plano plurianual de SAN e não ao debate rotineiro e frequente sobre os desafios e a avaliação da implementação das políticas alimentares. Nesse sentido, é importante destacar que as cidades

LUPPA estão avançando bastante nessa compreensão da relevância do papel das CAISANs, e assumindo que, em que pese a dificuldade que segue sendo a sua operacionalização, enfrentar esse desafio é primordial para avançar para um contexto e política alimentar construída e implementada de forma realmente intersectorial, e por tanto prioritária na totalidade da agenda municipal.

Por fim, vale destacar a relevância da participação das Secretarias Municipais de Planejamento e/ou Gestão no LUPPA, e a capacidade ainda pouco utilizada de aproveitar estas Secretarias como alavancas da construção e planejamento intersectorial da política alimentar da cidade.





► INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGENDA ALIMENTAR

Em 2023 os municípios brasileiros foram chamados a retomar seus processos de adesão ao SISAN, que se reconfigurou no início daquele ano. Em razão da convocação da Conferência Nacional de SAN para dezembro de 2023, houve um natural incentivo para a realização da conferência municipal de SAN em cidades que não haviam realizado no ano anterior, assim como para a retomada do processo de adesão ao SISAN. Neste ano, também funcionou como importante indutor desse processo de retomada das adesões a alteração regulatória que condicionou a execução do Programa de Aquisição de Alimentos a que o ente federativo houvesse aderido ao SISAN (Portaria MDS 899/2023).

Assim, tanto como consequência das condicionantes federais como pelo próprio desenvolvimento

do interesse em voltar a se coordenar com o sistema nacional, houve um fluxo maior de adesões de Cidades **LUPPA** ao SISAN durante a 3ª edição. Não apenas a formalização da adesão ao sistema nacional cresceu em quantidade, mas também o interesse em de fato construir e lançar Planos estratégicos de SAN, que constitui inclusive o compromisso que todo município assume ao aderir ao SISAN.

O LUPPA LAB #3 teve como uma de suas principais atividades o exercício de elaboração de Planos de SAN com participação social, vinculação orçamentária e compartilhamento de responsabilidades com diversos setores da administração pública, treinando e induzindo o planejamento sistêmico tão preconizado pelo **LUPPA**.

E assim, ao concluir-se a 3ª edição do **LUPPA**, o programa atinge uma marca relevante de impacto:

40% DAS CIDADES QUE INGRESSARAM NO PROGRAMA SEM TER AINDA ELABORADO UM PLANO DE SAN, E QUE PERMANECERAM ENGAJADAS NO LUPPA, LANÇARAM SEUS PLANOS DE SAN OU ESTÃO PRESTES A LANÇÁ-LO.



► CLIMA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Os anos de 2023 e 2024, como é notório, marcaram um período de intensos eventos de emergência climática no Brasil, de norte a sul do país. Nunca se viram tantas secas inesperadas no Norte e inundações avassaladoras no Sul.

A condição climática do país neste período resultou, como esperado, num interesse crescente em interconectar políticas climáticas a políticas alimentares, especialmente no tocante à necessidade de adaptação das culturas e produções locais ao “novo normal” climáticos. O aumento da vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional provocado por essas situações também passa a ser um ponto de atenção e consequentemente o tema entra em definitivo nas agendas municipais das cidades **LUPPA**.

Ao longo das 1ª e 2ª edições do **LUPPA**, a conexão das agendas climática e alimentar verificava-se com mais frequência pelo componente da redução do impacto climático a partir dos sistemas alimentares locais, incluindo tanto programas de oferta de alimentos e alimentação das prefeituras quanto a produção de alimentos locais de base agroecológica, seja pela agricultura urbana e periurbana, seja pela agricultura rural. Ao longo da 3ª edição viu-se, ora o despertar, ora o crescimento da preocupação com a resiliência da produção e abastecimento local de alimentos em razão das mudanças no clima, práticas de adaptação da produção, assim como práticas, regulamentos e planos de ação emergencial para garantia da oferta de alimentação a pessoas em condição de vulnerabilidade à insegurança alimentar.

A conscientização sobre a relação entre clima e insegurança alimentar e nutricional, e sobre o dever de ação dos governos locais para enfrentar esse desafio, são pontos praticamente consolidados nas cidades **LUPPA** e espera-se trabalhar mais especificamente em estratégias para seu endereçamento a partir da próxima edição.





► VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ALIMENTAR LOCAL

O “comer local” é um movimento crescente nas cidades brasileiras, e obviamente mais forte onde a produção alimentar local é mais estabelecida e organizada. Isso depende de diversos fatores, e muitas cidades já entenderam a força do papel das políticas públicas municipais para esse fortalecimento.

As formas de fomentos são várias. Das orientadas ao consumo da produção local, as mais comuns são:

- 1** *as feiras do produtor rural - ou da agricultura familiar ou de produtores agroecológicos locais ou mercados territoriais, com produtos da região*
- 2** *os festivais de comida local, focado ou em pratos típicos locais ou em produtos típicos locais*
- 3** *a inclusão da comida local na alimentação escolar das escolas públicas e demais programas públicos de alimentação, o que envolve o uso do instrumento da compra pública de alimentos a favor da produção local.*

Vem ganhando força um outro instrumento de estímulo, como o uso de cartões alimentação ou moedas sociais, condicionados à compra em favor de produtores locais. São exemplos tanto de benefícios sociais condicionados à compra local de alimentos, como também de instrumentos concretos de sistema alimentar circular, especialmente aqueles que não são oferecidos em função do grupo social, mas como troca ou pagamento pelo recolhimento de resíduos e outros insumos descartáveis.

Outro instrumento de política pública para valorização da produção alimentar local mais recente nessa lista é o uso de “selos”. Selo de procedência de alimentos, identificando o local de produção ou mais especificamente a procedência da agricultura familiar local.



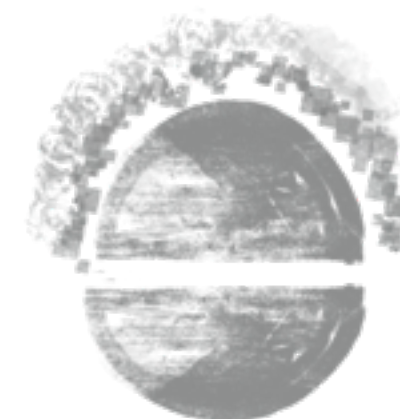
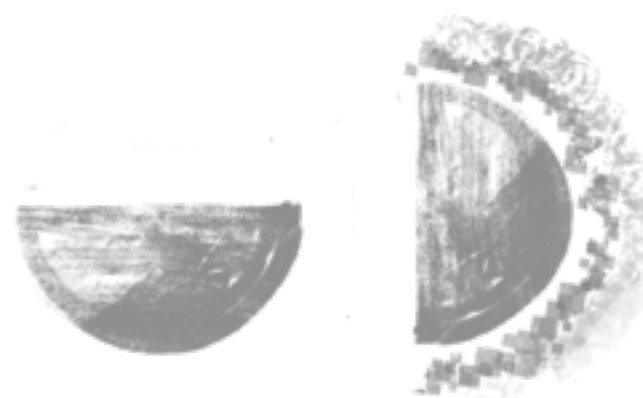
► EQUIPAMENTOS MULTIFUNCIONAIS DE SAN

Desde a primeira edição, se observa que as cidades LUPPA compreendem a necessidade de oferta de serviços públicos de garantia de segurança alimentar e nutricional através de equipamentos públicos de SAN. A ausência de um modelo de cofinanciamento federal contínuo do SISAN, contudo, muitas vezes limita a instalação e manutenção de fato desses equipamentos.

Um destaque, contudo, dessa última edição tem sido o reconhecimento da importância de efetivar políticas alimentares por meio de equipamentos públicos que se destinem a diversas funções: seja distribuição de alimentos, sejam atividades formativas, seja processamento ou beneficiamento de alimentos, ou ainda a instalação de hortas, e a agregação de cozinhas ou restaurantes populares etc.

O estabelecimento de múltiplas funções a um mesmo equipamento, além de contribuir para a eficiência do uso do recurso público e a economia de custos de manutenção, também contribui para o exercício da intersectorialidade na execução de políticas alimentares e atração de mais usuários para serviços públicos de interesse.

Feitos esses destaques, é importante mencionar que ainda permanecem sendo apontados com frequência dois grandes desafios:



Equipes reduzidas *para entregar de fato tudo o que as gestões públicas precisam entregar para a garantia do direito humano à alimentação adequada e o avanço de sistemas alimentares sustentáveis, com demanda por capacitação e treinamentos;*

Financiamento *para implantação de equipamentos públicos, mas principalmente para a manutenção desses equipamentos.*



Outros 2 importantes desafios se somam a essa lista, a partir da nossa análise na condução do LUPPA:

- ▶ *É necessário que as cidades ampliem suas rotinas de diagnósticos e a utilização de indicadores claros e adequados para a tomada de decisão sobre implantação, avaliação e revisão de políticas e programas de SAN, assim como para o planejamento intersetorial de forma mais ampla;*
- ▶ *A ausência de planejamentos regionais ou intermunicipais de política alimentar, ou seja, a construção de Planos e mesmo de programas específicos, sem a necessária interface e articulação com municípios vizinhos, especialmente nas áreas urbanas adensadas, mas não somente, reduz o potencial de impacto das políticas alimentares, já que os desafios dos sistemas alimentares não conhecem fronteiras. A potencialidade de impacto de planos regionais é especialmente relevante no que tange às ações de combate à insegurança alimentar e nutricional, aos arranjos de abastecimento alimentar e às tipologias de fomento à produção da agricultura familiar*





Encerra-se a 3ª edição do **LUPPA** com a expectativa de que a 4ª edição abarcará a mudança das gestões municipais em razão do processo eleitoral ocorrido em 2024, e, portanto, será a primeira vez no curso do programa **LUPPA** que muitas cidades terão seus representantes alterados e o processo de engajamento com o **LUPPA** precisará ser renovado pelas eventuais novas gestões.

Por outro lado, é a primeira vez que no curso do **LUPPA** assistiremos as cidades elaborando seus Planos Plurianuais (PPA) e fazendo seus compromissos orçamentários, e, com isso, será possível observar o quanto a pauta da alimentação urbana de fato terá subido em prioridade na agenda municipal e no orçamento público destas cidades.



